

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VINICIUS BONELI VIEIRA

**A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS
ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE (SC)**

**CURITIBA
2010**

VINICIUS BONELI VIEIRA

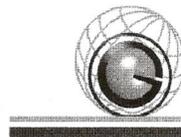
**A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS
ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE (SC)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Geografia, pelo
Programa de Geografia, Setor de Ciências da
Terra da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. José Manoel Gonçalves
Gândara.

CURITIBA
2010

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
– MESTRADO E DOUTORADO



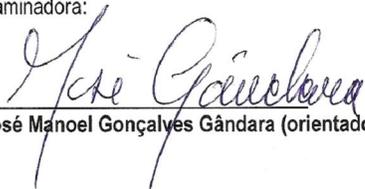
PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentado pelo candidato: **VINICIUS BONELI VIEIRA**, intitulada: “**GESTÃO PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS**” para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL**

Após haver analisado o referido trabalho e argüido a candidata, são de parecer pela **Aprovação** da Dissertação.

Curitiba, 24 de junho de 2010.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara (orientador)


Prof. Dr. Daniela Biondi Batista - UFPR


Prof. Dr. Miguel Bahl - UFPR



AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Paraná, em especial ao Programa de Pós-graduação em Geografia, pela oportunidade concedida.

Ao Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara, por ter me orientado nesta fase, com dedicação, conselhos e paciência.

Ao Secretário do PPGEOG Luiz Carlos Zem que sempre atendeu com tanto préstimo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia

Aos membros das bancas de qualificação e defesa pelo aceite ao convite para apreciação do trabalho e pelas importantes contribuições.

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR: Eduardo, Valéria, Leonardo, Luciana e Romário, pelas enriquecedoras discussões e compartilhamento das informações.

À equipe da Fundação Turística de Joinville e da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville, com quem pude compartilhar as dúvidas e informações: Maria Ivonete, Vanessa, Luiz, Gilberto, Dalzemira, Daniel, e ao amigo Alexandre D'Angelo, pelo apoio e companheirismo.

Aos Conselheiros do COMDEMA e COMTUR, pela paciência em responder as minhas indagações na pesquisa.

Aos velhos amigos Orlando Ferretti e Luiz Otávio que sempre ajudaram desde o início do mestrado, colaborando para meu processo e sucesso nesta jornada.

Em especial agradeço aos meus pais, Adhemar e Jovelina, aos meus irmãos Mateus e Mariana por toda a compreensão dos momentos que estive ausente em virtude da dedicação ao mestrado.

À Fernanda pelo amor, carinho, estímulo e compreensão.

Enfim agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

“Atualmente todos vivemos em um mundo dominado pelas máquinas. Quase não restam em nosso deteriorado planeta espaços livres, onde possamos esquecer nossa sociedade industrial e testar, sem sermos incomodados, nossas faculdades e energias primitivas. Em todos nós se esconde uma saudade do estado primogênito, com o qual podíamos calibrar-nos com a natureza e enfrentá-la, descobrindo a nós mesmos”

Reinhold Messner

RESUMO

A intensa exploração dos recursos naturais e o aumento freqüente do número de visitantes em áreas naturais têm despertado discussões quanto à dinâmica de gestão e uso destes espaços. O presente estudo tem por objetivo analisar a gestão pública municipal para o desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville, localizado na região norte do Estado de Santa Catarina. A análise teórica foi realizada com base nos estudos sobre o uso e gestão dos espaços turísticos, a política ambiental adotada no Brasil, o planejamento das cidades direcionado para a valorização das áreas verdes, a conceituação do território sobre a ótica das áreas legalmente protegidas, bem como do turismo nas áreas naturais. O estudo fenomenológico recai sobre a compreensão dos diversos significados que cercam a complexidade da gestão e do desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas. A questão principal consiste em saber como funciona a conservação dos ambientes naturais e a dedicação política e social para com a comunidade, analisada, tanto do ponto de vista dos órgãos públicos gestores do meio ambiente e do turismo, como dos setores representativos nos conselhos municipais de ambas as áreas. Para a caracterização das áreas legalmente protegidas, utilizou-se como métodos o estudo exploratório, que permitiu a realização de uma análise documental, bem como a realização da observação participante na gestão pública municipal do meio ambiente e do turismo, e diretamente nas áreas legalmente protegidas e suas comunidades. Para melhor organização das informações de cada área, buscou-se sintetizar através de fichas com a caracterização e descrição geral, assim como, uma análise parcial destas áreas. Também foi realizada a coleta de dados através de questionário quantitativo aplicado aos 43 conselheiros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Turismo. O diagnóstico realizado a partir dos elementos que constituem a caracterização de cada área e da coleta de dados permitiu reunir, através da análise DAFO, os pontos críticos, justificados pelas debilidades e ameaças, assim como, ações possíveis conforme as fortalezas e oportunidades. Perceberam-se inúmeras debilidades e ameaças geradas pelo incipiente processo de gestão e falta de participação e mobilização das comunidades locais para uma gestão participativa, as quais têm comprometido os objetivos fundamentais de conservação e preservação. No entanto, as ferramentas de planejamento e gestão, assim como as características de relevantes fragmentos naturais e sócio-culturais identificadas como fortalezas, convergem para as oportunidades as quais remetem a possibilidade de ações focadas para o planejamento participativo e o desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas.

Palavras-chave: Gestão Pública, Áreas Legalmente Protegidas, Desenvolvimento do Turismo, Joinville.

ABSTRACT

The intense exploitation of natural resources and the frequent increasing number of visitors in natural areas have raised discussions concerning the dynamics of management and use of these areas. This study aims to evaluate the municipal administration for the development of tourism in legally protected areas of Joinville, located in the northern region of the Santa Catarina State. The theoretical analysis was based on studies of the use and management of tourist areas, the environmental policy adopted in Brazil, the cities' planning focused on development of green areas, the territory concept on the perspective of legally protected areas, as well as the tourism in natural areas. The phenomenological study is focused on the understanding of the complexity that evolves the management and development of tourism in legally protected areas. The main question is how the conservation of natural environments is conducted together with social policy and dedication to the community, examined both from the standpoint of public offices managing the environment and tourism, as the representative sectors in the municipal councils of both areas. For the characterization of legally protected areas, the exploratory research method has been adopted, which allowed the realization of a documentary analysis, as well as the participant observation in public municipal management of the environment and tourism, and directly in legally protected areas and their communities. For better organization of information in each area, has been attempted to synthesize using forms with the general description and characterization, as well as a partial analysis of these areas. Was also conducted to collect data through quantitative and qualitative questionnaire applied to the 43 councilors of the Municipal Council on the Environment and the Municipal Tourism Council. The diagnosis conducted based on the elements which constitute the characteristics of each area and data collection brought together by the DAFO analysis, critical points, justified by the weaknesses and threats, as well as possible actions as the strengths and opportunities. It has been noted numerous weaknesses and threats generated by the incipient process of management and lack of participation and mobilization of local communities for a participative management, which have compromised the basic objectives of conservation and preservation. However, the tools of planning and management, as well as the characteristics of relevant natural fragments and social-cultural identified as strengths, leading to the opportunities which allude to the possibility of actions focused to participatory planning and development of tourism in legally protected areas.

Keywords: Public Management, Legally Protected Areas, Tourism Development, Joinville.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE JOINVILLE	56
FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS EM JOINVILLE.....	64
FIGURA 3 – LINHA DO TEMPO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE.....	66
FIGURA 4 - FOTO PANORÂMICA DA ARIE DO MORRO DO BOA VISTA..	72
FIGURA 5 - AO FUNDO O MORRO DO BOA VISTA JÁ DEVASTADO DURANTE A DÉCADA DE 40.	73
FIGURA 6 - VISTA DE JOINVILLE DE 1862, NOS FUNDOS O MORRO DO BOA VISTA JÁ OCUPADO POR PASTAGENS.....	74
FIGURA 7 - UMA DAS DIVERSAS CACHOEIRAS ENCONTRADAS AO LONGO DO RIO CUBATÃO.	82
FIGURA 8 - APREENSÃO DE PALMITO PELA POLÍCIA AMBIENTAL NO INTERIOR DA UC.	83
FIGURA 9 – VISITAÇÃO DESORDENADA DA POPULAÇÃO NAS MARGENS DO RIO.....	84
FIGURA 10 - PÓRTICO PARA FISCALIZAÇÃO NO INÍCIO DA ESTRADA QUIRIRI..	85
FIGURA 11 - AÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES PROMOVIDA PELA FUNDEMA.	86
FIGURA 12 - PRESENÇA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NO INTERIOR DA UC.....	87
FIGURA 13 – CASA EM TÉCNICA ENXAIMEL, ARQUITETURA TÍPICA DA REGIÃO.....	87
FIGURA 14 - COMUNIDADE MORRO DO AMARAL.....	89
FIGURA 15 - A PESCA, ATIVIDADE DE SUBSISTÊNCIA DA COMUNIDADE.	90
FIGURA 16 - PRESENÇA DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NA UC.	91
FIGURA 17 - EMPREENDIMENTOS JÁ ESTABELECIDOS PELOS MORADORES DA UC.	92
FIGURA 18 - PEGADAS DE ANTA NO CAMINHO.....	95
FIGURA 19 - USINA HIDRELÉTRICA VISTA DO 1º SALTO DO BRACINHO.....	96
FIGURA 20 - AMANHECER NO 8º SALTO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO BRACINHO.	97
FIGURA 21 - ABRIGO DE CAÇADOR ENCONTRADO JÁ INCINERADO.....	98
FIGURA 22 - EQUIPAMENTOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA ABANDONADOS. ...	100
FIGURA 23 – PEQUENA BARRAGEM DO RIO MOTUCAS	100
FIGURA 24 – RIO MOTUCAS INSERIDO NO PARQUE ROLF COLIN.....	101
FIGURA 25 - CASAL DE BUGIO (<i>ALLOUATTA GUARIBA</i>) NO INTERIOR DA UC. ...	104
FIGURA 26 - RPPN CAETEZAL, COM 46.130.000 M ² DE ÁREA PRESERVADA.	105
FIGURA 27 - APREENSÃO DE PALMITEIROS NO INTERIOR DA UC.....	105
FIGURA 28 - APREENSÃO DE CAÇADORES REALIZADA PELA POLÍCIA AMBIENTAL NA UC.....	106
FIGURA 29 - CACHOEIRA DO CUBATÃO, LOCALIZADA NO INTERIOR DA UC... ..	107
FIGURA 30 – MAPA DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO..	116
FIGURA 31 – MAPA TURÍSTICO RURAL	121
FIGURA 32 – MAPA TURÍSTICO URBANO.....	121

FIGURA 33 – PASSEIO DE TRATOR OFERECIDO NA PROPRIEDADE DO SR. ANGO.....	125
FIGURA 34 – MONTANHISMO PRATICADO NO INTERIOR DA APA.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - SEXO E FAIXA ETÁRIA DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA	128
GRÁFICO 2 - SEXO E FAIXA ETÁRIA DOS CONSELHEIROS DO COMTUR.....	128
GRÁFICO 3 - GRAU DE ESCOLARIDADE DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA..	129
GRÁFICO 4 - GRAU DE ESCOLARIDADE DOS CONSELHEIROS DO COMTUR.....	129
GRÁFICO 5 - EXPERIÊNCIA DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA	131
GRÁFICO 6 - EXPERIÊNCIA DOS CONSELHEIROS DO COMTUR.....	131
GRÁFICO 8 - CONHECIMENTO DO COMTUR.....	132
GRÁFICO 9 – RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA	133
GRÁFICO 10 – RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES DOS CONSELHEIROS DO COMTUR.....	133
GRÁFICO 11 – FONTES DE INFORMAÇÕES DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA	134
GRÁFICO 12 – FONTES DE INFORMAÇÕES DOS CONSELHEIROS DO COMTUR .	134

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO SNUC	34
QUADRO 2 – ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE	65
QUADRO 3 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE MUNICIPAL MORRO DO FINDER.....	68
QUADRO 4 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CAIEIRA .	71
QUADRO 5 - FICHA TÉCNICA DA ARIE MORRO DO BOA VISTA	77
QUADRO 6 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE MUNICIPAL ZÔO-BOTÂNICO	80
QUADRO 7 - FICHA TÉCNICA DA APA SERRA DONA FRANCISCA	88
QUADRO 8 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE MUNICIPAL DA ILHA DO MORRO DO AMARAL.....	93
QUADRO 9 - FICHA TÉCNICA DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO BRACINHO.....	98
QUADRO 10 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE ECOLÓGICO PREFEITO ROLF COLIN.....	102
QUADRO 11 - FICHA TÉCNICA DA RPPN CAETEZAL.....	107
QUADRO 12 – GESTÃO DAS ALP EM JOINVILLE	111
QUADRO 13 - FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS CONSELHEIROS	129
QUADRO 14 – ANÁLISE DAFO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
ALP	Áreas Legalmente Protegidas
FUNDEMA	Fundação Municipal do Meio Ambiente
COMDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
PROMOTUR	Fundação Turística de Joinville
COMTUR	Conselho Municipal do Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
FATMA	Fundação Estadual do Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organizações Não-Governamentais
MTUR	Ministério do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
SAMA	Secretaria de Saneamento, Águas, Meio Ambiente e Agricultura
IPPUJ	Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
MASJ	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
APP	Área de Preservação Permanente
UGP	Unidade de Gerenciamento do Programa Linha Verde
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
DAFO	Debilidade, ameaças, fortalezas e oportunidades

SUMÁRIO

RESUMO	6
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	9
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
1 INTRODUÇÃO.....	13
2 GESTÃO PÚBLICA DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS E O TURISMO	17
2.1 USO E GESTÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS.....	17
2.2 POLÍTICA AMBIENTAL E AS CIDADES.....	24
2.3 TERRITÓRIO E ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	29
2.4 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS.....	37
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.1 FENOMENOLOGIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	47
3.2 COLETA DE DADOS	48
3.3 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	50
3.4 ANÁLISE DAFO.....	52
4 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE	55
4.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E AMBIENTAL DE JOINVILLE	55
4.2 ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS	59
4.3 ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE	63
4.3.1 Parque Municipal Morro do Finder.....	66

4.3.2 Parque Natural Municipal Caieira	69
4.3.3 Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista	72
4.3.4 Parque Municipal Zoo-Botânico do Morro do Boa Vista.....	78
4.3.5 Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca.....	81
4.3.6 Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral	88
4.3.7 Estação Ecológica do Bracinho.....	94
4.3.8 Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin	99
4.3.9 Reserva Particular de Patrimônio Natural Caetezal	103
4.4 ANÁLISE PARCIAL DA CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS.....	108
5 A GESTÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS E SEU USO PARA O TURISMO EM JOINVILLE.....	111
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS GESTORES DO MEIO AMBIENTE E DO TURISMO	127
5.1.1 Sexo e faixa etária	128
5.1.2 Grau de escolaridade e formação acadêmica	129
5.2 REPRESENTAÇÃO E EXPERIÊNCIA NO CONSELHO	130
5.3 CONHECIMENTO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	131
5.4 OPINIÕES E RELAÇÃO COM AS ALP	135
5.5 ATRATIVIDADE E POTENCIAIS DAS ALP	136
5.6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS CONSELHEIROS DO COMDEMA E COMTUR	137
6 ANÁLISE ESTRATÉGICA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE (SC)	141
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
8 REFERÊNCIAS.....	153
APÊNDICE	168
APÊNDICE A - Questionário Conselheiros.....	169
ANEXO	172
ANEXO A - Composição dos Conselhos Municipais	173

1 INTRODUÇÃO

O aumento cada vez mais freqüente no número de visitantes, sejam turistas ou população local em áreas naturais e espaços de lazer urbanos, tem despertado a discussão quanto à dinâmica de utilização destes espaços, vista como uma necessidade da sociedade em busca do usufruto do seu tempo livre e a valorização de áreas naturais, assim como a necessidade do planejamento e gestão destes espaços de forma responsável.

O processo de gestão das cidades encontra-se repleto de desafios, pois há necessidade de contemplar diferentes necessidades em relação aos aspectos fundamentais para a vida humana, buscando proporcionar a qualidade de vida. Dentre os temas presentes neste processo de gestão, estão as questões ambientais, o lazer e o turismo. Gerir responsávelmente os espaços de convivência do homem é tarefa primordial para o difícil alcance da sustentabilidade. Neste contexto, propõe-se a discussão da gestão das áreas legalmente protegidas (ALP) no município de Joinville, localizado na região sul do Brasil, no Estado de Santa Catarina.

É importante salientar as dificuldades da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, quanto a gestão das ALP, principalmente com relação a inexistência de planos de manejo que vem sendo apontada como um dos principais entraves ao desenvolvimento da visitação em suas ALP; bem como a falta de fiscalização; a ausência de ações em educação ambiental que contribuem à manutenção de hábitos e práticas inadequadas ao meio ambiente; a problemática de implementação e de gestão territorial referente às ALP.

Diante o processo de análise, se estabeleceram como problemas de pesquisa os seguintes questionamentos: Como estava a gestão das áreas legalmente protegidas e seu uso para o turismo? Como se caracterizaram estas áreas? Como funciona a conservação dos ambientes naturais e a dedicação política e social para com a comunidade, que favorecem e dificultam a gestão nas áreas legalmente protegidas? Como ocorre a união dos elementos que constituem a caracterização de cada área com os fatores que influenciam interna e externamente, considerando a possibilidade para o desenvolvimento de segmentos do turismo que vêm ao encontro com a sustentabilidade proposta para as áreas legalmente protegidas?

Este processo de análise possibilitou não somente a caracterização destes espaços e a compreensão da gestão pública, mas a identificação dos principais problemas e limitações existentes nas áreas legalmente protegidas e em seus respectivos órgãos gestores bem como das principais potencialidades de soluções.

Fixou-se como objetivo principal analisar a gestão pública municipal para o desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville. Deste objetivo desmembraram-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar as áreas legalmente protegidas quanto aos seus processos de criação e implantação, atrativos (naturais e culturais), bem como em relação ao nível de implementação e gestão territorial de Joinville.
- Avaliar a gestão pública municipal do meio ambiente e do turismo, considerando as opiniões dos conselheiros do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Joinville (COMDEMA) e Conselho Municipal de Turismo de Joinville (COMTUR);
- Analisar o potencial e as limitações das áreas legalmente protegidas para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais em Joinville.

Como hipótese desta pesquisa, considera-se que a gestão municipal do meio ambiente de Joinville apesar de ser incipiente no processo de gestão das áreas legalmente protegidas, comprometendo os objetivos fundamentais de conservação e preservação, estas áreas se caracterizam como relevantes fragmentos naturais e sócio-culturais, potenciais para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais.

O processo de crescimento do fenômeno turístico, suas tendências desde 1999, principalmente na massificação da atividade em destinos turísticos, assim como ações voltadas ao desenvolvimento local e regional tem despertado na Geografia um interesse maior pelo seu estudo de forma científica. As incidências espaciais do turismo têm recebido em destaque um tratamento geográfico do fenômeno (RODRIGUES, 1999).

O estudo das dimensões espaciais do turismo tem refletido inúmeras análises por meio de estudiosos da geografia (CORIOLANO, 2007, 2009; CARLOS, 1996; CRUZ, 2007; RODRIGUES, 1996, 1999; XAVIER, 2007) que identificam a dinamicidade e complexidade do fenômeno turístico enquanto agente de transformação e organização do território. Para compreensão do espaço e do território, utilizam-se também nesta pesquisa, conceitos de geógrafos como: Lefebvre (1999; 2000), Castro (2003), Claval (1999) e Haesbaert (1999; 2007).

Este processo da discussão do turismo na geografia aponta resultados significativos no desenvolvimento do fenômeno, principalmente no planejamento da atividade, levantando principalmente os impactos do turismo nas comunidades locais e os custos sociais das obras e da manutenção dos serviços públicos nos núcleos turísticos.

Fez-se necessária, também, a pesquisa quanto a caracterização destas áreas afins de turismo e sua atratividade (natural e cultural), bem como em relação ao nível de implementação e gestão territorial.

Este processo exploratório possibilitou não somente a caracterização destes espaços, mas a identificação dos principais problemas e limitações existentes nas áreas legalmente protegidas e em seus respectivos órgãos gestores. A pesquisa contempla então a avaliação dos fatores que favorecem e dificultam a gestão nas áreas legalmente protegidas.

A reflexão sobre estas áreas visa explicitar a concepção de gestão quanto à conservação dos ambientes naturais e a dedicação política e social para com a comunidade.

A estrutura de investigação desta pesquisa está dividida em sete capítulos, ordenados para a condução dos aspectos teóricos, metodológicos, descritivos, análise dos resultados e considerações finais. Além da introdução, o segundo capítulo discorre sobre a fundamentação teórica e conceitual. Contextualiza a política ambiental brasileira e o papel das cidades, principalmente no desenvolvimento das áreas legalmente protegidas para o lazer e o turismo. Discute o conceito de território e insere as áreas legalmente protegidas. Por fim, relaciona o fenômeno do turismo e seus segmentos específicos com as áreas naturais.

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos. Descreve a linha a qual a pesquisa se orienta, justificada pela fenomenologia e um estudo multicaso. Na seqüência apresenta-se a coleta de dados e a discussão dos mesmos como um dos instrumentos da pesquisa. Neste capítulo, busca-se ressaltar também a pesquisa através da técnica da observação participante e da análise DAFO.

O quarto capítulo de caracterização das áreas de estudo, aborda aspectos histórico-culturais de Joinville, descreve as características das principais áreas legalmente protegidas e apresenta a estrutura de gestão destas áreas. Realiza ao final uma reflexão sobre a gestão pública e o turismo nas áreas investigadas.

No quinto capítulo destacam-se dados pertinentes à gestão do meio ambiente nas áreas legalmente protegidas, bem como a gestão do turismo nestas áreas. Este capítulo oferece também dados referentes à pesquisa aplicada aos conselheiros do meio ambiente e do turismo de Joinville.

O sexto capítulo utiliza o método da análise DAFO para cruzar os dados apresentados na caracterização das áreas legalmente protegidas (pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades) com a opinião dos conselheiros, entrevistados, em relação as possibilidades de desenvolvimento do turismo nas ALP.

O sétimo capítulo apresenta os resultados. Destacam-se os principais pontos abordados ao longo da pesquisa e demanda sugestões para a aplicabilidade de uma gestão compartilhada e participativa.

Por fim, encerra-se o trabalho apresentando as referências bibliográficas e os anexos.

2 GESTÃO PÚBLICA DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS E O TURISMO

Com o intuito de unir e apresentar as temáticas desta pesquisa busca-se, neste capítulo, introduzir a relação entre a ciência geográfica, no que se refere ao uso e gestão dos territórios através do recente fenômeno do turismo. Discute-se também o despertar para as políticas ambientais e o planejamento das cidades para a consolidação de áreas verdes. Por fim, diante o conceito geográfico de território, apresenta-se brevemente o histórico da política nacional de áreas protegidas.

2.1 USO E GESTÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS

Diante uma realidade pós-moderna, a sociedade e a natureza até então presentes no discurso ambiental remetem questionamentos sobre sua origem epistemológica, fundamentalmente no que se diz respeito ao conceito de natureza. Tendo como base, a ciência moderna, acompanhada por uma discussão analítica em casualidades deterministas, apresentam em sua temática, inicialmente no âmbito interno da geografia, questões da ciência ambiental que explicam e simplificam diferentes momentos da história e a relação da sociedade com a natureza.

A geografia, em uma tendência contemporânea tem contribuído para esta discussão, considerando sua dialética pautada em fatores sociais e naturais. Esta tendência iluminista já faz parte da base ideológica da geografia e possibilita um estudo analítico entre a transformação da sociedade e a resolução dos problemas ambientais.

Não obstante a necessidade de discussão da natureza na geografia, que compreende a dinâmica da ciência geográfica e sua base epistemológica, para então identificar a construção do conceito de natureza e a dominação do ser humano com o meio natural. O turismo, fenômeno de estudo recente, possui esta mesma necessidade, pois o mesmo insere-se no campo de lazer, que se baseia primordialmente em atividades tidas como experiências complexas de crescente inserção na vida das sociedades atuais (MARINHO e BRUHNS, 2003).

Esta área de estudo, pauta-se muitas vezes, na fuga e no escapismo das massas, impulsionada pelas pressões urbanas de uma sociedade pós-moderna. O capitalismo exacerbado provoca no homem atual, viagens-sonhos, seguidos de experiências, que ajudam

na sobrevivência. De encontro aos anseios deste homem a natureza se encontra não só para o consumo destes espaços pelo turismo, mas também para a perpetuação das futuras gerações.

As análises do sociólogo francês Henry Lefebvre (1999; 2000) levam a considerar que o espaço urbano com seus contrastes, suas liberdades e suas fatalidades é repressivo, e tem propiciado o escapismo do urbano e conseqüentemente o uso e o consumo dos espaços turísticos.

Porém, identifica-se que desde a antigüidade a dinâmica destes espaços sempre permearam as mais diversas relações do capital. Das feiras às indústrias, ambas os espaços rodeados de relações sociais, possibilitaram inúmeros conflitos. Com o desenvolvimento das cidades e a divisão do trabalho industrial e comercial e com o trabalho agrícola, houve a separação e oposição dos interesses entre a cidade e o campo. E novas formas de consumo advindas das práticas capitalistas se estabeleceram, como o turismo.

Entretanto, com o processo de urbanização das cidades, onde a cidade concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres, surgem como conseqüência ao ser humano contemporâneo um modo de vida estressante e doentio. Buscando então como alternativa o retorno a vivências lúdicas, ou então naturais, para fins do escapismo do espaço urbano.

Segundo Carlos (1996), estas transformações da atualidade, com relação aos espaços-temporais, são destacadas através do fenômeno do turismo que, como uma extensão das atividades produtivas, surge como uma nova forma de consumir o espaço. O indivíduo da sociedade urbana atual compra e vende pedaços do espaço para a reprodução da vida com maior freqüência.

Nos diferentes segmentos do turismo, a característica de compra de espaços pelos turistas por um determinado tempo tem se consolidado como uma realidade a qual transforma uma parte do espaço (natural ou urbano) em mercadoria, favorecendo a comercialização e troca de serviços. Esta relação também pode ser interpretada do ponto de vista de dominação, produzindo, reproduzindo, ordenando e direcionando como os espaços devem ser apropriados para o turismo.

O espaço de turismo e lazer são espaço visuais, presos ao mundo das imagens. Carlos (1996) questiona a produção do espaço através do turismo, considera que este perde seu sentido histórico. A multiplicação desta concepção abrange diversas regiões do mundo, onde se apropriam de espaços naturais e urbanos, elementos artificializados, muitos com forte

aculturação, para a produção de espaços espetáculo e que possivelmente se constituem como espaços turísticos.

A possibilidade de procura por momentos diferenciados do cotidiano dos centros urbanos, faz com que parte da sociedade, visualize no turismo uma oportunidade de se distanciar, mesmo que por pouco tempo, dos seus espaços urbanos, direcionando-se para as áreas rurais em busca de contato com o meio natural e com grupos sociais que ainda vivem nestas áreas, ou para espaços artificiais diferenciados, se não completamente, um tanto deslocados do modo de vida conhecido nas suas cidades. Para Lefebvre (1999), a postura passiva deste usuário do espaço urbano, não permite que ele tenha mudanças estruturais, mas, de certa forma, não inibe que ele tente escapar das pressões causadas pelo cotidiano.

Os centros urbanos, além de serem considerados centros dispersores de fluxos turísticos, podem atuar como centros aglutinadores. Cabe identificar como tarefa preliminar, suas respectivas áreas de influência, ainda, quanto a possibilitar condições para o desenvolvimento dos serviços inerentes às atividades turísticas (BAHL, 2004).

Segundo Rodrigues (1999), para compreender a complexidade do espaço turístico é necessário observar principalmente, as áreas emissoras, áreas de deslocamento e áreas de receptoras, pois são nelas onde se manifesta materialmente o espaço turístico. Com base no estudo do espaço geográfico de Milton Santos (1992), Rodrigues (1999) aponta que os elementos que compõem o espaço são: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas. Destaca-se ainda que estes se relacionam e se confundem, sendo importante estudá-los em um sentido de totalidade, e que, no turismo, cada um desses elementos possui suas características. Para enfoque de análise, este espaço turístico pode ser dividido em natural e urbano.

O turismo pode ser considerado, diante a ótica de Xavier (2007) como uma atividade construtora e modificadora dos espaços. Segundo o autor, pode produzir melhor qualidade de vida para as comunidades, mas também, pode gerar impactos, invadindo, destruindo, alterando ou produzindo novas territorialidades.

Cada grupo de pessoas envolvidas na atividade percebe de forma diferenciada a construção do espaço pelo turismo, da mesma forma que tem atitudes e condutas diferentes. Estes grupos podem ser constituídos por políticos, planejadores e técnicos, assim como turistas e comunidade receptora.

Conforme Boullón (2001), os espaços turísticos dentro do município são a consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que constituem a matéria-prima do turismo, aliados aos empreendimentos e a infra-estrutura turística. Neste

aspecto, as ALP, que permitem visitação, em sua maioria classificadas como parques, são importantes atrativos turísticos, pois além de beleza cênica proveniente da distribuição dos recursos naturais que conferem qualidade na paisagem, devem promover o lazer e recreação, a educação ambiental e a pesquisa científica.

O turismo entendido não somente em uma ótica capitalista, mas principalmente como um fenômeno social, introduz no espaço objetos definidos com a possibilidade de permitir o desenvolvimento de uma atividade. Estes objetos podem ser absorvidos pelo e para o turismo, alterando muitas vezes seu significado para atender uma nova demanda de uso turístico (ALBACH; HACK & VIEIRA, 2008).

Esta dinâmica de produção do espaço turístico promove a valorização deste, com a incorporação de novos territórios e o abandono de outros, tem incorporado paralelamente um modismo de consumo. Assim, os espaços passam então a ter uma importância significativa no âmbito do turismo, fortalecendo principalmente segmentos do turismo direcionados a atividades nos mesmos. Criam-se também outros territórios, que podem estar localizados tanto em áreas urbanas como em áreas naturais que venham atender expectativas de um cidadão dotado de um modo de produção, fruto de uma sociedade capitalista.

Sendo assim, o uso dos espaços turísticos pode ter tanto a função de valorização cultural dotado pelas práticas sociais do turismo quanto por uma divisão social e territorial do trabalho, porém o que ainda prevalece e determina o consumo destes espaços é a preferência dos fluxos turísticos dominantes, caracterizados por diferentes tipos de capitais, informações e pessoas.

Segundo Bahl (2004), para delimitação de espaços geográficos de caráter turísticos, se tem como necessidade a definição de critérios que possibilitam identificar uma rede de equipamentos e serviços básicos associados ao atendimento aos turistas, a localização dos atrativos, a infra-estrutura de apoio e a forma de ordenação institucional e privada do turismo nas localidades.

Este fluxo turístico dominante, que possibilita a geração de renda, requer um intenso trabalho de planejamento e gestão, com a participação direta dos envolvidos com o uso público, garantindo os princípios da sustentabilidade através das melhores estratégias e práticas disponíveis.

Em razão do grande impacto causado pela sociedade industrializada ao ambiente natural, tornou-se notória a necessidade da intervenção humana para minimizar suas conseqüências. A criação de áreas legalmente protegidas tem-se destacado como alternativa para a conservação da sociobiodiversidade. Para que se garanta a conservação dos recursos

naturais e a boa qualidade da experiência dos visitantes, torna-se necessário o planejamento e a gestão das áreas legalmente protegidas (GIRALDELLA; NEIMAN, 2010).

Segundo GiraldeLLa & Neiman (2010), a participação das comunidades na criação, implantação e gestão das UC no Brasil se dá, na maioria das vezes, apenas para que ocorra a transferência do conhecimento aos novos gestores, quase sempre técnicos indicados pelos órgãos públicos responsáveis pela área. São poucos os casos onde a população local é envolvida para compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção (concepção, implementação e avaliação).

A participação social para a gestão das áreas legalmente protegidas envolve questões amplas, complexas e ambíguas, principalmente por tratar de uma construção coletiva e de convivência social. O desafio ainda é a construção coletiva e a consolidação de um processo participativo nas modernas práticas de gestão. Este novo paradigma de participação social, conforme Irving (2003) garante a sustentabilidade em projetos de conservação de recursos renováveis e/ou desenvolvimento.

A proposta de gestão participativa exige um investimento no ser humano e no grupo, de forma que se facilite a descoberta de seu potencial, e promova atitudes, valores que auxiliem o exercício pleno de seu papel como agente transformador e facilitador das relações interpessoais, na convivência social (AYRES; IRVING, 2006).

Experiências práticas e teóricas, no campo da inclusão social, segundo Irving (1999), têm sido importantes para o esclarecimento de conexões entre diversas áreas do conhecimento, provocando o engajamento comunitário no processo de tomada de decisões, engendrando formas inovadoras para a caracterização dos problemas comuns, delimitando iniciativas para resoluções coletivas possíveis, enfim, despertando, a percepção do poder efetivo do realizar. Para pensar o processo de inclusão social para gestão das áreas legalmente protegidas, é evidente a importância de práticas de educação ambiental que propiciem uma visão mais abrangente do ser humano e viabilizem, aos sujeitos não letrados, uma forma de expressão que não esteja restrita aos códigos verbal e escrito. Técnicas relacionadas com o aspecto lúdico do processo de interação de indivíduos (e grupos), possibilitam explicar consensos e conflitos, revelando um desnível, muitas vezes presente entre pensamento e ação, ou entre o vivido e o percebido (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1999). A aplicabilidade de tais iniciativas permite a participação e o envolvimento comunitário a partir da interpretação do cotidiano vivenciado, transformando muitos problemas em soluções.

Qualquer proposta de gestão participativa envolvendo as áreas legalmente protegidas, deve utilizar como base a interpretação do coletivo, que permita melhor compreensão do

saber e do fazer humano, unindo os conceitos e concepções dos grupos. Este modelo de gestão, através de um conjunto de princípios e processos permitirá o envolvimento sistemático e significativo de todos os atores sociais, para o processo de tomada de decisões, numa relação de responsabilidade e interdependência.

Pode-se considerar como princípios gerais no processo de gestão participativa: a capacidade do órgão gestor em compartilhar as responsabilidades com os atores envolvidos buscando assim melhor proteção da área legalmente protegida; estabelecer uma relação entre a área legalmente protegida e seu entorno; motivar a participação comunitária; conhecer e respeitar a cultura da população; melhorar a qualidade das ações na gestão das UC; garantir a equidade social e melhorar a eficiência na gestão da área legalmente protegida.

Nem sempre as tradições mantidas pelas comunidades favorecem os recursos naturais existentes, como é o caso das queimadas e roçadas. Nestes casos, o monitoramento é necessário para controle do impacto à floresta. O acordo entre a gestão da UC e a comunidade local é crucial para que ambas sigam em harmonia.

As regras, muitas vezes, afetam a rotina dos habitantes que por sua vez terão que se submeter a burocracias cotidianas. No entanto, é importante destacar que o manejo correto preserva não somente a UC, mas também as tradições das comunidades.

A centralização e o alto grau de envolvimento do poder público têm apresentado resistências no processo participativo. Segundo Irving (2002), o poder público não deve, nem possui mais, a capacidade de assumir, por conta, a responsabilidade que historicamente concentrou. A autora aponta que somente através do processo participativo que será possível o funcionamento da dinâmica socioeconômica do país como o exercício pleno da cidadania e a legitimação de estratégias de desenvolvimento conjuntamente construídas.

No entanto, este processo de desenvolvimento de uma localidade pela participação comunitária ainda é considerado lento e não atinge resultados de curto prazo. Para a atividade turística, a gestão participativa é considerada um modelo eficaz para atingir um modelo de gestão que congrega os esforços da comunidade, e constitui uma tendência buscada mundialmente. Para tanto, os atores sociais envolvidos no processo turístico devem assumir seus papéis, considerando suas respectivas atribuições determinadas pelos benefícios e responsabilidades. O processo baseia-se na idealização de um turismo responsável, onde o desenvolvimento territorial em face da atividade turística é considerado processo ideal a ocorrer na perspectiva de longo prazo (GÂNDARA; TORRES & LEFROU, 2003).

Conforme Gândara (2003), os aspectos referentes às reivindicações e os benefícios, representados pela vontade e participação da comunidade local, são importantes

considerações a serem relevadas. Nos casos onde a comunidade local não participa com relação aos benefícios do turismo, não estão seguros nem os turistas, nem a área de entorno, nem a atividade turística.

A inserção dos atores locais nas atividades econômicas desempenhadas pelo turismo deve ser considerada como prioridade, bem como o incentivo à qualificação, controle de pequenas empresas de turismo, melhoria na infra-estrutura e serviços gerais para a comunidade, estímulo a aspectos culturais, que possibilitem ao turista a interação nestas atividades, preservando as tradições locais e estímulo à produção e consumo de produtos locais. Em caso contrário tornar-se-á difícil o desempenho de empresariado no local e o desenvolvimento turístico será resultado de um processo imperialista-colonialista (OMT, 1999; GÂNDARA, 2003).

No entanto, para o desenvolvimento de um território, além da participação dos atores sociais locais, torna-se necessário o relacionamento entre as esferas de administração.

Se o turismo e muitos outros setores, cultura e meio ambiente, em especial, exigem qualificações no território que afetam quase todas as áreas de governo, só a participação desses representantes pode equilibrar a dominância do mercado. Acredita-se que a tarefa conjunta seria mais facilitada se constasse com diretrizes emanadas de um Plano Nacional de Desenvolvimento cuja elaboração teria de ser produto da participação de técnicos e de amplas representações sociais (YÁZIGI, 2009).

A gestão territorial participativa no Brasil está basicamente relacionada aos conselhos ou comitês. Estas organizações vêm recebendo incentivos e presenciando ganhos de experiência a partir da Lei 9.985/2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Os conselhos gestores ou comitês, segundo Alegria e Silva (2010), têm possibilitado a construção do consenso e a gestão dos conflitos que envolvem a conservação, proteção e uso dos recursos naturais de uma UC e seu entorno. É através do conselho gestor onde se consolida a participação organizada e responsável da população que interage na área legalmente protegida.

Considerados como espaços públicos jurídico-institucional, os conselhos podem ser representados por órgãos governamentais e não-governamentais. Todas as discussões e demandas são legítimas por princípio, revendo-se canais de confronto e interpelação democrática entre os projetos sociais, a fim de se constituir alternativas viáveis e as mais inclusivas possíveis (LOUREIRO *et al.*, 2003).

Para Telles (2007) as práticas do planejamento participativo têm evoluído a partir do surgimento de novos problemas, expressados pelos conselhos ou comitês. Os entraves para a realização de projetos e, até mesmo, debates construtivos em prol do interesse comum, seja por conflitos de interesses ou pela baixa autonomia de suas decisões, podem ser justificadas através do conceito estabelecido pela ciência geográfica que considera as áreas legalmente protegidas como territórios dotados de relações de poder e conflitos.

2.2 POLÍTICA AMBIENTAL E AS CIDADES

Muitas das questões relativas à problemática ambiental requerem mudanças de mentalidades e o entendimento de como diferentes sujeitos sociais concebem o território efetivamente usado.

Em relação, particularmente à política ambiental implantada no Brasil, as mudanças necessárias são muitas e os problemas estão associados a múltiplos fatores, tais como: o processo de ocupação humana e das políticas públicas conservacionistas adotadas, a ausência de democracia, as diferentes concepções de natureza e território como campos de forças políticas tem colocado a discussão sobre o significado da natureza para os diferentes sujeitos sociais. Existem diferentes concepções da natureza e de território que se projetam nas leis e definições de uso das áreas naturais.

Porém, tem sido habitual a todas as épocas um descaso com a população local, principalmente aqueles segmentos com menor poder de influência política e, em muitos casos, não organizados politicamente. Existe também a timidez com relação aos objetivos conservacionistas, problemas, como por exemplo, na questão de enfrentamento de interesses econômicos dominantes representados por grupos empresariais dos setores hegemônicos da atividade econômica que induziram uma urbanização caótica e de risco social. Algumas mudanças positivas, que é o caso da criação dos planos de gestão participativa para concepção dos planos de manejo das áreas legalmente protegidas municipais. Apesar de que, segundo Furlan (2000), a criação de conselhos consultivos para as áreas legalmente protegidas ainda não abrange aspectos básicos em nossa sociedade, principalmente na conquista da cidadania pelas camadas mais pobres da sociedade.

Conquistar a cidadania não se limita em reconhecer ou permitir a alguém direitos legais. A conquista depende também da mudança de mentalidades a qual envolve consciência, organização, ação política, ética, democracia, e diversos outros fatores que interagem com os

territórios em tempos diversos. As áreas legalmente protegidas são espaços complexos dos quais são necessários conhecer os diferentes atributos naturais e o modo como os diferentes grupos sociais concebem o território. Diante a concepção da natureza, importa saber como ela vem sendo utilizada e quais são os problemas deste uso, o que se pode melhorar para garantir a permanência destes processos. Porém, para a sociedade o que interessa é quem utiliza e para quem este modo de uso está atendendo. Como conciliar esta utilização sem que afete os menos favorecidos?

Conforme Furlan (2000), inúmeros casos mostram justamente como as áreas legalmente protegidas vêm sendo incorporadas a atividade do turismo. As políticas públicas de conservação têm destinado esforços para a implantação de áreas legalmente protegidas e no incremento da atividade de turismo. Neste último ano, o município de Joinville realizou uma iniciativa inovadora no processo de criação de planos participativos que têm por finalidade orientar a elaboração dos planos de manejo.

A estratégia de criação de planos de gestão e de manejo participativo tem auxiliado o desenvolvimento do turismo em áreas legalmente protegidas, no entanto, nota-se como fundamental considerar dentro de um contexto político e principalmente em uma sociedade a qual a cidadania ainda exista para uma minoria e a maioria das ações propostas tenham seu direcionamento para uma lógica dominante de mercado.

A participação social neste caso das ALP é submetida aos limites legais propostos para cada categoria de área. Tais limitações mantêm os conflitos de uso do território insolúveis. Considerando que a legislação ambiental brasileira foi construída através de diferentes termos e conceitos dos recursos naturais. O surgimento de diferentes leis possibilitou, ao longo das últimas décadas, a proteção do território brasileiro para consolidação das áreas legalmente protegidas. Como é o caso das áreas de maior fragilidade ambiental (nascentes, mata ciliar, manguezal, restinga, dunas, topos de morro, entre outras) e áreas de relevante interesse ambiental e cultural (paisagens de grande relevância, sítios arqueológicos, patrimônios culturais, preservação de mananciais, reservas indígenas, entre outras).

Pode-se considerar como marco da legislação ambiental e patrimonial, esta abordagem de proteção legal de áreas de grande interesse, a qual desmembrou para um conjunto de leis específicas direcionadas para cada segmento. No entanto, cabe destacar que a complexidade deste conjunto de leis, normas, conceitos e categorias de espaços naturais protegidos resultaram na dificuldade de compreensão conceitual entre os técnicos diretamente envolvidos com a aplicabilidade legal.

Dificuldades estas que as cidades atualmente enfrentam principalmente na readequação da legislação antiga com as novas normas e leis. A aplicação errônea destas têm-se repetido por inúmeras situações ao ponto de impedir uma grande quantidade de ações direcionadas a melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo Marcondes (1999), o processo de adaptação das cidades para um conceito capaz de atender as necessidades da população se pendura a mais de 2 mil anos, momentos durante o Renascimento os quais buscaram vincular a imagem da natureza às preocupações sociais nos modelos de cidades ideais, com a incorporação preconizada de elementos naturais.

Já no Alto Renascimento, modelos utópicos como o de Thomas More em 1516, idealizava 54 tipos de cidades com a presença das águas delimitando a cidade, os florescentes e abundantes jardins e o cinturão verde do campo. Conforme Choay (1985) a obra de More representava a nostalgia de um desejo passado com o intuito de atingir objetivos futuros para possíveis transformações sociais e naturais. Acredita-se que tais modelos utópicos superaram a idéia de uma natureza intocada associada ao mito sagrado, durante o período do Renascimento.

Para Spirn (1995), a obra de More anunciou proposições de grande relevância que foram acatadas por autores utópicos posteriormente. Principalmente questões como as limitações das cidades, o cultivo de jardins em seu interior e a integração cidade-campo. O dinamismo das discussões possibilitou mudanças dos padrões do Renascimento para o período maneirista agregando o formalismo, através da predominância de um plano regular, geométrico, adequado a necessidade das cidades fortificadas, isolando, conseqüentemente os traços naturais.

Durante o Iluminismo, a evocação de natureza na construção dos modelos ideais de cidade foi amplamente enfatizada. A partir dessa época predominou a noção, presente até os dias atuais, do naturalismo urbano associado à restauração de uma natureza perdida (MARCONDES, 1999). Conforme Tafuri (1985, p. 14), “o apelo ao naturalismo significa simultaneamente apelo à pureza original do ato de configuração do ambiente”. Configura-se então uma nova maneira de encarar a vida humana, através da incorporação de elementos naturais à estrutura urbana, através da analogia da cidade como floresta. Tafuri (1985) ainda retrata que esse naturalismo urbano está diretamente ligado às propostas européias que buscam inserir o pitoresco na arquitetura. Tais propostas procuram adequar a cidade às novas condições históricas e sociais e “naturalizar” o novo espaço construído pela emergente classe social dominante.

Os espaços verdes passam a ser concebidos a partir do século XIX conforme o isolamento das indústrias em cidades voltadas às questões sanitárias de higiene e à salubridade. Segundo Marcondes (1999), os aspectos das cidades utópicas de More são retomados por Howard, em 1898, que idealiza um modelo de cidade-jardim acrescentando indústrias e as ferrovias nos diagramas geométricos ilustrativos de seus esquemas. A proposta de cidade-jardim constitui na aglomeração urbana caracterizada por exacerbada admiração pelo campo e pela natureza face as condições de vida nas cidades. Esta era limitada a 30 mil habitantes, rodeada de um cinturão verde, compondo uma constelação de cidades-jardins circundadas pelo campo.

Neste mesmo período, surgem novos pensamentos urbanísticos que retomam e potencializam o projeto racionalista da cidade industrial. Segundo Tafuri (1985), urbanistas como Le Corbusier, Gropius e Mies van der Rohe definem para um modelo chamado de “cidade-máquina”. O modelo de cidade-máquina ausenta o conceito de espaço e de lugar e as expressões da concepção de natureza associadas ao antinaturalismo, ou seja, a natureza presente é a natureza racionalizada e artificializada (TAFURI, 1985).

Segundo Reis Filho (1967), este racionalismo aplicado nos anos 30 se assemelha com os planos maneiristas do século XVII. Teóricos aceitam e valorizam a verticalização e outras formas de centralização, aliadas, porém, à reconciliação do solo urbano com a natureza. A paisagem não mais se relacionava com as razões de ordem romântica (antiurbanas e anti-industriais), mas razões de ordem higiênica, como a insolação e a aeração dos edifícios.

Marcondes (1999) afirma que esta visão de natureza artificializada é reiterada no zoneamento funcionalista proposto pela Carta de Atenas, que mantém o pensamento urbanístico até os anos sessenta do século XX, com vários desdobramentos nas intervenções urbanísticas nas cidades neste século. Surgem também correntes críticas no urbanismo, como a de Frank Lloyd Wright na década de 1930 e a de Rossi a partir da Segunda Guerra Mundial, após a década de 1960, que buscavam recuperar os conceitos ausentes do urbanismo moderno de espaço e lugar. Porém, estes modelos se limitavam a dimensões da história e da cultura local.

O tema ambiental é retomado a partir da década de 1980, onde permeou as formulações urbanísticas não mais em soluções globalizantes para a cidade, mas fragmentada em megaintervenções urbanísticas em parcerias estabelecidas entre o setor público e o privado, com a função de um novo papel às cidades, onde segundo Hall (1995) e Harvey (1993) chamavam de empresariamento da administração urbana.

Estas intervenções buscaram a revitalização de territórios degradados, com a incorporação de elementos naturais presentes no espaço, reafirmando a relação de cidades-água, como projetos de Puerto Madero em Buenos Aires, Inner Harbor em Baltimore, South Street Seaport em Nova York e Docklands em Londres (MARCONDES, 1999). Porém, tais projetos urbanísticos não pressupõem a integração entre as cidades e meio ambiente, mas buscam incorporar o meio natural no projeto urbano.

Segundo Acselrad (2001) as cidades também devem ser refletidas a partir da ótica dos movimentos sociais urbanos, ao considerar os diferentes ambientes e as intervenções cujos riscos interferirá nos diversos atores sociais da cidade. Conforme o autor, o que caracteriza as cidades contemporâneas sob o efeito da globalização, é a desigualdade social na exposição aos riscos ambientais. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social e da precarização do trabalho, os trabalhadores são submetidos aos riscos da moradia em encostas perigosas, beiras de cursos d'água sujeitas a enchentes, áreas contaminadas por lixo tóxico, situadas sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade.

Tem-se então como desafio a construção de cidades com novos parâmetros, porém nota-se problemático a restrição para concepções de um novo urbanismo ecologizado que se satisfaça em promover cidades compactas, capazes de economizar espaço e energia, nem tampouco que tenha na “sustentabilidade” um mero atributo simbólico adicional para a competição interurbana desenvolvida através do *marketing* de cidades.

Este desafio se inicia em pensar em um novo modelo de desenvolvimento urbano, que tenha como base princípios da democratização de territórios, no combate da segregação sócio-espacial, na defesa dos direitos de acesso aos serviços urbanos e na superação da desigualdade social manifestada também nas condições de exposição aos riscos urbanos.

Conforme Acselrad (2001), a crise social que ultrapassa e nega as possibilidades da modernização ecológica, requer a reconstrução do tecido social das cidades a fim de subordinar a economia do ambiente urbano aos princípios de uma justiça ambiental aplicada às cidades.

A partir do século XIX, surge a necessidade de inserir nas cidades, espaços adequados para atender a uma nova demanda social, gerada pela era industrial: o lazer, o tempo do ócio e a contraposição ao ambiente urbano. Segundo Macedo (2003), a criação e evolução de áreas de lazer, representada principalmente por intervenções como os parques urbanos, nestes dois séculos, tem acompanhado as mudanças urbanísticas das cidades.

A requalificação dos espaços urbanos, principalmente das áreas centrais das cidades, com a demanda crescente de espaços de recreação e lazer e com a introdução das dimensões

ambiental e paisagística no planejamento, a temática do parque urbano assume papel de destaque nos planos e projetos urbanos.

Conforme a legislação urbanística, as áreas destinadas para o lazer têm sido designadas como áreas verdes, sistemas de lazer, áreas de recreação ou espaços livres de uso público. Para cada designação, costumam-se atribuir funcionalidades diferentes. Alguns direcionam o debate para as questões ambientais, justificando através de suas áreas de preservação; outros defendem estas áreas como uma necessidade de equipamentos para o lazer. Há necessidade de indicadores que possam caracterizar melhor essa realidade, considerando que em alguns estudos apontam que são as práticas esportivas o principal motivo para a frequência em parques de diferentes cidades brasileiras (BIONDI; MÓRMUL, 2004).

Segundo Hardt & Hardt (2006), em um estudo realizado nos parques urbanos de Curitiba, destaca-se que o item mais apreciado pelos moradores do entorno e turistas que são as características naturais do espaço constituem como o fator mais atrativo. No entanto, tal situação é, em grande parte, associada ao lazer, confirmando a tendência contemporânea de crescente prática de atividades físicas e de lazer associada ao maior contato com a natureza, em consonância com novos conceitos de qualidade de vida.

Sendo assim, parques urbanos assim como unidades de conservação, surgem como áreas de relevante discussão no campo do turismo e da geografia, principalmente por ambos representarem uma atratividade no campo do lazer e principalmente da conservação dos recursos naturais, como é o caso das unidades de conservação. Para o turismo, utilizam-se tais áreas como atrativos potenciais para visitação, assim como, para o desenvolvimento econômico e social das comunidades localizadas no entorno das diferentes áreas. Para a geografia, na ótica desta pesquisa, tais áreas representam territórios concebidos por relações de poder as quais justificam sua criação dada a relevância natural e cultural, no entanto buscase através desta ciência, conceitos e instrumentos teóricos e legais que facilitem a compreensão das relações naturais e sociais presentes nos diferentes territórios.

2.3 TERRITÓRIO E ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

O conceito de território surge basicamente ao final da década de 1980, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. Segundo Castro (2003), o território é entendido como um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder.

A territorialização para Claval (1999) é um dos ingredientes essenciais das identidades, mas ela não tem sempre a mesma capacidade de reprodução e nem a mesma forma, conforme o autor, estas se hierarquizam e podem ser fragmentadas.

Conforme Haesbaert (2007) o território não apenas tem relação com o tradicional poder político, mas com o poder mais explícito, de dominação e o poder no sentido mais implícito ou simbólico, a apropriação. Segundo o autor, a apropriação é destacada como um processo simbólico devido ao fato de carregar marcas do “vivido”, do valor de uso. Já a dominação é representada por um processo funcional vinculado ao valor de troca.

Sendo assim, o território pode ser entendido na ótica do “espaço-tempo vivido” reconhecido de forma múltipla, “diverso e complexo” ou então com um território “unifuncional”, proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente pela figura do Estado territorial moderno que não admite multiplicidade, sobreposição de jurisdições e ou territorialidades (HAESBAERT, 2007).

A territorialidade pode ser compreendida, segundo Sack (1986), como uma estratégia de poder, capaz de criar e manter grande parte do contexto geográfico do qual é experienciado e o dotado de significado.

Todo o território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é “funcional” a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais” que variam em importância de acordo com os modelos de sociedades vigentes (HAESBAERT, 2007).

Para Haesbaert (1999) a questão ecológica, assim como, a criação de áreas legalmente protegidas transformam-se em uma questão cultural, afinal, carregam em si o simbolismo na construção da identidade local ou regional. Nestes casos, a configuração dos aspectos ambientais configura uma hierarquia de territorialidades que através de uma série de restrições de uso e de reorientações para a gestão dos ambientes, implicam em redirecionamentos das ações locais e no fortalecimento da postura ambientalista.

O conceito de meio ambiente, segundo Coriolano (2007), inclui tudo o que afeta diretamente o metabolismo ou o comportamento de um ser vivo ou espécie, incluindo a luz, o ar, a água, o solo, os nutrientes e a cadeia alimentar. Nele estão os seres vivos e tudo que com eles coabitam. Trata-se de um conceito inserido na categoria espaço geográfico. O ambiente (*environment*) pode ser o entorno ou o componente (externo e interno) de um espaço habitado. O meio ambiente como espaço do homem no exercício de suas atividades, foi revalorizado

pelo turismo, mas esta revalorização da natureza implicou ainda mais o acirramento dos impactos ambientais. À medida em que a natureza foi transformada em mercadoria compreendeu-se a questão ambiental como de múltipla dimensão política, econômica e social associada ao modo de produzir e não mais como questão natural especificamente.

Conforme Gomes (1997), meio ambiente também se resume no conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas e que particularizado no urbano, passa a representar o “miolo” e a “casca” onde as ações antrópicas o modelam, “ajustando”, “manipulando” e adequando suas especificidades aos seus interesses.

Compreende-se então que o meio ambiente ultrapassa as discussões das ciências naturais, e busca a interação com as demais ciências. As relações não podem ser vistas apenas como do homem com a natureza, pois é a sociedade que determina as formas de usos e os conflitos de uso da natureza.

O território, concebido e analisado como um espaço definido e delimitado por, e a partir de relações de poder, acaba possibilitando maior reflexão no que se refere ao tema principal desta pesquisa que são as áreas legalmente protegidas.

Segundo Schäffer e Prochnow (2002), as áreas legalmente protegidas são áreas criadas para garantir a sobrevivência de todas as espécies de animais e plantas – a chamada biodiversidade – assim como, para proteger locais de grande beleza.

As áreas legalmente protegidas abrangem também a realidade dos parques urbanos que segundo Macedo (2003), admite o papel de um espaço livre público, de lazer ou de conservação, estruturado por vegetação e dedicado ao lazer de massa urbano. O parque público é destacado pelo autor como um elemento típico de grande cidade moderna, estando em constante processo de recodificação.

Cada vez com mais frequência, a cidade brasileira contemporânea necessita de novos parques, em geral de dimensões menores devidos à escassez e ao alto custo da terra. Atendem uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas como culturais, não possuindo, muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo, característica dos grandes parques públicos (MACEDO, 2003, p. 13).

No decorrer do século XX, novas funções foram introduzidas, como as de conservação dos recursos naturais, as esportivas e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos.

Conforme Macedo (2003) essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, por exemplo, os parques temáticos e as unidades de conservação.

O parque temático, fruto dos velhos parques de diversões e as feiras de exposição do início do século, surge em 1955, com a inauguração da Disneylândia, na cidade de Anaheim, na Califórnia. Este tipo de parque é considerado uma forma popular de lazer, onde, a cenarização é extrema. Sua representatividade abrange lugares reais ou imaginários, e o uso destas áreas são intensos. Na sua grande maioria, brinquedos simulam histórias e passeios no tempo, na técnica e no espaço. Parques temáticos quase sempre pertencem à iniciativa privada, encontrados junto ou próximo às grandes aglomerações urbanas (MACEDO, 2003).

A unidade de conservação (foco desta pesquisa) objetiva prioritariamente a conservação dos recursos naturais, como ecossistemas de restinga, manguezal, floresta atlântica, cerrado, dentre outros. Sua área de uso comum, destinada para lazer ativo, é concentrada, destinando maiores áreas para o lazer passivo, como trilhas para caminhadas de contemplação.

A discussão em torno das unidades de conservação, tem início com a criação dos parques norte-americanos (Yellowstone – 1872; Yosemite – 1890), estes pautados inicialmente por uma questão estética, e posteriormente argumentada a partir de conceitos de ecossistema e biodiversidade.

O surgimento das áreas legalmente protegidas no Brasil acompanhadas dos mais diversos regimes especiais de proteção aos recursos naturais é uma prática antiga nas sociedades humanas. Este debate surge a partir da sociedade moderna brasileira, após o processo de colonização dos europeus, fortalecendo cada vez mais na medida em que se revelava mais evidente a dependência humana dos recursos naturais.

Diante a grande diversidade biológica, o Brasil pode ser considerado estratégico no âmbito da conservação dos recursos naturais em todo o mundo. Porém, suas definições legais, assim como, a implementação das políticas para a criação de espaços territoriais protegidos, em função dos atributos naturais e culturais, são de fato recentes na história do país.

Os diversos momentos da história do Brasil, colônia portuguesa dos séculos XVI e XVIII, império monárquico do século XVII ao XIX e por fim a república federativa a partir do século XIX constituíram diversas estratégias para apropriação e gestão dos recursos renováveis. No entanto, a consolidação das áreas protegidas, entendidas como espaços delimitados territorialmente para preservação e conservação da natureza, foi uma ação clara do período republicano, mais precisamente no século XX onde se criam instrumentos legais e

estruturas administrativas no Estado, direcionadas para a gestão de áreas protegidas (MEDEIROS, 2006).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (1982), atual IBAMA, desde 1876, o engenheiro André Rebouças já lutava pela criação dos Parques Nacionais da Ilha do Bananal e de Sete Quedas. Porém, somente a partir dos anos 30, com o governo de Getúlio Vargas, diversas estratégias políticas foram adotadas com o intuito de colocar o Brasil rumo à modernidade. Neste período de transformações, os movimentos ambientalistas no Brasil, que discutiam a criação das áreas naturais protegidas para preservação da natureza, encontraram um grande trabalho pela frente.

O registro da nova constituição de 1934 apresentava pela primeira vez, como princípio básico, a proteção pela natureza. Neste mesmo ano se constituía também o Código Florestal o qual se tornou um dos documentos mais importantes da política de proteção à natureza. Três anos mais tarde, diante um cenário favorável para discussão e criação dos Parques e Florestas Nacionais, cria-se o primeiro Parque Nacional do Brasil.

Conforme Diegues (2002) esta institucionalização de criação das áreas naturais protegidas sofreu uma grande influência de movimentos internacionais para criação de unidades de conservação, principalmente pelos norte-americanos, os quais defendiam a proteção da vida silvestre e já discutiam fortemente através de duas grandes correntes (preservacionismo e conservacionismo) o uso das áreas.

Nas décadas de 1970 e 1980, foram criadas em todo o mundo 2.098 unidades federais de conservação, com mais de 3.100.000 km², o que somando às 1.500 unidades (3 milhões de km²) criadas desde o início do século, perfazem 5% da superfície terrestre (DIEGUES, 2002).

No Brasil somente a partir do final da década de 70, com a publicação do livro “Os Parques Nacionais do Brasil” de Pádua e Coimbra Filho em que se inicia a discussão do uso das áreas naturais protegidas a fins de lazer e recreação. Segundo Diegues (2002), esta foi a primeira publicação que se tem registrado pelo Departamento de Parques do IBDF que discute a temática de visitação em áreas naturais protegidas.

A partir da década de 90 novas políticas ambientais surgem decorrentes da precariedade de gestão das áreas naturais. No ano de 2000 cria-se uma Lei específica (Lei nº 9.985) que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Desde então, políticas governamentais têm se voltado para a discussão da atividade do turismo nas áreas naturais protegidas, justificando a inserção do turismo como possibilidade de desenvolvimento da região de entorno bem como a sensibilização dos turistas para as questões ambientais.

A Lei do SNUC, estabelece a seguinte definição para unidades de conservação:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Considera-se também que o Art. 7º, da Lei nº. 9.985/2000, divide as UC em dois tipos, com características específicas: as Unidades de proteção integral e as Unidades de uso sustentável.

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO SNUC

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Estação ecológica (EE)	Área de proteção ambiental (APA)
Reserva biológica (RB)	Área de relevante interesse ecológico (ARIE)
Parque nacional (PN), estadual ou natural municipal	Floresta nacional (Flona), estadual ou municipal
Monumento natural	Reserva extrativista (Resex)
Refúgio da vida silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)
	Reserva particular do patrimônio natural (RPPN)

FONTE: BRASIL, 2000.

As Unidades de proteção integral, conforme o Art. 7º, § 1º, da Lei 9.985/2000, tem como objetivo básico preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei. Estas admitindo determinadas categorias:

- Estação ecológica (EE) – Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse de domínio público.
- Reserva biológica (RB) - Objetiva a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É de posse e domínio públicos.
- Parque nacional (PN), parque estadual (PE) e parque natural municipal (PNM) – Seu objetivo básico é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o

desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse de domínio público.

- Monumento natural – Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Este pode ser constituído por áreas particulares.
- Refúgio da vida silvestre - Objetiva proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares.

As Unidades de uso sustentável, seguindo o Art. 7º, § 2º, da Lei 9.985/2000, compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável da parcela de seus recursos naturais. Estas são compostas pelas seguintes categorias de UC:

- Áreas de Proteção Ambiental (APA) – é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Constituídas por terras públicas e privadas.
- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) - área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. Constituída por terras públicas ou privadas.
- Floresta Nacional (Flona), estadual ou municipal - é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. É de posse e domínio público.
- Reserva Extrativista (Resex) - área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações,

assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público.

- Reserva da Fauna - é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. É de posse e domínio públicos.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) - área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) - é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

O SNUC, ainda define em seu Art. 27 que “(...) as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo”, e conceituam o plano de manejo como “(...) documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece-se o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000).

O plano de manejo, considerado como documento orientador de todas as atividades a serem desenvolvidas nas unidades de conservação, obriga sua elaboração no prazo de até 5 anos a partir da data de criação da unidade de conservação. A lei 9.985 também esclarece a proibição de qualquer intervenção, alteração, desenvolvimento de atividades ou modalidades de utilização nas unidades de conservação em desacordo com seus objetivos, plano de manejo e seus regulamentos.

Considera-se também como objetivo do plano de manejo, a orientação direcionada para o desenvolvimento do entorno da área, cumprindo o papel de conservação e estimulando o uso das áreas legalmente protegidas através das práticas político-sociais e econômicas.

O aumento da visitação em áreas naturais e áreas de lazer urbano tem sido cada vez mais freqüente por turistas e população local. Este fenômeno tem despertado nos pesquisadores de turismo o interesse de análise; principalmente no que se refere a utilização

destes espaços; vista como uma necessidade da sociedade em busca do usufruto do seu tempo livre, assim como uma maior aproximação do ser humano com o meio natural. Esta valorização das áreas naturais tem favorecido no processo de planejamento e gestão destes espaços, direcionando políticas públicas e oportunizando a sustentabilidade financeira e o fomento de pesquisas nestas áreas.

2.4 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

Conforme Beni (2001) para conceituação do turismo é necessário a união de diversas literaturas, pois estas reúnem características e interpretações variadas, assim como abrangem definições adequadas a propósitos e disciplinas diferentes.

Diante a história, ressalta-se que o turismo contemporâneo surge basicamente a partir da revolução industrial, fato histórico marcado pelo início de um processo de massificação na indústria, voltado principalmente para a produção de grande escala atendendo assim as necessidades da segunda guerra mundial e fortificando uma visão genuinamente econômica.

No entanto, os princípios que permaneceram nas sociedades emergentes da segunda fase da revolução industrial, permeavam pela razão e pela cientificidade. Momento em que, segundo Trigo (1996), sistemas filosóficos como o positivismo, marxismo entre outros dos séculos XVIII e XIX, encontravam receitas e soluções infalíveis que serviriam para toda a humanidade.

O processo de interiorização do capitalismo nas cidades, caracterizado pela concentração da população acompanhada a do capital, marca a necessidade do ser humano de se deslocar no espaço por motivos de trabalho ou então para o ócio.

Associados ao ócio, os deslocamentos passam a serem entendidos também como um marca de distinção simbólico/social. Os deslocamentos de viagem, em uma ótica antropológica segundo Lévi-Strauss (1981), seriam formas encontradas pelo sujeito para visitar suas próprias “paisagens” mentais redescobrimo-as com outros significados, como se os sujeitos estivessem sempre fechados em si mesmo, a visitar-se, quando viajam.

Conforme Krippendorf (2001), o turismo pode assumir critérios positivos entendido como uma manifestação com valores, amor, criatividade e liberdade do indivíduo. Ou então negativos, focando as atenções em fatos como alienação, exploração da comunidade local, entre outros.

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT (2001, p. 38) o turismo é entendido como a “soma de relações e serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”. Este conceito amplia então para um caráter de lazer, não mais exclusivamente comercial.

Outro conceito bastante utilizado por pesquisadores do turismo e que tange a discussão do turismo enquanto fenômeno social é o de De La Torre (1997, p. 16):

El turismo es un fenómeno social que consiste en el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas que, fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural¹.

É válido ressaltar que a conceituação do turismo varia notadamente de acordo com as disciplinas em que atua, pois o turismo possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar (BENI, 2001), sejam elas sociológicas, geográficas ou até mesmo de aspectos legais. Desta forma, devido à ampla natureza do tema, torna-se difícil um consenso da definição do conceito do termo turismo (YOUPELL, 2002). Porém, para que o setor turístico evolua seria necessário a consolidação de um conceito que seja aceito universalmente (BOULLÓN, 2001).

Conforme estudos de Jafar Jafari (1994), o turismo é o estudo do homem, distante de sua residência, da indústria que satisfaz suas necessidades e desejos, e dos impactos que o indivíduo e a indústria ocasionam sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.

Segundo Coriolano (2009), o turismo também pode ser entendido como uma das atividades chave da modernização contemporânea que privilegia relações sociais típicas da sociedade de consumo ao transformar o lazer em mercadoria a ser consumida em viagens, pressupondo outros consumos. Nesta sociedade a organização sócio-espacial é decorrente das imposições de modo de vida moderno que prioriza as necessidades do capital em processo contraditório que enfraquece o Estado, mas fortalece os movimentos sociais e a democracia, amplia a exclusão e a pobreza à medida que amplia os espaços de participação.

Assim, as atividades dos núcleos produtivos de turismo têm resultado nesta dinâmica, representando estratégias de sobrevivência baseadas na criatividade humana, uso das tecnologias, mediante o trabalho humano para satisfazer as necessidades materiais, sofrendo

¹ “O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporal de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual a outro, no que não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”.

influências das leis do mercado. Na reestruturação das crises econômicas industriais, os serviços se destacam entre as atividades econômicas atuais, dando o devido destaque para o turismo.

Diante a constante transformação do turismo, principalmente no que tange as necessidades e desejos do ser humano, nota-se uma tendência global quanto a fruição de ambientes distintos de grandes centros urbanos, como é o caso das áreas naturais, as quais possibilitam a cura dos males da vida moderna e remetem ao estado natural do ser, ampliando suas percepções e sensibilidades.

Durante o período da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, sendo que o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. Com isso, a vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola. O crescimento populacional, principalmente nas cidades inglesas, teria originado um certo sentimento anti-social ou anti-agregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual (DIEGUES, 2002).

Diante este processo de urbanização aliado ao desenvolvimento tecnológico e a uma exploração descontrolada dos recursos naturais, surge como resultado ao homem moderno um *modus vivendi* estressante e doentio.

No entanto, países altamente industrializados e urbanizados destinam aos espaços rurais e as áreas naturais, um modo de vida idílico, ou seja, diante a tal realidade, grande parte da população urbana tem buscado a cura para os males da vida moderna. Esta relação acabou estimulando nos indivíduos uma valorização do meio natural, muitas vezes por causa de suas raízes que haviam deixado para trás ou por estarem tão envolvidos no cotidiano do meio urbano que tinham a visão que o meio rural ou as áreas naturais seriam o ideal de lazer e descanso, e, para tanto, deveriam ser preservadas.

Esta necessidade que o ser humano cria de aproximação com o meio natural vinculado a seu histórico familiar, tem servido como estímulo para seu retorno ao campo, ao natural, mesmo sendo em um curto espaço de tempo. Neste contexto, o fenômeno do turismo aliado a tais fatos históricos, considerado como uma atividade genuinamente econômica, ou seja, o filho pródigo do capitalismo surge como uma atividade de lazer planejada, envolvendo a comunidade local como espaços receptores, visando sua sustentabilidade e estabelecendo objetivos de conservação do meio ambiente. A atividade do turismo nestes espaços vêm aumentado e acredita-se que este segmento é um dos mais promissores no turismo, apontando um crescimento mundial entre 10% e 30% ao ano (BRASIL, 2006).

Considerando que a segmentação do turismo, além de facilitar no processo de planejamento e gestão possibilita aos pesquisadores, ao mercado e aos órgãos públicos responsáveis, ferramentas para o estabelecimento de diretrizes e estratégicas que possam especificar a área de abrangência de cada uma das atividades.

O ecoturismo surge então como um segmento do turismo utilizando a prática de lazer associada à preservação da natureza. Furlan (2000) sugere que o ecoturismo seja uma nova modalidade de uso do tempo livre em atividades que envolvam contato, aprendizado, diversão e ao mesmo tempo baixos impactos sobre os elementos da natureza, criando assim, a partir da vivência com a natureza, uma nova ética socio-ambiental. Esta atividade propõe ao turista uma motivação desde a viagem para áreas protegidas, como a contemplação da paisagem, plantas, animais silvestres e da cultura local existente.

Segundo Ferretti (2002), o termo ecoturismo também tem sido utilizado de forma errônea, associado a qualquer tipo de atividade ligada a destinos naturais. A autora acredita ainda que esta vulgarização do termo tenha acarretado aspectos negativos para a atividade, principalmente por ser utilizado constantemente para promoção e *marketing* das operadoras de turismo.

No final da década de 80 e início da década de 90, surge a discussão em pequenos grupos do segmento de ecoturismo no Brasil. A partir daí foram criados conselhos e comissões os quais eram formados por representantes do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, esses atores sociais da iniciativa privada, e de diversas ONGs. elaboraram as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”.

Definindo ecoturismo pode-se tomar o conceito de BARROS (1994, p. 19):

Segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação, e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações.

Já Fennell (2002, p. 52-53) considera que:

O ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.

Além de ser considerado como alternativa econômica, o ecoturismo, mesmo que de baixo e lento retorno de investimentos, reduz os impactos causados pelo turismo tradicional. Dentre as oportunidades desta atividade, está o retorno do lucro gerado para fontes

financiadoras de ações que preconizam a preservação dos recursos naturais e o seu uso racional (FERRETTI, 2002).

Ainda associado ao turismo em áreas naturais, considera-se as atividades de aventuras, denominadas também dentro da segmentação como turismo de aventura sendo praticada em ambientes naturais, como unidades de conservação e no entorno destas, apresentando, portanto, uma forte relação com o ecoturismo.

Conforme a ABETA e Ministério do Turismo (2009) o conceito definido para este segmento surgiu em uma oficina para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, organizado pela EMBRATUR no ano de 2001 na qual conceitua o turismo de aventura como:

[...] segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 29-30).

A partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, elaborou-se novos conceitos com base na segmentação turística. Desde então, define-se que: “turismo de aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo (BRASIL, 2008, p. 15)”.

Assim como o segmento de ecoturismo e turismo de aventura, considera-se relevante apresentar outro segmento, no qual determina também sobre o território, devido a um elemento de identidade, marcado por suas atividades práticas e tradições, aspectos e características e também determinados pelos seus serviços a infra-estrutura oferecida.

Capanhola e Graziano (1999, p. 12) em sua definição consideram que:

O turismo no meio rural constitui-se numa forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo que depende da gestão do espaço local e rural para seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. Constitui-se, portanto, em um instrumento do estímulo à gestão e ao uso sustentável de espaço local, que devem beneficiar prioritariamente a população local direta e indiretamente envolvida com as atividades turísticas.

Assim, os segmentos do turismo praticados em áreas naturais a cada ano tem-se demonstrado relevante para este fenômeno social. As estreitas relações com as questões ambientais justificam a participação do turismo no processo de planejamento e gestão das áreas naturais. O “consumo” deste segmento também se remete as áreas naturais protegidas, também conhecidas como áreas legalmente protegidas ou então unidades de conservação (UC).

Quando localizadas em áreas urbanas as UC são vistas como espaços de lazer importantes para a população local, que enxerga nos parques a possibilidade de se relacionar com a natureza e ampliar seu convívio social. A atividade do turismo nestes espaços tem sido muitas vezes uma alternativa tanto na sensibilização dos turistas e visitantes com relação à conservação da biodiversidade e temas da sustentabilidade, assim como no incremento da economia, possibilitando maior geração de empregos e renda para as comunidades locais, buscando um desenvolvimento local e regional. Porém, tal atividade deve ser cuidadosamente planejada, desenvolvida de forma harmônica e integrada ao meio.

Conforme Hardt (2007, p. 85), para implantação de novas atividades de turismo em ALP, deve-se levar em consideração sua capacidade de suporte, como a “quantidade de uso que pode ser mantida em um tempo específico, em área desenvolvida a um certo nível, sem causar prejuízo nem ao ambiente nem à experiência dos visitantes”.

A utilização do turismo nas áreas legalmente protegidas pode-se considerar como um instrumento de conhecimento, divulgação e defesa destas reduzidas áreas, possibilitando sua proteção das pressões resultantes de outras atividades ou interesses econômicos. Rodrigues (1999, p. 33) ainda ressalta que “só se defende aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece”.

Para que a atividade de turismo em áreas legalmente protegidas tenha seu desenvolvimento equilibrado, em conformidade com as leis previstas para as unidades de conservação, considera-se como essencial o uso do plano de manejo.

O plano do manejo, considerado um instrumento oficial de planejamento, estabelece o zoneamento e normas de uso da terra e o manejo dos recursos naturais, inclusive as estruturas físicas necessárias para a gestão da unidade. O zoneamento determinará as áreas e atividades que podem ser direcionadas ao turismo, minimizando e controlando o impacto antrópico sobre a unidade (IBAMA, 2008).

O processo de planejamento de determinadas áreas legalmente protegidas deve considerar o grau de conservação e variabilidade dos ambientes protegidos, a singularidade e representatividade da área, a riqueza e diversidade de recursos, a suscetibilidade do meio e do seu patrimônio natural e cultural, destacando o seu potencial de visitação e de conscientização ambiental, dentre vários outros fatores. Condições como estas, caso não atendidas, dificilmente possibilitarão o seu uso como atrativo de produtos turísticos ofertados pela cidade (HARDT; *et al.*, 2009).

Conforme o relatório feito pelo IBAMA e WWF-Brasil (2007) apresentando a efetividade da gestão das unidades de conservação federais do Brasil, das 246 unidades de

conservação avaliadas, apenas 13% apresentaram alta efetividade de gestão, 36% com efetividade média e 51% efetividade baixa. Este percentual representa a realidade nacional das áreas legalmente protegidas, considerando que um número menor de unidades de conservação apresenta alta efetividade, sendo predominante a baixa efetividade. Apesar da grande maioria destas áreas apresentarem uma elevada importância biológica, apresentam debilidades nos insumos que comprometem a gestão.

[...] não existem compromisso e recursos financeiros suficientes para a gestão efetiva do sistema de unidades de conservação; as metas de conservação não estão incluídas em todos os aspectos das políticas de desenvolvimento; a comunicação interinstitucional é falha; há sérios problemas na aplicação efetiva das leis; as políticas nacionais relacionadas à educação ambiental, manejo e conservação de recursos naturais necessitam ser melhoradas, além de haver capacitação insuficiente de funcionários públicos de vários setores na área ambiental (IBAMA, 2007).

Neste mesmo relatório dados apontam que recursos humanos, recursos financeiros e questões relacionadas ao desenvolvimento de pesquisa, avaliação e monitoramento são críticos em todas as ALP estudadas, muitas também apresentam problemas de planejamento de gestão e infra-estrutura.

Diante à dificuldade de recursos, entidades gestoras de áreas legalmente protegidas no Brasil têm optado pela privatização através de concessões às operadoras de turismo, como por exemplo o Parque Nacional Foz do Iguaçu e recentemente o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Estas concessões, conforme Rocktaeschel (2010) podem ser exploradas por grupos de atividades e serviços, que apesar de estabelecer um monopólio setorizado (pressão política setorizado e poder de barganha setorizado) e dificuldade de concessão de determinados serviços, facilita o controle de administração, possibilidade de melhor qualidade de serviço, menor movimentação de veículos e pessoas, possibilidade de inclusão de serviços não atrativos e especializações dos serviços. Para concessões pulverizadas e individualizadas, a autora aponta como desvantagens, a dificuldade de controle administrativo, pequenos investidores, muitas movimentações de mão-de-obra, veículos, fornecedores, maior número de contratos a serem administrados, menos investimentos de recursos para as áreas e vários interlocutores, porém acredita promover maior concorrência na qualidade dos serviços, maior competitividade, ausência de monopólio, maior facilidade de se fazer ajustes/alterações, maior facilidade de evitar colapso total, maior possibilidade de especialização dos serviços, maior liberdade de preços e pulverização do poder.

Com o intuito de esclarecimento da metodologia desta pesquisa, descrevem-se no capítulo seguinte, os métodos utilizados para a descrição das características de cada área

legalmente protegida de Joinville, assim como para a análise da gestão dos conselhos de meio ambiente e turismo e das potencialidades para o desenvolvimento do turismo nestas áreas. Dentre os métodos utilizados, destacam-se a fenomenologia, coleta de dados, observação participante e análise DAFO.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo, baseado na historicidade, somado a reflexões teóricas, dos campos da geografia e turismo, discorre sobre a temática da natureza mais especificamente das áreas legalmente protegidas.

Basicamente, a metodologia aplicada na pesquisa corresponde: a caracterização das áreas legalmente protegidas, que envolve o processo de análise documental, a observação participante e a criação de fichas de caracterização de cada área com sua descrição geral; a pesquisa através de questionário quanti-qualitativo aplicado aos conselheiros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Turismo; e a análise através do método DAFO que se utiliza da caracterização e das relações externas para indicação das potencialidades para o desenvolvimento do turismo.

Esta pesquisa utiliza-se da estratégia qualitativa de estudo multicase envolvendo as áreas legalmente protegidas de Joinville, conforme cadastro municipal de unidades de conservação da FUNDEMA. Foram caracterizadas 9 ALP, seguindo alguns critérios como de localização, visitação, caracterização e infra-estrutura. Para a análise da gestão, teve-se como objetivo, abranger todas as áreas legalmente protegidas inseridas no território, considerando a relevância turística para o município.

Ainda como etapa do estudo multicase, teve-se a concentração de informações, bem como a aplicabilidade, através de entrevistas, baseado em um roteiro de questionamentos com especialistas conselheiros do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Conselho Municipal do Turismo, dentre os quais se podem destacar os técnicos representantes dos órgãos públicos gestores (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville), técnicos representantes dos órgãos públicos diretamente relacionados ao turismo (Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville); professores universitários vinculados a pesquisa e o planejamento das áreas naturais e das relações entre turismo território e meio ambiente; membros de instituições e organismos públicos e privados relacionados com o planejamento e gestão de turismo em espaços naturais e profissionais das áreas de consultoria com experiência em planejamento e gestão de turismo e espaços naturais.

Para a inserção dos participantes na pesquisa considerou-se a estreita vinculação entre a atividade profissional/institucional ou de pesquisa e o tema objeto de estudo. O estudo multicase aplicado não somente aos órgãos gestores, mas também entre os órgãos envolvidos com o turismo e o meio ambiente, puderam gerar subsídios capazes de fomentar uma análise

detalhada e focada também na intersetorialidade da gestão das áreas legalmente protegidas e seu reflexo no turismo.

Conforme Yin (2005), o estudo de caso é entendido como uma investigação empírica que busca analisar o contexto real de um fenômeno contemporâneo quando as definições entre o fenômeno e o contexto não estão bem definidas. Neste caso, o pesquisador assume uma posição de observador, sem nenhum controle sobre os eventos comportamentais, buscando resgatar características específicas na coleta e análise dos dados.

Durante o processo de observação e descrição é necessário que o pesquisador absorva a totalidade da situação, compreendendo e interpretando a complexidade do caso, relevando ainda a profundidade da análise (MARTINS, 2006).

O estudo de caso, conforme Yin (2005) é utilizado para eventos contemporâneos os quais apresentam situações e comportamentos relevantes e que não podem ser manipulados. Nesta situação, utiliza-se então, ferramentas como observações diretas ou entrevistas sistemáticas. Este método se constitui a partir de um enfoque natural e interpretativo da realidade.

Ainda, o estudo de caso denota de duas variações, o estudo de caso único ou estudo de múltiplos casos. O estudo de caso múltiplo prevê resultados semelhantes ou então produz resultados contrastantes devido a razões previsíveis (YIN, 2005).

Os estudos de casos incorporados, como é o caso desta pesquisa, apresentam mais de uma unidade de análise dentro de cada caso. Cada unidade é estudada e ao final realiza-se uma análise global.

Portanto, considerando-se as características e propósitos expostos, pode-se afirmar que o presente estudo apresenta em sua natureza elementos quantitativos e descritivos. Adicionalmente, o estudo pode ser considerado como estudo de caso incorporado.

Diante sua finalidade, a pesquisa estabelece um caráter exploratório, descritivo, utilizando-se o estudo multicaso, o qual permite maior abrangência dos resultados, cruzando conclusões analíticas oriundas de dados obtidos nos sujeitos envolvidos.

O caráter exploratório e descritivo desta pesquisa é definido inicialmente, através de um estudo bibliográfico, para compreensão e delineamento de conceitos abordados na ciência geográfica e do fenômeno do turismo, assim como, um estudo documental o qual retrata aspectos histórico-culturais, econômicos (ciclos) e sócio-ambientais de cada município, direcionando também para a caracterização e conformação de cada área legalmente protegida.

Desta forma, para o delineamento da linha de pesquisa, a título de esclarecimento e aplicação dos métodos, buscou-se descrever e conceituar nos subcapítulos abaixo o método da fenomenologia, coleta de dados e observação participante e análise DAFO.

Conforme a abrangência do tema buscou-se através da fenomenologia compreender os diversos significados que cercam a complexidade da gestão e do turismo nas áreas legalmente protegidas. A fenomenologia busca então, como ferramenta metodológica desta pesquisa, elucidar através da percepção a essência deste fenômeno.

Para coleta de dados, utilizou-se como método a aplicação de questionário aos conselheiros do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e Conselho Municipal do Turismo (COMTUR), a fim de obter informações de representantes de entidades e órgãos representativos na população joinvilense, principalmente no que se refere as deliberações do meio ambiente e do turismo.

Com relação a observação participante, abordada no início deste relatório, buscou-se aplicar o método como proposta de interação, não somente com a comunidade de entorno, visitantes locais, turistas ou funcionários das ALP, mas também com os gestores destas áreas. Este método aplicado, conforme a oportunidade destacada no subcapítulo da observação participante, a qual, diante a posição de Coordenador de Turismo em Áreas Naturais da Fundação Turística de Joinville - PROMOTUR tem possibilitado um caminho de maior compreensão sobre a interação entre o órgão gestor e com as entidades envolvidas, permitindo identificar as maiores dificuldades quanto o processo de gestão das ALP e o seu reflexo para o turismo.

3.1 FENOMENOLOGIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Utiliza-se aqui o termo fenomenologia ao se referir a um tipo de estudo o qual apresenta uma maior profundidade em relação aos aspectos sociais, econômicos e ou demográficos da comunidade em questão. Entende-se então como relações mais complexas, como por exemplo a motivação, percepção, hábitos e preferências da população.

Conforme Husserl (1990) a fenomenologia é entendida como um método da crítica do conhecimento universal das essências, ou seja, é um método que é a própria ciência da essência do conhecimento, uma doutrina universal das essências.

O conhecimento é tido através da intenção e percepção, que por sua vez são orientadas para um determinado objeto pela consciência, seja uma árvore, um monumento, um animal ou

até uma área verde. A consciência sempre será consciência de algo, sempre se refere a um objeto, não existe objeto sem sujeito (MERLEAU-PONTY, 1973).

Segundo Dartigues (2005), o sentido das coisas só é compreendido a partir da vivência e da experiência do sujeito. Esse aprendizado revela ao sujeito significados os quais justificam um determinado fenômeno, no entanto, este não se pode reduzi-lo a uma única dimensão, afinal todo fenômeno possui uma essência, e esta não se atém a um sentido, mas a uma grande quantidade de fatos. A revelação se alcança ao aplicar o método fenomenológico, que consiste em ir às essências dos fenômenos, a partir da intencionalidade da consciência sobre os objetos (MARTINS, 1984).

Merleau-Ponty (1973) descreve que a percepção é o ponto de partida para se alcançar uma essência. Esta evidencia os fatos conhecidos e identifica um fenômeno, em qualquer circunstância de sua realização e da experiência sensorial efetiva, afinal se mantém idêntica a si própria.

A fenomenologia tem como função “revelar esse mundo vivido antes de ser significado, mundo onde estamos, solo de nossos encontros com o outro, onde se descortinam nossa história, nossas ações, nosso engajamento, nossas decisões” (VON ZUBEN, 1984, p. 67).

Segundo Merleau-Ponty (1973; 1999) a fenomenologia possibilita ao pesquisador inúmeras variáveis e considera o mundo um meio natural e o campo de todos os pensamentos e todas as percepções explícitas. Ele é tudo aquilo que se percebe, um objeto intencional e nunca se apresenta completamente constituído.

Fixar o estudo em um fenômeno amplia as percepções e abre-se ao mundo e a si mesmo. A intencionalidade torna-se a abertura ao mundo de um sujeito com percepções, de um ser consciente que assume o caráter de consciência aprofundada. A intencionalidade, no papel de relação dialógica entre o sujeito e o mundo, brota como a fonte de todos os sentidos e significados.

3.2 COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados foi definido nesta pesquisa o roteiro de entrevista. Conforme Yin (2005) considera-se comum a utilização de instrumentos como a observação e as entrevistas em estudos de caso ou multicaseos. Segundo o autor estes devem ser escolhidos conforme a tarefa a ser cumprida.

Pode-se dizer que a pesquisa caracteriza-se pelo encontro de duas pessoas e possibilita que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, a partir de um diálogo e ou explanação de um tema específico. Segundo Gil (1994) a entrevista é um instrumento adequado para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, ou então suas explicações a respeito de coisas precedentes.

Para formatação e utilização do instrumento de entrevista utilizou-se a técnica de entrevista estruturada que, conforme Marconi e Lakatos (2006), o investigador mantém um roteiro previamente estabelecido e as perguntas realizadas pelo pesquisador são predeterminadas. Porém, esta técnica não permite a manipulação, adaptação ou alteração da ordem e da essência das perguntas.

Segundo Marconi e Lakatos (2006), a utilização desta técnica de coleta de dados através da entrevista estruturada, apresenta vantagens e limitações. As autoras ainda complementam que as limitações podem ser minimizadas e excluídas caso o pesquisador mostrar-se competente e desenvolver a pesquisa com critérios de bom senso.

A entrevista estruturada elaborada para os conselheiros do COMDEMA e COMTUR utilizou como base os objetivos específicos propostos nesta pesquisa. Foram elaboradas 17 questões, divididas em 6 perguntas abertas e 11 perguntas fechadas, o que inclui algumas de múltipla escolha. Para tais perguntas, se considerou os aspectos de perfil dos conselheiros (sexo, faixa etária, grau de escolaridade e formação, instituição que representa no conselho e tempo de participação no mesmo), relação com as unidades de conservação (conhecimento das unidades de conservação do município, fontes informações pertinente a estas, opinião sobre a gestão e participação nas reuniões e planos de manejo), desenvolvimento da atividade turística (pontos positivos e negativos identificado nas UC, grau de potencialidade) e conflitos internos (agricultura, indústria, turismo e mineração).

A aplicação do questionário se deu parte através do envio por *email*, realizado formalmente pelos secretários de cada conselho, e parte através de entrevistas diretas com os conselheiros durante as reuniões do conselho e nas entidades e órgãos afins. Foram aplicadas 28 entrevistas no CONDEMA e 15 no COMTUR, correspondente ao número total de conselheiros. Destas, apenas 3 conselheiros do COMDEMA e 2 conselheiros do COMTUR optaram por não responderem o questionário alegando não ter conhecimento do tema.

3.3 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Para que o estudo multicaso se concretize, é necessário que o objeto pesquisado aceite o pesquisador, que os diversos elementos se disponham a interagir e relatar sobre os acontecimentos e introduzam o pesquisador no grupo a fim de que este tenha a liberdade para a observação. Desta forma, buscou-se nesta pesquisa utilizar-se de um método qualitativo da antropologia, também difundido na sociologia, bastante questionado pelos positivistas, diante a falta de objetividade e neutralidade na pesquisa, tendo em vista que o pesquisador passa a se relacionar diretamente com o objeto.

A observação participante, também denominada por Dencker (2003) como pesquisa participante, deve ser realizada mediante a integração do pesquisador, que assume uma função no grupo, porém, se mantendo neutro, não seguindo uma proposta pré-definida da ação. O objetivo deste método é de compreender com maior profundidade um determinado grupo. O grupo pesquisado terá conhecimento dos objetivos da pesquisa e do perfil do pesquisador.

Conforme Mann (1979) grande parte das entrevistas formais são carregadas de um excesso de objetividade e cientificidade as quais geram interferências entre o observador e o observado. É neste momento em que o informante (observado) tenta cooperar em uma situação artificial, no entanto, as interferências acabam se tornando lacunas. Para que o pesquisador consiga em sua entrevista evitar as interferências é necessário que o observador esteja pensando juntamente com o observado e não em oposição um ao outro.

Esta tentativa do pesquisador estar ao mesmo lado que o observado é denominado então por Mann (1979) como observação participante. O pesquisador deve então trabalhar dentro das referências do grupo pesquisado. É fundamental também, conhecer o campo de estudo, se interar dos costumes e ter boas relações com o grupo pesquisado, assim possibilitará a interpretação do contexto e sua dialética. “Essa metodologia permite a observação das ações no próprio momento em que ocorrem. Oferece uma visão dinâmica dos processos de interação e de relação entre grupos” (DENCKER, 2003, p. 128).

Para este método aconselha-se que o pesquisador tenha muita cautela, principalmente para que não perca a objetividade ao registrar os dados. Acredita-se que a observação participante possibilita que a pesquisa avance fortemente para uma análise através de um processo interativo entre o pesquisador e seu objeto.

A observação participante foi aplicada desde o início de 2009. A inserção à equipe de planejamento do turismo da Fundação Turística de Joinville – PROMOTUR, especificamente

na coordenação de turismo em áreas naturais possibilitou o acesso ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA e à Unidade de Gerenciamento dos Parques do Projeto FONPLATA. A participação como conselheiro titular representando a PROMOTUR, foi registrada como a primeira entidade do setor do turismo na discussão de meio ambiente no município.

A vivência deste método possibilitou maior compreensão das relações ambientais de Joinville, principalmente no que se refere às áreas legalmente protegidas do município. Nota-se então, uma grande dificuldade da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Joinville – FUNDEMA em organizar as demandas de planejamento e gestão destas áreas. Assim como, se pode perceber também a falta de compreensão dos demais conselheiros integrantes do COMDEMA quanto ao papel sócio-ambiental que estas áreas atribuem ao município.

A aproximação e discussão com a FUNDEMA estão presentes como ação deste método na pesquisa. O contato direto com os gestores e a possibilidade de inserção de idéias e energias focadas ao desenvolvimento responsável destes territórios tem possibilitado novas perspectivas de sustentabilidade e gestão das ALP em Joinville.

Além das políticas públicas, construiu também uma relação de participação em encontros comunitários relacionados às ALP, como as reuniões do Parque Municipal Morro do Amaral e da Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca. Neste primeiro, discutiu-se a regularização da comunidade presente no interior do parque, recategorização da ALP, ações de infra-estrutura e potencialização para o turismo. Na APA Dona Francisca, iniciou-se o processo de criação do Plano de Manejo, acompanhando e auxiliando os pesquisadores quanto à espacialização dos elementos naturais (relevantes), histórico-culturais, econômicos e sócio-ambientais presentes na área. Esta última participação envolveu também a prática, como funcionário público, de aproximação dos pesquisadores com a comunidade presente, considerando que algumas destas já possuem uma relação com a PROMOTUR, facilitando então a apresentação destes a comunidade.

Os dados coletados através da pesquisa bibliográfica, da participação nas reuniões do COMDEMA e da UGP, reuniões sobre planejamento dos planos de manejo nas comunidades assim como dados das entrevistas foram analisados e avaliados, para então proceder nos resultados deste trabalho.

3.4 ANÁLISE DAFO

Para análise da caracterização das ALP com as dificuldades da gestão e potencialidades para o desenvolvimento do turismo, buscou-se utilizar a análise DAFO, que permite interagir e cruzar as diversas informações referentes às implicações encontradas no processo de implantação, gestão e atividades visitação no contexto o qual se insere, analisando suas Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades.

A aplicação do método pôde ser usada nos diversos níveis de organização, sendo posteriormente utilizada como instrumento para indicação de possibilidades e limitações da gestão para o desenvolvimento do turismo nas ALP de Joinville.

Para discutir a aplicação do método no cruzamento das informações coletadas cabe se apoiar na definição dos termos que se relacionam. O diagnóstico turístico é definido por Barretto (2005) como a investigação, a reflexão, a compreensão e o juízo dos dados provenientes de realidade empírica (com base no inventário turístico), com fins de operacionalização. A pesquisa para o diagnóstico deve objetivar ações para o futuro. Caracteriza-se como uma etapa demorada, um estudo exploratório com necessidade de se traçar um marco com situações antecedentes em matéria de turismo no local estudado. Na pesquisa, define-se as áreas críticas de necessidade para a intervenção futura se tornar imperativa, assim como, no diagnóstico deve-se buscar elementos para justificar as ações, com apoio das teorias dentro de um marco ético.

A análise da situação atual do destino turístico requer um profundo trabalho de reflexão, uma visão objetiva e abrangente que estará impregnada de valores dos pesquisadores e de sua bagagem teórica (BARRETTO, 2005).

Conforme Albach & Vieira (2008), na formulação de diagnósticos para o turismo utiliza-se como instrumento a análise SWOT. Esta se subdivide em ambiente interno e externo ao objeto de análise. Constitui em uma técnica para resumir as grandes oportunidades e os maiores limites de desenvolvimento turístico (OMT, 2001). SWOT refere-se à identificação de: pontos fortes (*strengths*), pontos fracos (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*). No Brasil, é traduzida, certas vezes, por DAFO (debilidades, ameaças, fortalezas e oportunidades).

A análise DAFO pode ser considerada como uma estrutura conceitual para análise sistemática que facilita a comparação das ameaças e oportunidades externas com as forças e debilidades internas da organização. Este método possibilita a construção de uma estrutura

para identificação das principais questões estratégicas que afetarão o objeto. Ela fornece uma compreensão clara sobre o pensamento estratégico e sobre as análises e decisões que definitivamente serão realizadas e tomadas. A fase de pensamento estratégico abrange a identificação de questões básicas, bem como o desenvolvimento de opções para solucioná-las (FONTOURA, 2008).

A discussão desta análise permeia diversos autores como Albert Humphrey, que liderou um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970, usando dados da revista Fortune das 500 maiores corporações. Os créditos também são destinados aos professores Kenneth Andrews e Roland Christensen da Harvard Business School, o autor Andrews publicou em 1980 “The concept of corporate strategy” (REZENDE e CASTOR, 2005) onde apresenta detalhes da análise SWOT (ALBACH & VIEIRA, 2008).

A análise da situação de um ambiente, a partir da metodologia SWOT, foi bastante utilizada para estabelecer parâmetros de comparação com fins competitivos, utilizada anteriormente na área gerencial para o planejamento de *marketing*.

Esta metodologia tem como objetivo inicial, determinar as vantagens competitivas de uma companhia sob a estratégia mais conveniente a se empregar, em função de suas características próprias ou de mercado.

A análise DAFO é apresentada diante um resumo dividido em quatro partes. Nos quadrantes superiores relacionam as potencialidades com as oportunidades e os quadrantes inferiores as fragilidades com as ameaças (FONTOURA, 2008).

Conforme Mckercher (2002), as potencialidades podem ser classificadas como as características exclusivas (produtos ou serviços possíveis de serem desempenhados com êxito). As potencialidades oferecem o desenvolvimento das vantagens competitivas sustentáveis, habilitando o interessado a se posicionar com eficiência no mercado.

As fragilidades são características deficientes ou fracas identificadas na análise. As fragilidades apontam imperfeições nos produtos ou serviços. Oferecem ainda, informações sobre como não posicionar um produto em relação a outro. Salienta-se a possibilidade de transformação das fragilidades em potencialidades não realizadas, fato bastante promissor no que tange aos segmentos de turismo em áreas naturais.

As oportunidades são fatores externos que apresentam circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento de produtos. Ressalta-se que as oportunidades são fatores e não opções que deverão ser desenvolvidas, ficando essas para posterior implantação.

As ameaças também tratam de características externas que podem colocar em risco a posição ocupada pelo interessado. Entre as ameaças incluem-se as alterações nas medidas

governamentais, mudanças na dinâmica do fluxo de turistas, alterações climáticas ou divergências no uso público. O advento de características deste tipo pode causar um efeito desfavorável no desenvolvimento do produto.

A análise SWOT, como já apresentada, se subdivide em ambiente interno, ou microambiente, e em ambiente externo, ou macroambiente. No ambiente interno de análise turística pode-se considerar os componentes da oferta turística que em método oficial do Ministério do Turismo (2006) de Inventariação Turística são: infra-estrutura de apoio ao turismo (informações básicas do município, meios de acesso ao município, sistema de comunicações, sistema de segurança, sistema médico-hospitalar, sistema educacional e outros serviços e equipamentos de apoio); serviços e equipamentos turísticos (hospedagem; gastronomia; agenciamento; transporte; eventos; lazer e entretenimento e outros serviços e equipamentos turísticos) e atrativos turísticos (atrativos naturais, atrativos culturais, atividades econômicas, realizações técnicas, científicas ou artísticas e eventos permanentes). Valls (2006) ainda destaca as competências da organização (destino) – conhecimento, tecnologias, objetivos econômicos e sociais, vantagens competitivas, dentre outros; os atores-chave, valores do destino e a carteira de produtos potenciais e comercializados. Já em ambiente externo, pode-se analisar: elementos do entorno geral que influenciem no destino e que serão comentados posteriormente.

Estes elementos são identificados sob cada uma das quatro categorias (duas de pontos positivos e duas de pontos negativos em ambiente interno e externo) e são expressadas em afirmações concisas, que podem ser observadas para que seja realizada a análise resumida do potencial e condição turística da área. Além de fornecer recomendações prioritárias para as propostas de desenvolvimento turístico.

Foram levantadas as principais questões relacionadas aos impactos ambientais, numa abordagem histórica, de diagnósticos e prognósticos, com o intuito de verificar o estágio atual das referidas áreas legalmente protegidas. Identificaram-se também os segmentos de turismo já desenvolvidos nas ALP e as ações para ordenamento territorial turístico e uso público das áreas legalmente protegidas.

A partir das informações geradas com o levantamento bibliográfico e documental e da análise dos resultados das 25 entrevistas no COMDEMA e 13 no COMTUR, buscou-se sistematizar um esquema metodológico para identificação das potencialidades e dificuldades para o desenvolvimento do turismo, assim como formas de planejamento ambiental, ordenamento territorial e de fluxo turístico para as áreas legalmente protegidas, a fim de contribuir para uma melhor gestão dos recursos naturais e culturais provenientes destes locais.

Para compreensão do objeto de pesquisa, buscou-se no capítulo seguinte caracterizar o território municipal, apresentando aspectos geográficos, naturais e histórico-culturais, assim como, a criação, uso e visitação, problemáticas e potencialidades de cada uma das legalmente protegidas.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE

O presente capítulo contextualiza inicialmente o território onde estão localizadas as áreas legalmente protegidas. A apresentação do território de Joinville contempla sua localização geográfica e suas características físicas e ambientais e aspectos histórico-culturais. Seguidamente, são abordadas sucintamente as características de cada área legalmente protegida, localização, aspectos físicos, ambientais e culturais, vegetação, uso público e problemáticas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E AMBIENTAL DE JOINVILLE

Localizado na região nordeste do Estado de Santa Catarina (Figura 1), o município de Joinville apresenta uma grande diversidade paisagística, traduzida por um ecossistema lagunar, banhado pela Baía da Babitonga e suas ilhas, manguezais e restinga presentes na planície costeira que se estendem até o Planalto Norte catarinense, atravessando picos e cachoeiras da Floresta Atlântica presente na Serra do Mar.

O clima da região é caracterizado como úmido a superúmido, mesotérmico, com pouco déficit de água, constando três subclasses diferentes, devido às características geomorfológicas. A temperatura média anual se mantém em torno de 22°C, as mínimas referem-se aos meses de junho à agosto, situadas próximo de 12 °C, e as máximas aos meses de janeiro e fevereiro, próximas de 32°C (KNIE, 2002).

A região apresenta um elevado índice pluviométrico, ocasionado pelo resfriamento da massa de ar tropical marítima saturada ao encontrar a Serra do Mar. Conforme Knie (2002) o dados pluviométricos demonstram índices acima de 1.400 mm, sendo que os meses de junho, julho e agosto (inverno), apresentam os menores índices de precipitação, enquanto os maiores ocorrem nos meses de verão, entre janeiro e março. A umidade relativa do ar situa-se próximo de 70 %.

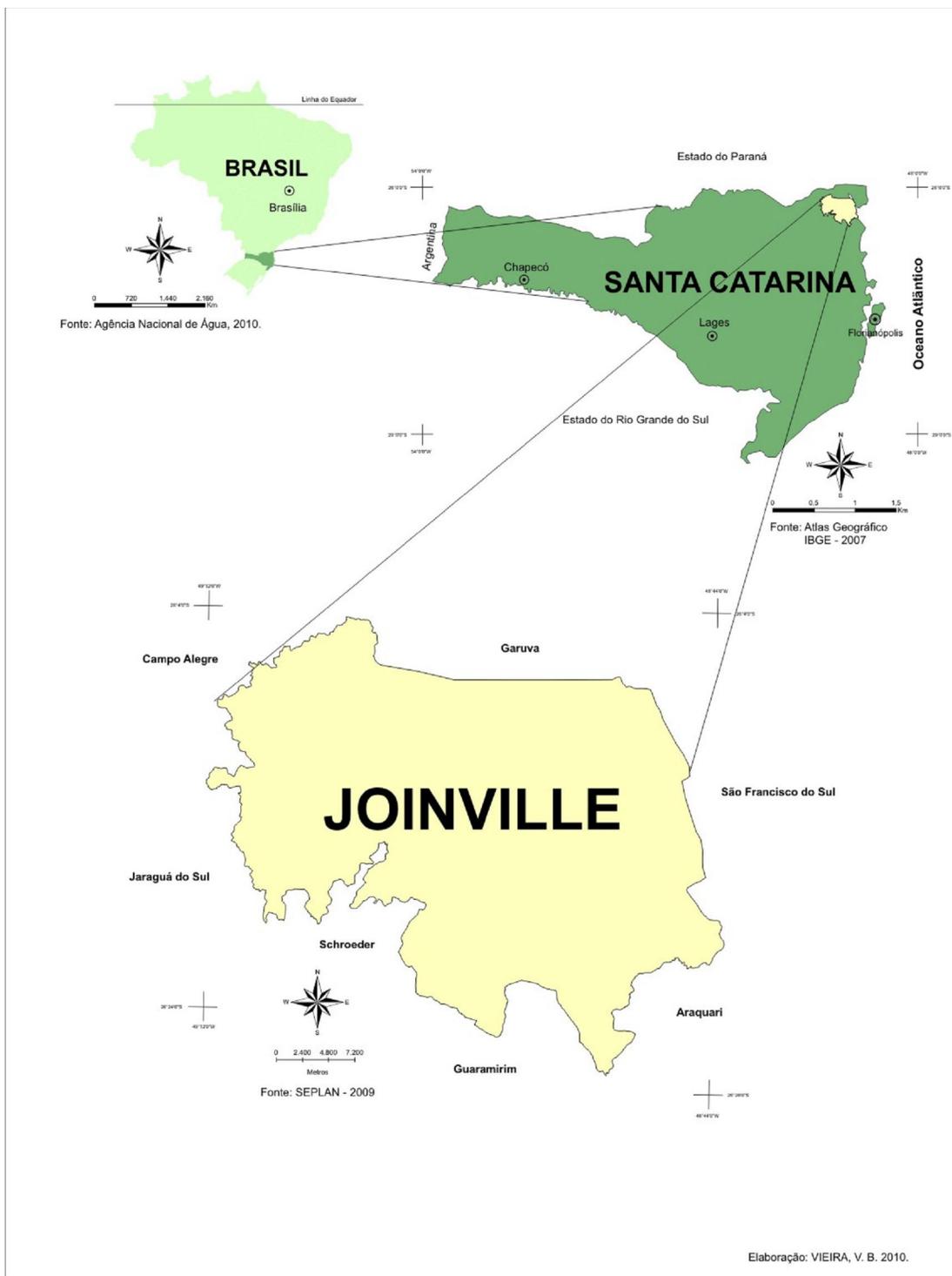


FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE JOINVILLE
 FONTE: O autor (2010).

Quanto à geologia local, os solos estão fortemente marcados pela expressiva diferenciação da geomorfologia, caracterizando três ambientes distintos: planalto, Serra do Mar, e planície costeira. A área central do município de Joinville é geologicamente

caracterizada por depósitos do período Quaternário (onde se teve o transporte de solos e rochas com deposição na parte inferior da base das encostas), representados por areias e argilas ao longo do Rio Cachoeira. Estes depósitos estão representados principalmente por gnaisses, quartzitos entre outras formações rochosas.

A hidrografia de Joinville está organizada diante a vertente da Serra do Mar, cujos rios se caracterizam por pequena extensão. Considerando os principais cursos d'água que drenam a área do município de Joinville, foram estabelecidas sete bacias hidrográficas principais: Bacia Hidrográfica do Rio Palmital, Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão; Bacia Hidrográfica do Rio Piraí, Bacia Hidrográfica do Rio Itapocuzinho, Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira, Bacias Independentes da Vertente Leste e Bacias Independentes da Vertente Sul (JOINVILLE, 2007).

O relevo do município se desenvolve sobre terrenos cristalinos da Serra do Mar, e uma área de sedimentação costeira. É predominantemente plano, podendo ser suave ondulado, com declividade inferior a 20%, o que propicia o uso intensivo do solo. Na planície estão instalados os centros urbanos e a maior parte das áreas agrícolas da região (JOINVILLE, 1998).

A conformação do território do município ocupa uma faixa estreita de terra que estende-se desde o litoral, passando pela planície litorânea e as escarpas da Serra do Mar, até o Planalto Ocidental, com área territorial aproximada de 1.183 km², divididos em zona urbana (29,35%) e zona rural (70,65%) (JOINVILLE, 2004).

Na parte leste encontra-se o complexo hídrico da Baía da Babitonga, caracterizada pela formação de águas marinhas interiores, com área aproximada de 130 km², relevante maciço de manguezais do Estado de Santa Catarina. Na faixa central, caracterizada como planície costeira, está instalada a cidade, às margens da Baía da Babitonga (JOINVILLE, 1998).

Próximo as encostas da Serra do Mar, na parte oeste, encontra-se a área rural do município. Nesta região, está presente uma grande faixa da Floresta Ombrófila Densa. Esta classificação vegetal que integra o domínio da Floresta Atlântica caracteriza-se pela grande variedade de espécies, formando uma vegetação densa e exuberante, que atinge altura superior a 30 metros. As copas das árvores maiores tocam-se, formando uma camada relativamente uniforme e fechada. A floresta atlântica assume tipologias diferenciadas, de acordo com as características climáticas e edáficas da região (JOINVILLE, 2007).

Segundo Menezes (1996), só no Brasil, conforme o censo demográfico de 1991, cerca de 75% da população já vive em áreas urbanas, deste percentual grande parte vive em regiões

metropolitanas como de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Estas regiões apresentam, de modo geral, sérios problemas ambientais, com áreas críticas de degradação: assentamentos ilegais, sistemas de transporte e de saúde falidos, *déficit* habitacional, saneamento básico precário, falta de escolas e creches, menores abandonados, violência urbana acentuada, entre outros.

Considera-se indispensável, o planejamento para o desenvolvimento urbano, destacando a função do planejamento na gestão ambiental, responsável pela ordenação dos recursos naturais. Esta ação tem como objetivo conter sua exploração excessiva dos recursos, a fim de que se tenha continuidade ao desenvolvimento econômico, buscando também a melhoria da qualidade de vida.

Identifica-se que Joinville, mesmo que contando com algumas experiências anteriores de planejamento, marcadas por inúmeros problemas ambientais, agravados principalmente pela exploração excessiva dos recursos naturais, na metade do século XX, tenha passado a trabalhar de forma mais efetiva no planejamento e gestão responsável, iniciando um processo de planejamento urbano, com forte preocupação com a questão ambiental, considerando que a partir dos anos de 50, passa a enfrentar inúmeras problemáticas, principalmente com o aumento populacional. Ternes (1981, p.273) ao tratar da vinda das indústrias no município de Joinville comenta que:

A partir dos anos cinquenta para cá, Joinville foi deixando de ser, 'O Jardim do Brasil', para se transformar numa cidade em que, igualmente, cada vez mais, as bicicletas foram desaparecendo, para que as ruas ganhassem, sempre mais, maior número de veículos motorizados, desumanizando-se os jardins para dar lugar ao centro industrial, com suas chaminés e suas inevitáveis poluições.

A partir da década de 1960, com o grande desenvolvimento econômico, marcado pelo início da penetração das relações capitalistas de produção nas áreas rurais, produtores rurais passaram a se deslocar para as cidades, impulsionados pelo processo de urbanização e concentração urbana no país (MENEZES, 1996).

É neste período, final da década de 60, início da década de 70, em que a região do município de Joinville é atingida por este fenômeno do êxodo rural. Os reflexos sócio-ambientais e políticos desse fenômeno foram relativamente marcantes.

Também neste contexto, a cidade era tida como um aspecto relevante do processo econômico, ela deveria representar simbolicamente, os anseios do país ansioso por desenvolver-se, industrializar-se, torna-se moderno. O planejamento urbano então, assume um papel estratégico.

Indicando soluções urbanísticas mais adequadas, Joinville, estabelece diretrizes para coordenar seu desenvolvimento urbano, institui somente no ano de 1973 seu primeiro Plano Diretor. É neste plano onde serão determinados espaços a serem ocupados mais racionalmente em seus territórios.

As questões ambientais no Brasil, na maioria dos casos, só foram consideradas diante aos interesses do Estado, atendendo denúncias e críticas feitas por grupos organizados da sociedade civil ao modelo urbano e industrial. O movimento ambientalista, estimulado através da criação de associações ambientalistas e de agências estatais de meio ambiente discutem as problemáticas ambientais, marcadas pela situação urbano-industrial.

4.2 ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS

O breve contexto na antiga Colônia Dona Francisca (atual Joinville), tem seu início em 1º de maio de 1843, data do casamento da Princesa Dona Francisca Carolina, irmã do Imperador D. Pedro II, com o Príncipe François Ferdinand Philippe de Joinville. Como parte do dote, o casal recebe da família portuguesa uma área de terra situada no norte da Província de Santa Catarina, nas proximidades do porto de São Francisco do Sul (HERKENHOFF, 1987). Conforme autora, a região já era habitada por povos ameríndios os quais constantemente atacavam a colônia e os imigrantes que ali habitavam. No entanto, esta pesquisa utiliza-se como referência o relato de livros que descrevem e enfatizam o processo histórico a partir da colonização de emigrantes europeus.

Diante o momento crítico da Europa, após a Revolução Industrial, em meados do século XIX, o príncipe já exilado e com uma situação econômica desastrosa resolve colonizar as terras recebidas no dote de sua esposa. Obriga-se então a ceder, através de um contrato, parte das terras para a Sociedade Hamburguesa de Colonização que na pessoa de Christian Mathias Schroeder (empresário da colonizadora), passa a organizar e receber emigrantes europeus (TERNES, 1986).

Segundo Ficker (1965), em 9 de março de 1851, chega o primeiro grupo de imigrantes de Hamburgo junto com 74 noruegueses. A adaptação fez-se necessária, tanto do ponto de vista social e cultural como econômico, afinal as características físicas do ambiente eram completamente distintas, no entanto, as necessidades se conformaram com as técnicas, e assim, transformando-se em pioneiros, os imigrantes europeus iniciaram a organização do território.

Com a construção em 1858 da estrada Dona Francisca (ligação litoral – planalto norte catarinense) surge grandes influências para o desenvolvimento de Joinville e região. A erva-mate produzida no planalto norte, passa a ser escoada e produzida no município, absorvendo empreendedores paranaenses como Antônio Sinke, o qual transfere-se para Joinville, influenciando assim, como outros industriais brasileiros, a dinâmica econômica, política e cultural da cidade (FICKER, 1965).

Ao longo dos anos, pequenas indústrias se desenvolveram e expandiram suas atividades, assim como novas empresas surgiram, transformando a pequena Colônia Dona Francisca no maior e mais populoso centro industrial de Santa Catarina.

Considerado o primeiro período da história industrial de Joinville a partir da década de 1860, com uma simples transformação de produtos agrícolas. Inicialmente destacou-se a atividade de colonização, na forma de engenhos de açúcar e cachaça, farinha de mandioca, moinhos de milho, serrarias e olarias (FICKER, 1965).

Para Ficker (1965) estava bem claro o início da atividade econômica de Joinville, a qual já representava um perfil industrial com grande potencial para desenvolvimento. “Muitos imigrantes, chegando de zonas européias já industrialmente desenvolvidas, trouxeram para cá as aptidões e a indispensável iniciativa para transformar, passo a passo, um território de mata virgem em uma zona das mais industrializadas do sul do Brasil” (FICKER, 1965, p. 231).

Em 1874 a população de Joinville chegava a 7.860 pessoas, sendo que na área rural registrava-se 1.176 casas e no núcleo urbano apenas 280 casas. Já em 1879, conforme relatos do diretor da colônia, Frederico Bruestlein, indicavam a presença da usina de açúcar de Pirabeiraba com 3 caldeiras a vapor para fabricação de 400 hectolitros de caldo por dia e empregada em torno de 100 pessoas (TERNES, 1986).

Segundo Herkenhoff (1987, p. 2003), ainda na década de sessenta “grandes plantações de cana-de-açúcar foram formadas, possibilitando a produção de 120 pipas de aguardente por ano, naquela época”. Contava também com 8 fábricas de beneficiamento de erva-mate, 3 em Joinville, movidas a vapor e 5 na estrada Dona Francisca, movidas a agoa, cada engenho deste empregava em torno de cinco a dez trabalhadores. 1 fábrica de beneficiamento do arroz, 1 fábrica de móveis, 1 fábrica de carros, 1 fábrica de araruta e mais uma grande quantidade de pequenas indústrias, serrarias, moinhos movidos a agoa ou tração animal.

Diante este breve histórico econômico-industrial, Joinville em 1879 já superava 16.967 habitantes. Somente neste ano foram registrados a entrada de 586 novos imigrantes. O comércio da erva-mate, iniciado em 1865, já estava em ascensão e era transportado por burros ao longo da estrada Dona Francisca, atendendo 12 toneladas em 3 meses. Em 1877 instalam-

se no município 3 novas ervateiras. Durante este período se intensificaram também a exploração da madeira, momento em que o município sofreu um grande impacto ambiental, principalmente pela extração da floresta nativa. Esta madeira (cedro, arazá, jacarandá, peroba, imbuia, canela, cabriúva e araribá) seguia nos lombos dos burros para o porto de Joinville, de lá era transferida para o porto de São Francisco do Sul que finalmente destinava para os centros como Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Montevideú. Nesta mesma área de movimento surgiam também os primeiros engenhos para produção da cachaça aliados a comercialização e industrialização da erva-mate (OLIVEIRA, 1951).

A exportação da erva-mate em Joinville já se tornava uma atividade representativa no município, considerado, conforme Oliveira (1951) como importante praça comercial de uma vasta zona que servia de intermediária de inúmeros produtos. A atividade da erva-mate foi tão significativa no contexto econômico-industrial para o município que proporcionou a permanência dos colonos de Joinville, evitando a reemigração para o planalto.

A erva-mate era plantada e colhida no planalto norte catarinense (Rio Negrinho, Canoinhas, Porto União, Mafra, Campo Alegre e São Bento) e trazida pelas carroças típicas, de quatro rodas e com toldas brancas puxadas por seis cavalos. Empresários e comerciantes do litoral do Paraná (Morretes e Antonina) logo em seguida visualizaram também a facilidade que Joinville tinha para a exportação e conseqüentemente instalaram seus negócios em Joinville, tendo em vista que estes exportavam via porto de Paranaguá e já mantinham uma excelente tecnologia para o beneficiamento da erva-mate.

O surgimento da Companhia Industrial Catharinense, na união dos empresários Ernesto Canac, Dr. Abdon Batista e Procópio Gomes de Oliveira, fortaleceu também a atividade, alcançando em 1898 a exportação de 3.087.815 kg de mate (OLIVEIRA, 1984). Através do Decreto-Lei Nacional nº. 1.273, de 10 de janeiro de 1891, garantia que a Companhia, na forma de uma Sociedade Anônima, explorasse durante 20 anos a erva-mate a madeira nos municípios de São Bento do Sul, Blumenau, Curitiba, Campos Novos, Tubarão, Lages e São Joaquim (TERNES, 1986). No entanto, a partir de 1906, a Argentina passa a beneficiar seu próprio mate, plantando na região das Missões, e prejudicando atividade econômica do mate em Joinville.

Em Santa Catarina, as estatísticas econômicas confirmavam a queda do ciclo do mate, registrando a exportação de 65.635 toneladas no ano de 1926 e uma baixa em 1950 de 11.953 toneladas. Deste percentual, Joinville representava 3.012 toneladas, ainda vendidas para os mercados tradicionais do Chile e Uruguai. Contudo a produção industrial (de transformação) avançou, deixando para trás a antiga colônia agrícola.

A partir da terceira década do século XX, Joinville sofre um abalo na sua estrutura. Com a II Guerra Mundial, o nazismo e a “campanha de nacionalização” o município enfrenta uma época conturbada, apesar de ainda liderar o desenvolvimento econômico do Estado (TERNES, 1986).

No entanto a própria atividade industrial é questionada inicialmente pelos historiadores que relatam a desumanização do município para dar lugar ao centro industrial e a poluição de suas chaminés. A transformação da cidade acaba sendo significativa do ponto de vista social e medidas do poder público, intelectuais e de ambientalistas que representam a insatisfação da comunidade, passam a surtir efeito sobre esta indiscriminada atividade.

Os resultados destas contestações surgem gradativamente, o primeiro Plano Diretor estabelece então algumas diretrizes a fim de coordenar o desenvolvimento urbano, buscando medidas racionais para organização do território.

Esta nova etapa da história de Joinville, datada diante a década de 70, marca também uma mudança no comportamento político da população, o qual permite a sua participação direta.

Em 1975 cria-se a uma Lei Municipal nº. 1410 (JOINVILLE, 1975), que proíbe a construção de edificações a partir de 40 metros acima do nível do mar. Apesar da lei ser alterada com a Lei Complementar nº. 50 de dezembro de 1997 que institui o regime urbanístico do uso e ocupação do solo no setor especial de áreas verdes SE-5 (JOINVILLE, 1997), o município desde então mantém importantes áreas verdes as quais estão localizadas acima da faixa de 40 metros, sendo as principais na área urbana o Morro do Boa Vista e o Morro do Iriirú, ambos delimitados por Áreas Legalmente Protegidas as quais são descritas abaixo.

O turismo então é incorporado como uma atividade complementar na organização do território joinvilense, compreendido pela população local como um território amplamente diversificado, do ponto de vista natural e paisagístico, mas que necessita urgentemente de melhorias e dedicação por parte do poder público em orientar nas ações governamentais para o desenvolvimento deste setor. No entanto, ações de infra-estrutura e qualificação do segmento são prioridades identificadas neste primeiro momento.

Segundo relato dos atendentes turísticos da PROMOTUR, o maior movimento turístico no município é registrado no mês de Julho o qual recebe turistas de diversos estados brasileiros para participarem do Festival de Dança que completa (em 2010) 28 anos e é considerado uma referência nacional e internacional para os que vivenciam a dança.

Atualmente, a Fundação de Promoção e Planejamento Turístico – PROMOTUR tem dedicado em seu planejamento o desenvolvimento das diferentes áreas concentradas ao longo do território político municipal, envolvendo as diferentes regiões que de fato se caracterizam pela conformação geográfica ou então pela identidade histórico-cultural.

4.3 ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE

Considerando esta diversidade paisagística distribuída ao longo do município, é possível encontrar como áreas de proteção legalmente reconhecidas nove unidades de conservação (Figura 2) das quais cinco se enquadram no Art. 8º, da Lei nº. 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC no tipo de Unidade de proteção integral, o qual, teoricamente, admite apenas o uso indireto dos recursos naturais existentes, sendo: a Estação Ecológica do Bracinho (criada em 1984), Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral (1989), Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin (1992), Parque Municipal Morro do Finder (1993), Parque Municipal Zôo-Botânico (1992) e Parque Natural Municipal da Caieira (2004). Das unidades de uso sustentável determinadas no Art. 14º, da Lei nº. 9.985/2000, ou seja, as que destinam o uso sustentável dos recursos naturais, tem-se: Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca (1997), Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista (2003), Reserva Particular de Patrimônio Natural Caetezal (2001). No entanto, comparando a Lei do SNUC é possível verificar que existem incoerências nas unidades de conservação em Joinville, pois ainda não se adequaram com as normas do SNUC (VIEIRA, 2007).

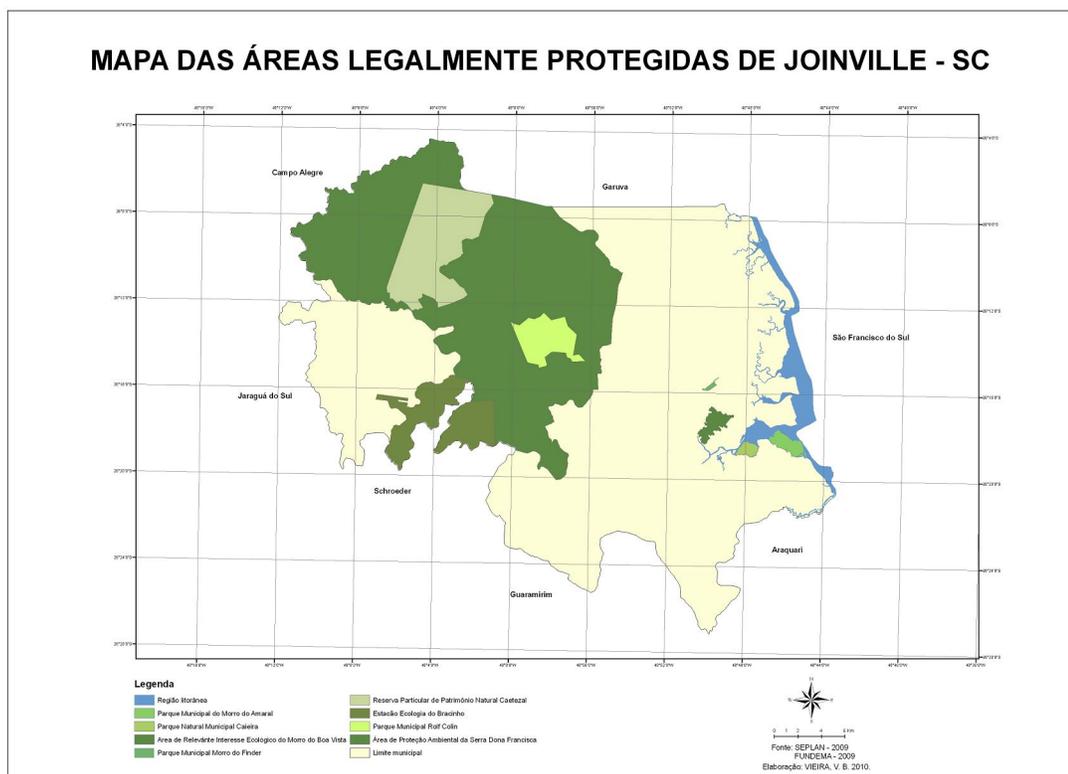


FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS EM JOINVILLE
FONTE: O autor (2010).

Em uma breve análise das áreas legalmente protegidas representadas no quadro 2, destaca-se que sua área total aproximada é de 41.419 ha. Correspondendo a cerca de 36% da área do município, sendo que somente a APA Serra Dona Francisca, onde também estão inseridos o Parque Rolf Colin, RPPN Caetzal e parte da Estação Ecológica do Bracinho abrange aproximadamente 32% da área de Joinville.

QUADRO 2 – ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE

Áreas legalmente protegidas	área em m²
1. Parque Municipal Morro do Finder	500.000
2. Parque Natural Municipal da Caieira	1.279.450,50
3. Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Boa Vista e Parque Zoo-Botânico do Morro da Boa Vista*	3.960.000
7. Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca	408.420.000
4. Parque da Ilha do Morro do Amaral	34.000
5. Estação Ecológica do Bracinho	46.100
6. Parque Rolf Colin	18.503.800
8. Reserva Particular de Patrimônio Natural Caetezal	46.130.000
Total em área	475.309.350,50
Total geral aproximada (em ha.)	41.419**

* Sendo 100.000 do Parque Zoo-Botânico.

** Não considerando no total as áreas da Estação Ecológica do Bracinho (com parte da sua área permanecendo no município de Schroeder), do Parque Rolf Colin e da RPPN Caetezal, sendo que estas estão inseridas na área APA Serra Dona Francisca.

FONTE: (ALBACH; GÂNDARA & VIEIRA, 2008).

Cabe ressaltar, que grande parte destas ALP aqui descritas, tiveram sua criação com intuito principal de conservação das áreas naturais localizadas principalmente na região urbana. Para as ALP localizadas na área rural, além da conservação dos remanescentes da floresta atlântica e proteção a fauna silvestre, algumas delas tiveram também como objetivo a proteção dos recursos hídricos que abastecem Joinville.



FIGURA 3 – LINHA DO TEMPO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE.
FONTE: O autor (2009)

4.3.1 Parque Municipal Morro do Finder

O Parque Municipal Morro do Finder define-se como unidade de conservação de proteção integral. Está localizado no Morro do Iririú, dentro do perímetro urbano do município de Joinville. Cercado pelos bairros: Bom Retiro (oeste), Iririú (sudeste) e Aventureiro (nordeste).

A UC foi criada através do Decreto Municipal nº. 7.056, de 31 de maio de 1993, em conformidade com o disposto nos incisos III, VI e VII, do artigo 5º da Lei Orgânica do Município (JOINVILLE, 1993c).

A área possui aproximadamente 500.000 m². Sobre os aspectos físicos da área, é importante ressaltar sua característica de relevo, variando de 35 a 95 metros, encontrando como ecossistema florístico dominante a floresta ombrófila densa com fisionomia submontana (VIEIRA, 2007).

O Parque Municipal Morro do Finder possui quatro trilhas principais (Palmiteiros, Bananal, Gruta e de *mountain bike*), consideradas de leve a média, sendo uma destas utilizadas para a prática de *mountain bike*. Segundo relatos de Rocha (2003), anteriormente à criação da UC, o ex-proprietário, Sr. Armandos Finder, iniciou o trabalho de abertura de

trilhas e caminhos sobre picadas já existentes, feitas por moradores da região com a finalidade de busca de água e acesso ao outro lado do morro e apreciação da paisagem.

Destaca-se como atrativos desta UC, a gruta localizada ao longo de uma das trilhas, utilizada atualmente para prática da escalada na modalidade *bolder*², por conta da sua formação geológica. O ecossistema de floresta ombrófila densa presente ao longo das trilhas. A trilha para prática de *mountain-bike*, com características sinuosas de relevo. O mirante com observação para a baía da Babitonga e bairros da zona leste de Joinville. A pedra do Veloso, localizada abaixo o mirante, utilizada também para a prática da escalada tradicional na modalidade *bolder* e *top-rop*e³. E a centenária figueira localizada na porção noroeste da UC, já na zona de amortecimento.

Como problemas identificados nesta UC, considera-se inicialmente a falta de um corpo técnico para administração da área, sendo necessário, assim como em outras UC, um funcionário capacitado com a função de administrador da área, funcionários efetivos para a manutenção da UC, pesquisadores e monitores.

O despejo do lixo na borda da UC por parte dos moradores do entorno, vandalismo nos equipamentos da UC (depredação das placas informativas e roubo de lixeiras), roubo de Palmito e má conservação das trilhas também são identificados como fatores problemáticos.

Em diversos pontos das trilhas há trechos em erosão (ravinamento) e raízes expostas, fatores os quais identificam a falta de serrapilheira, assim como sistemas de drenagem.

A UC recebe constantemente visitação com fins educativos, recreativos, lazer contemplativo e científicos. Conforme dados de controle de visitação da FUNDEMA, no ano de 2009, durante o mês de janeiro a dezembro, registrou-se 4.265 visitantes, apresentando uma média mensal de 355 visitantes. Dados que demonstram um aumento de visitação em relação ao ano de 2006 que registrou do mês de janeiro a outubro um fluxo de 3.534 visitantes, sendo grande parte estudantes de escolas locais, universidades e grupos de associações e outras entidades. As visitas monitoradas são feitas mediante o agendamento na FUNDEMA na qual destina profissionais para desenvolvimento de atividades de educação ambiental (LEPKA, 2010).

Assim como outras ALP do município (criadas anteriormente ao SNUC), o Parque Municipal Morro do Finder encontra-se irregular perante a Lei nº 9.985/2000, que estabelece um prazo de 2 anos para readequação das UC ou áreas protegidas em desacordo com as

² Escalada de pequenos blocos de pedra, onde o uso de equipamentos como corda, cadeirinha e proteções dão lugar apenas a pequenos colchões e a segurança de corpo.

³ Suspende-se o meio da corda no topo de uma via através de um pino. Numa ponta encorda-se o escalador e, na outra, o segurador coloca a corda no dispositivo de segurança (Oito ou Grigri).

categorias regulamentadas e conseqüentemente por ainda não ter elaborado seu plano de manejo.

Atualmente, a Gerência de Gestão de Áreas Verdes – GEGAV tem discutido para o Parque Municipal Morro do Finder, propostas técnicas e financeiras para formulação do termo de referência que terá como objetivo a contratação de uma consultoria para elaboração do plano de manejo.

Por motivos de especificidades técnicas do plano de manejo e ao grande volume de trabalho e atribuições da equipe de profissionais da FUNDEMA, têm-se feito necessário, o apoio externo para a elaboração do plano de manejo através de contratação de serviços técnicos especializados.

A coordenação das unidades de conservação da GEGAV atribui como sua responsabilidade, a supervisão técnica dos trabalhos, acompanhamento do seu andamento, avaliação dos resultados, recomendação de complementações e alterações nos produtos e aprovação dos serviços prestados em conformidade com contrato específico.

A elaboração do Plano de Manejo do Parque Municipal do Morro do Finder tem como objetivo a criação de uma ferramenta de apoio atualizada, com caráter de orientação estratégica e operacional, que possibilite sua correta gestão técnica e administrativa.

Para esta UC ainda está previsto a construção de um novo receptivo e também um espaço para a prática de educação ambiental. Esta ampliação faz parte das ações do projeto FONPLATA que tem como um dos objetivos suprir a carência de infra-estrutura em algumas das áreas legalmente protegidas do município.

QUADRO 3 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE MUNICIPAL MORRO DO FINDER

Nome da unidade de conservação	Parque Municipal Morro do Finder	
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Endereço da sede	Rua Antonio Haritsh, s/n, Bairro Iriirú	
Unidade Técnica Responsável	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Telefone da unidade de conservação	(47) 34358237	
Sítio eletrônico – FUNDEMA	www.fundema.sc.gov.br	
Superfície (m²)	500.000	
Coordenadas Geográficas Aproximadas	Norte - 26°15'12.96"S 48°49'30.61"W	Sul - 26°15'57.58"S 48°49'59.35"W
	Leste - 26°15'38.57"S 48°49'35.43"W	Oeste - 26°15'53.91"S 48°50'18.50"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Toda a UC encontra-se em Joinville	
Data da criação e número do decreto	Decreto nº. 7.056 em 31 de maio de 1993	
Marcos importantes (limites)	Bairros Bom Retiro, Iriirú e Aventureiro	

Nome da unidade de conservação	Parque Municipal Morro do Finder
Ecossistemas	A cobertura vegetal da área do UC está inserida no ecossistema de Floresta Atlântica, podendo ser classificada como integrante da Floresta Ombrófila Densa.
Atividades desenvolvidas	Educação ambiental e visitas monitoradas
Educação ambiental	É realizada apenas no monitoramento das trilhas, sendo que para esta atividade é necessário agendamento com a FUNDEMA.
Uso público	<i>Trekking, mountain bike</i> , escalada, lazer contemplativo e visitas monitoradas.
Fiscalização	Sim. Através de uma empresa terceirizada.
Pesquisa	Identificação da fauna e flora através de trabalhos de graduação do curso de Biologia da UNIVILLE. Trabalho de graduação do Curso de Turismo com Ênfase em Meio Ambiente do IELUSC, referente a uma análise da área como UC e espaço para turismo e lazer. No ano de 2006 é publicado um livro da UC: “Parque Municipal Morro do Finder: uma paisagem valorizada”, por Samir Alexandre Rocha.
Atividades conflitantes	Despejo de lixo doméstico, comercial e da construção civil no entorno da UC, corte de Palmito, invasão através de trilhas secundárias.

FONTE: O autor (2009).

4.3.2 Parque Natural Municipal Caieira

O Parque Natural Municipal da Caieira localiza-se na porção leste da cidade, às margens da Lagoa do Saguacú e adjacente ao parque residencial Jardim do Ipês e Conjunto Habitacional Adhemar Garcia. Tem como principal rua de acesso a rua Waldemiro Rosa (JOINVILLE, 2005b).

O bairro Adhemar Garcia, tem sua origem associada ao Conjunto Habitacional Adhemar Garcia, este criado pelo Decreto Municipal nº. 6.337 em 23 de março de 1990, sendo mais tarde oficializado como bairro pela Lei Municipal nº. 2.815 em 30 de abril de 1993 (JOINVILLE, 1993b).

A área, segundo Gonçalves (2004), no final do século XIX foi utilizada para extração e beneficiamento de cal a partir da exploração dos sítios arqueológicos (sambaquis); daí o nome “caieira”.

O desenvolvimento industrial acelerado e, conseqüentemente, as transformações urbanas desordenadas provocaram significativos danos para a História da ocupação do litoral brasileiro. Grande parte dos sítios arqueológicos foram completamente destruídos, em alguns casos parcialmente. Apesar da existência ainda significativa, desse tipo de sítio arqueológico (sambaqui), no Litoral Norte de Santa Catarina, com mais intensidade em Joinville, sabe-se, perfeitamente, que uma fonte inestimável de informações sobre a Pré-História Brasileira perdeu-se (TAMANINI, 1994).

Explorado de forma indiscriminada antes do surgimento da Lei de Proteção dos Bens Pré-Históricos nº. 3.924 de 26 de julho de 1961, que protegeu os sambaquis, parte do casqueiro (nome popular dado ao sambaqui) da Lagoa do Saguacú serviu para o calçamento de ruas e como argamassa em edificações da área central (JOINVILLE, 2005b).

O interesse na área compreendida pelo Parque Natural Municipal da Caieira remonta ao macrozoneamento de áreas com potencial para a implantação de UC no município de Joinville, estabelecido pela FUNDEMA, em 1992.

Por intermédio de ação civil pública promovida pelo Ministério Público, cria-se um Termo de Ajustamento de Conduta cujos resultados implicaram, a título de medida compensatória, na viabilização financeira da implantação do Parque Natural Municipal da Caieira. A FUNDEMA, SAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, Fundação Estadual do Meio Ambiente – FATMA e a Associação Ecológica Joinvilense VIDA VERDE viabilizaria a proposta do Parque, cabendo à FUNDEMA em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville - IPPUJ, SEINFRA, Fundação Cultural e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ executar as ações para a implementação da UC (JOINVILLE, 2005b).

O Parque Natural Municipal da Caieira foi criado pelo Decreto Municipal nº. 11.734, em 11 de março de 2004, já enquadrado ao SNUC. Iniciou um trabalho e elaboração do plano de manejo para a UC, porém não se deu continuidade a este (JOINVILLE, 2004).

A UC possui um receptivo, que funciona como um centro de apoio ao visitante, onde, mediante agendamento, monitores apresentam informações referentes às características gerais do parque.

As trilhas podem ser feitas com os monitores, quando agendadas, porém é possível percorrer facilmente a trilha, por ser esta autoguiada.

É desenvolvida também além das atividades de educação ambiental, promovidas pela FUNDEMA, a prática de educação patrimonial, desenvolvida exclusivamente pelo MASJ, sendo necessário o agendamento prévio no museu.

No que se refere a visitação, os dados de controle de visitação, realizados pela FUNDEMA no ano de 2009 indicaram entre o mês de janeiro a novembro um número de 12.052 visitantes. Dados que se contrastam com os anos anteriores os quais já registraram índices superiores de visitação, como no ano de 2006 que atingiu durante o mês de janeiro a outubro um número de 21.200 visitantes, resultando em uma média mensal de aproximadamente 2.120 visitantes. Convém também destacar que uma pequena parcela deste

percentual é constituída por turistas, segundo relatos dos funcionários do parque (LEPKA, 2010).

Apesar das diversas problemáticas de gestão, o Parque Natural Municipal da Caieira apresenta como um grande diferencial: o elevado estado de conservação dos ecossistemas existentes (ecossistema lagunar da Baía da Babitonga, manguezal e restinga), bem como sua infra-estrutura considerada a mais adequada para visitação entre as UC do município. Considera-se também um dos fatores de atratividade desta UC, os sítios arqueológicos (sambaquis e oficinas l ticas) espalhados ao longo da área, apesar da falta de atenção por parte dos gestores, tendo em vista que estes, assim como outros espalhados pela região norte do estado de Santa Catarina, apresentam um elevado valor cultural, porém muitos em estado de abandono.

Segundo Tamanini (1994), o litoral Norte de Santa Catarina é reconhecido como uma das regiões favoritas da ocupação Coletora-Pescadora, que ocorreu por volta de 5 mil anos atrás. Estes povos adaptados à vida do litoral em função desses locais possibilitarem ao homem fonte abundante de alimentação e sobrevivência. São conhecidos como sambaquianos ou Construtores de Sambaquis. Ao longo da paisagem, por vezes, depara-se com grandes eleva es de conchas. Possuindo dimensões variadas, atingindo até centenas de metros de comprimento e com altura máxima de trinta metros.

QUADRO 4 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CAIEIRA

Nome da unidade de conserva�o	Parque Natural Ambiental Municipal da Caieira	
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Endereço da sede	Rua Waldemiro Rosa, s/n – Bairro Adhemar Garcia	
Unidade Arqueológica Responsável	Museu Arqueológico de Sambaqui – MASJ	
Unidade Técnica Responsável	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Telefone da unidade de conserva�o	(47) 34549018	
Telefone – MASJ	(47) 34330114	
Sítio eletrônico – FUNDEMA	www.fundema.sc.gov.br	
Superfície (m²)	1.279.450,50	
Coordenadas Geográficas Aproximadas	Norte - 26°18'18.88"S 48°48'15.20"W	Sul - 26°18'46.44"S 48°47'48.10"W
	Leste - 26°18'46.44"S 48°47'48.10"W	Oeste - 26°18'18.88"S 48°48'15.20"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Toda a UC encontra-se em Joinville	
Data da cria�o e número do decreto	Decreto n�. 11.734 em 11 de març�o de 2004	
Marcos importantes (limites)	A �rea é delimitada pela rua Waldemiro Rosa ao sul, Rio Cachoeira a leste, Ribeirão Santino a oeste e Lagoa do Saguacu ao norte.	

Nome da unidade de conservação	Parque Natural Ambiental Municipal da Caieira
Ecosistemas	A cobertura vegetal da área da UC está inserida no ecossistema de floresta atlântica, podendo ser classificada como integrante da Floresta ombrófila densa das terras baixas (a qual recobre as planícies quaternárias costeiras fluviais e flúvio-marinhas).
Atividades desenvolvidas	Visitas monitoradas, exposições.
Educação ambiental	O trabalho de educação ambiental é feito por monitores da FUNDEMA, mediante agendamento.
Educação patrimonial	Realizada pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), mediante agendamento.
Uso público	Lazer contemplativo, visitas monitoradas.
Fiscalização	Realizada pelos funcionários e empresa terceirizada.
Pesquisa	Identificação da fauna e flora por funcionários da FUNDEMA e diagnóstico paleoarqueológico pelo MASJ na elaboração de um plano de manejo. Nos anos de 2004 e 2005, foram publicados 2 (dois) trabalhos de graduação do Curso de Turismo com Ênfase em Meio Ambiente do IELUSC, referentes ao espaço de lazer e a atratividade turística da UC.
Atividades conflitantes	Pesca indiscriminada, despejo de lixo doméstico e corte de árvores nativas.

FONTE: O autor (2009).

4.3.3 Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista

Criada a partir do Decreto Municipal nº. 11.005/2003, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro do Boa Vista está localizada na área urbana de Joinville, próximo a área central do município. Esta UC é considerada, assim como o Morro do Iririú onde está localizado o Parque Municipal Morro do Finder, um divisor de águas relacionado a duas Bacias Hidrográficas (BHs): Bacias Independentes da Vertente Leste e BH do Rio Cachoeira (cercadas pelos bairros: Saguaguá, Iririú e Boa Vista). A ARIE Morro do Boa Vista (Figura 4), composta por áreas públicas como privadas, atinge até 229 metros de altitude, podendo ser visto praticamente de todos os quadrantes da cidade (JOINVILLE, 2002b).



FIGURA 4 - FOTO PANORÂMICA DA ARIE DO MORRO DO BOA VISTA..

FONTE: Arquivo FUNDEMA.

Esta UC se insere no SNUC como categoria de uso sustentável e abrange aproximadamente 390 ha. de remanescentes de floresta atlântica, em estágio secundário de regeneração, abrigando inclusive exemplares de espécies ameaçadas de extinção e outras consideradas raras na região, como a Peroba (*Aspidosperma polyneuron*), Cedro (*cedrela fissilis*), e várias Canelas (*Aiourea saligna*) (JOINVILLE, 2002b).

Segundo Gonçalves et. al. (2004, p. 33-34),

(...) na década de 60 essa floresta foi totalmente devastada, por conta da convicção dos moradores de que os vetores de transmissão da malária estavam associados à água acumulada nas bromélias que existiam nas copas das árvores. Atribuiu-se às bromélias a incidência do mosquito transmissor da doença, que serviam como meio para sua reprodução, mas esse não era o único fator de proliferação do inseto, pois a falta de saneamento básico e de canais de drenagem pluvial agravava a situação.

Logicamente que tal medida de erradicação da malária seria também um pretexto para o desmatamento do Morro do Boa Vista (figura 5), tendo que vista que, durante meados do século XIX, segundo gravuras apresentadas por Ficker (1965) (figura 6), já apresentava pastagens em algumas partes do morro. Esta ação predatória fez com que desaparecesse algumas das nascentes existentes nesta área, diminuindo a quantidade água nos rios dos quais serviam de captação para o abastecimento da cidade. Atualmente ainda restam algumas nascentes, sendo estas, grande parte utilizada para captação da comunidade do entorno de forma irregular.



FIGURA 5 - AO FUNDO O MORRO DO BOA VISTA JÁ DEVASTADO DURANTE A DÉCADA DE 40.
FONTE: Arquivo Jornal Anotícia



FIGURA 6 - VISTA DE JOINVILLE DE 1862, NOS FUNDOS O MORRO DO BOA VISTA JÁ OCUPADO POR PASTAGENS.
 FONTE: Ternes (1981).

Durante o ano de 2002, a Prefeitura Municipal de Joinville, juntamente com a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente – SAMA, com o objetivo de formular um plano diretor para o Morro do Boa Vista, anteriormente a criação da ARIE, realizaram pesquisas que diagnosticaram 115 espécies da fauna, entre estas estão o Gavião-tesoura (*Elanoides forficatus*), a Coruja-orelhuda (*Rhinoptynx clamator*), a Cutia (*Dasyprocta azarae*), o Mão Pelada (*Procyon cancrivorus*), o Tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), o Tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), o Graxaim (*Cerdocyon thous*). Além dos dados obtidos nos levantamentos, deve-se considerar que dentre as espécies de ocorrência na UC, algumas foram introduzidas, provenientes do Parque Municipal Zôo-Botânico do Morro do Boa Vista ou soltas propositalmente. Estas espécies são provenientes de capturas e salvamento realizados na região, tais como os Saguis (*Callithrix spp*) e a Capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), esta última nativa. Pelo motivo de serem introduzidas, devem ser manejadas de forma que se tenha um controle do número de indivíduos, a fim de evitar um futuro desequilíbrio nas comunidades faunísticas nativas da UC (JOINVILLE, 2002b).

Durante a década de 70, fatos registrados no Jornal A Notícia, expõem as problemáticas referente ao acesso ao alto do Morro do Boa Vista. Nas entre linhas da reportagem de 27 de Janeiro de 1977, “Má conservação do acesso impede visitaçao ao Morro do Boa Vista”, o jornal descreve a atividade nesta área e ainda complementa o uso por meio de turistas que encontram como opção de lazer durante a temporada de veraneio.

Fato interessante que já neste período o município identificava este espaço como um ponto atrativo para o turismo e para uma demanda real já existente em Joinville. Conforme A Notícia, “Grande parte dos visitantes que se deslocam à Cidade, durante a temporada de veraneio, encontra como opção de lazer uma vista ao Morro do Boa Vista, indicado muitas

vezes pelos hotéis e pelos folhetos da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo”. Outras reportagens também descrevem o Morro como um potencial turístico da cidade, no entanto pressionam o poder público para melhorias e condições seguras para visitação deste atrativo.

Reportagens de 1980 a 1990 relatam os projetos de preservação, infra-estrutura, problemas de desmatamento, caça e ocupação irregular. Neste período, também se utilizava como referência para descrever este impacto sobre o Morro a Lei nº 1.262, atualizada em 1975 pela lei nº. 1.410 que instituía no Plano Diretor de Joinville áreas de preservação permanente⁴ a partir de 40 metros de altitude, ou seja, era considerado irregular construções e ocupações nos morros a partir de 40 metros de altitude. Fator este que durante a década de 80 até tempos atuais gerou inúmeros conflitos de moradores que ocupam estas áreas, mas que conseqüentemente possibilitou a preservação do topo destes morros, mantendo fragmentos da floresta atlântica na área urbana do município. Atualmente é possível acessar o Morro do Boa Vista e observar a cidade percebendo claramente a preservação destes morros.

A ARIE do Morro do Boa Vista apresenta alguns atrativos que já são utilizados por turistas e visitantes. Destes destacam-se, a primeira bica d’água utilizada entre os anos 1886 e 1885 para abastecimento da cidade (GONÇALVES et al., 2004), localizada a oeste da unidade; o Parque Municipal Zôo-Botânico, localizado também na porção oeste da UC; e um Mirante de aproximadamente 15 metros, no centro da unidade, de onde é possível avistar praticamente toda a cidade, em angulo de 360°. O acesso é feito pela rua Pastor Guilherme Rau, sendo esta calçada apenas no início da rua, até o Parque Municipal Zôo-Botânico e no fim, próximo ao Mirante, onde o trecho é mais íngreme.

Na UC também é possível encontrar algumas trilhas, sendo estas abertas pela própria comunidade, sem qualquer estudo de impacto ambiental. Estas trilhas constantemente são utilizadas para a prática de *mountain bike* e *motocross*. Considera-se, portanto, que estas práticas sejam bastante impactante a UC, tento em vista que não há nenhum controle ou fiscalização destas práticas.

Com relação a situação fundiária da UC, considera-se que grande parte desta unidade é constituída por propriedades particulares, sendo que estas, diante a legislação municipal (Lei Orgânica Municipal, Seção VIII, Art. 181, § 3º) estão abrangidas pela cota 40, definida como área de preservação permanente, ou seja, o proprietário teoricamente acaba sendo impossibilitado de construir nesta área. Tal restrição tem resultado em numerosos processos por parte dos proprietários.

⁴ Conforme Código Florestal.

Tem-se constatado, dentro da UC, 17 núcleos familiares que apesar de estarem morando a aproximadamente 29 anos ainda se encontram em situação irregular perante a Prefeitura Municipal de Joinville (JOINVILLE, 2009c).

Conforme relatos de moradores, tal situação gera insegurança relativa a sua permanência no local, impossibilitados de implantação de infra-estrutura básica (rede de energia elétrica, abastecimento de água e coleta de esgoto) e também um sentimento de revolta e insatisfação com o poder público municipal.

Como problemática conseqüente desta ocupação, constata-se além da falta de energia elétrica, a precariedade de estrutura de saneamento ambiental, considerando a inexistência de rede de coleta de águas pluviais e rede coletora de esgoto. Toda a água coletada pela comunidade é proveniente das nascentes existentes no morro.

Próximo à área do Mirante encontra-se uma grande concentração de antenas emisoras de rádio, televisão e telecomunicação, pertencentes em grande parte a empresas localizadas do município, e uma pequena parcela a empresas localizadas no estado. Já se avaliou a implantação de um Plano de Unificação das antenas que possibilitaria a utilização para fins de visitação turística, servindo também como mirante para o município. No entanto, esta possibilidade até o momento encontra-se descartada por parte do poder público diante a necessidade de um alto investimento.

Como fase de elaboração do plano de manejo da ARIE, no mês de outubro de 2009 aconteceu a primeira oficina para identificação de potencialidades, conflitos, ameaças e fragilidades da UC. Estavam presentes nesta oficina 32 participantes convidados, 24 representando a sociedade civil e 8 participantes do poder público.

Os conflitos, ameaças e fragilidades da ARIE do Morro do Boa Vista, apontados pelos participantes se resumiram na inexistência do plano de manejo, ocupação irregular, falta de projetos ambientais, extinção da fauna local, disseminação de espécies exóticas, contaminação de nascentes e rios, desmatamento, falta de energia saneamento básico para os moradores, acessos precários, má conservação de equipamentos públicos, inexistência de controle de acesso, falta de sanitários públicos, falta de orientação turística (monitores), falta de estrutura para educação ambiental, pressão imobiliária, falta de infra-estrutura, indefinição quanto o destino dos moradores, falta de fiscalização e segurança, não aplicação da legislação, inexistência de corredores ecológicos e deslizamentos de casas instaladas.

Já as potencialidades foram mais genéricas, porém pontuais como: recategorização da UC, interação sócio-ambiental, geração de emprego e renda, potencial histórico-cultural, pesquisa científica, turismo e lazer, educação ambiental e conservação ambiental.

A segunda oficina participativa realizada no mês de fevereiro de 2010 teve como temática o zoneamento da UC. Diante a proposta da empresa contratada para desenvolvimento do plano de manejo, o grupo participante, representado pela sociedade civil organizada e alguns órgãos municipais, teve a oportunidade de discutir e propor alternativas de zoneamento para a UC. Os pontos discutidos foram a ampliação e redução da zona de amortecimento; definição de restrições ambientais seguindo legislação federal; unificação das antenas, assim como, definição de prazo para regularização e compensação ambiental destas; permanência da comunidade no interior da UC e compatibilização com a atividade de turismo; definição de zonas de conflitos, principalmente pela atividade de ocupação de comunidades com menor e maior impacto de infra-estrutura; recuperação de áreas definidas como áreas de uso especial ou intensivo e a construção de um plano de recuperação de áreas degradadas - PRAD; implantação de unidade de pesquisa na área de uso especial; possibilidades de pesquisa científica e visitação em grutas na face norte, situadas no interior da UC; e também a substituição de espécies exóticas de comercialização, para espécies nativas, possibilitando medidas de manejo e comercialização caso confirmação de uso econômico.

Ao fim desta última oficina, pode-se constatar que grande parte das sugestões e discussões dos três grupos divididos nesta oficina, tiveram semelhanças e estas resultaram na exigência de uma moção ao poder executivo para que se tenha maior participação do poder público local bem como a efetivação das discussões ali geradas.

Para elaboração do plano de manejo da ARIE do Morro do Boa Vista, a empresa contratada está utilizando como base o Roteiro Metodológico de Planejamento de Unidades de Conservação do IBAMA. Segundo a empresa já foram finalizados a etapa da contextualização da UC, a análise da região, proposta de pré-zoneamento e a oficina de zoneamento. A etapa seguinte será a oficina geral do plano de manejo, discussão dos dados e resultados gerados nas oficinas, aprovação do zoneamento da ARIE e consulta pública para aprovação do plano de manejo.

QUADRO 5 - FICHA TÉCNICA DA ARIE MORRO DO BOA VISTA

Nome da unidade de conservação	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Morro do Boa Vista
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA
Endereço da sede	A UC não possui sede, para acesso tem-se a rua Pastor Guilherme Rau ou a rua Otto E. Lepper.
Unidade Técnica Responsável	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA
Telefone – FUNDEMA	(47) 34332230
Sítio eletrônico-FUNDEMA	www.fundema.sc.gov.br

Nome da unidade de conservação	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Morro do Boa Vista	
Superfície (m²)	3.510.000	
Coordenadas Geográficas Aproximada	Norte - 26°16'37.77"S 48°49'49.92"W	Sul - 26°18'22.40"S 48°50'08.99"W
	Leste - 26°17'06.76"S 48°48'38.63"W	Oestes - 26°17'56.34"S 48°50'28.66"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Toda a UC encontra-se em Joinville	
Data da criação e número do decreto	Decreto N.º 11.005 em 07 de março de 2003	
Ecossistemas	A cobertura vegetal da área da UC está inserida no ecossistema de Floresta Atlântica, podendo ser classificada como integrante da Floresta Ombrófila Densa.	
Atividades desenvolvidas	Não há nenhuma atividade sendo realizada nesta UC.	
Educação ambiental	A atividade de educação ambiental na área é feita apenas no Parque Municipal Zôo-botânico do Morro do Boa Vista, inserido este na UC. Realizada também por funcionários da FUNDEMA, atividades de educação ambiental especificamente nas escolas do entorno da UC.	
Uso público	Lazer contemplativo.	
Fiscalização	Realizada pela FUNDEMA e Polícia Ambiental, através de denúncias.	
Pesquisa	Realizada no ano de 2002, pela Prefeitura Municipal de Joinville – Secretaria de Saneamento, Águas, Meio Ambiente e Agricultura – SAMA. “ Parque Municipal do Morro do Boa Vista: plano diretor ”.	
Atividades conflitantes	Despejo de lixo doméstico, comercial e da construção civil no entorno, corte de palmito, invasão através de trilhas secundárias.	

FONTE: O autor (2009).

4.3.4 Parque Municipal Zoo-Botânico do Morro do Boa Vista

O Parque Municipal Zôo-Botânico está localizado no Morro do Boa Vista, compondo a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista, abrangendo uma área de 17 hectares, praticamente no centro do município de Joinville. Cercado pelos bairros: Saguacú, Iriú e Boa Vista.

Criado durante a gestão do ex-prefeito Luiz Gomes, através do Decreto nº. 6.960 de 30 de dezembro de 1992. Segundo relatos de funcionários da FUNDEMA, esta área, já serviu antes da década de 70 para extração de rocha, e posteriormente como *camping* municipal.

A criação do Parque Municipal Zôo-Botânico, teve como objetivo a valorização e conservação dos remanescentes florestais, bem como a proteção da fauna e de alguns mananciais encontrados na ARIE Morro do Boa Vista. Seguindo a Instrução Normativa nº. 001/89, de 19 de outubro de 1989, emitida pelo IBAMA, esta ALP, abriga em recintos, diversas espécies da fauna brasileira, sendo que grande parte destas, nativas da região norte do Estado de Santa Catarina.

Conforme a Lei nº. 9.985/2000, do SNUC, esta ALP é considerada uma unidade de proteção integral, na categoria de parque natural municipal. Porém, há um problema de interpretação das atividades que podem se dar na área, afinal como já observado, a área vem sendo utilizada como zoológico e não como parque. Essa unidade assim como outras áreas protegidas do município, não possui plano de manejo. Evidentemente que esta categoria não possibilita tal atividade, sendo necessário a readequação da categoria, de acordo o SNUC.

Recentemente nesta UC foi realizada uma reforma parcial, construindo um espaço para atividades de pesquisa e educação ambiental, assim como a manutenção de alguns recintos. Esta construção foi parte de um ajuste de conduta com uma empresa do município de Joinville.

A atividade de educação ambiental vem sendo implementada neste espaço, considerando que até então o órgão responsável pela gestão da UC não destinava monitores.

A UC possui uma trilha, porém esta se encontra interditada devido à falta de manutenção.

Devido a sua localização, o Parque Municipal Zôo-Botânico do Morro do Boa Vista têm demonstrado um grande potencial para a atividade do turismo, tendo em vista que, somente no ano de 2009, conforme dados de visitação da FUNDEMA, registrou-se aproximadamente 100 mil visitantes, sendo destes 6.617 estudantes de escolas do município. Conforme funcionários da FUNDEMA, apesar de ainda não serem contabilizados exatamente o fluxo de visitantes, estima-se nos finais de semana uma rotatividade 2 mil visitantes, dentre eles moradores locais e turistas.

Tanto a ARIE do Morro do Boa Vista como o Parque Municipal do Zôo-Botânico são áreas contempladas no Projeto Linha Verde do FONPLATA e que sofrem atualmente intervenções de infra-estrutura, como a pavimentação do acesso principal ao mirante, construção de trilha para contemplação da floresta presente no alto do Morro do Boa Vista, manutenção e ampliação do mirante e do Parque Zoo-botânico.

O Programa “eixo ecológico leste e estruturação da rede de parques ambientais – Linha Verde” iniciou no ano de 2005 com o objetivo orientar e induzir o desenvolvimento da região leste da cidade através da criação de opções de lazer, recreação, preservação, recuperação ambiental reabilitação social através do aproveitamento do potencial natural da região. O Programa apresenta como meta atingir aproximadamente 237.000 habitantes, distribuídos por 19 bairros da zona leste e nas localidades litorâneas da Vigorelli e Morro do Amaral.

A implantação de um eixo viário estrutural e de convivência de lazer é também objetivo do Programa que acredita proporcionar a contenção, reestruturação e consolidação da malha urbana e seu entorno; o surgimento de uma seqüência de áreas destinadas ao lazer e recreação denominadas parques. A recuperação, preservação e valorização dos recursos ambientais da região, de modo a viabilizar com o envolvimento da comunidade, a implantação e manutenção de unidade de conservação e preservação ambiental; estímulo à urbanização e melhoria das condições de infra-estrutura de áreas habitadas; estímulo ao associativismo comunitário através da oferta de equipamentos de interesse público de gestão comunitária; estímulo às atividades econômicas de complementação de renda familiar; estímulo à diversidade e renovação de usos junto ao eixo de convivência e suporte físico alternativo para coleta, condução e processamento do esgoto sanitário.

A gestão deste programa é feita pela UGP (Unidade de Gerenciamento do Programa Linha Verde) tem como missão através da constituição de um grupo de trabalho estruturado por representantes da administração direta e indireta, nomeados por Decreto (n. 15.643 de 27/05/09), efetuar o gerenciamento do Programa Linha Verde dentro das respectivas competências, em seus aspectos, administrativo, financeiro, técnico legal e operacional.

QUADRO 6 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE MUNICIPAL ZÔO-BOTÂNICO

Nome da unidade de conservação	Parque Municipal Zôo-Botânico do Morro do Boa Vista	
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Endereço da sede	Rua Pastor Guilherme Rau, 462 - Saguacú	
Unidade Técnica Responsável	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Telefone da unidade de conservação	(47) 34315016	
Sítio eletrônico – FUNDEMA	www.fundema.sc.gov.br	
Coordenadas Geográficas Aproximadas	Norte - 26°17'37.30"S	Sul - 26°17'49.71"S
	48°49'52.73"W	48°49'56.70"W
	Leste - 26°17'38.98"S	Oeste - 26°17'40.44"S
	48°49'52.17"W	48°50'13.30"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Toda a UC encontra-se em Joinville	
Data da criação e número do decreto	Decreto n.º. 6.960 em 30 de dezembro de 1992	
Ecossistemas	A cobertura vegetal da área da UC está inserida no ecossistema de floresta atlântica, podendo ser classificada como integrante da floresta ombrófila densa.	
Atividades desenvolvidas	Visitas monitoradas	
Educação ambiental	O trabalho de educação ambiental é feito por monitores da UC.	
Uso público	Lazer contemplativo.	
Fiscalização	Realizada pelos funcionários da UC.	

Nome da unidade de conservação	Parque Municipal Zôo-Botânico do Morro do Boa Vista
Pesquisa	No ano de 2003, foi publicado um trabalho de graduação do Curso de Turismo com Ênfase em Meio Ambiente do IELUSC, referente ao espaço de lazer e a atratividade turística da UC.
Atividades conflitantes	Sem controle de visitantes. Falta de infra-estrutura adequada aos animais.

FONTE: O autor (2009).

4.3.5 Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca

Com o objetivo de conservação e preservação dos ecossistemas, bem como o desenvolvimento social e econômico da região, foi criada por um Decreto Municipal nº. 8.055 de março de 1997, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra Dona Francisca, enquadrada na Lei nº. 6.902, de 27 de abril de 1981 que dispõe da criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

Surge então esta UC como proposta fundamental de proteção dos recursos hídricos. Considerando que cerca de 70% da água utilizada pelo município de Joinville provém da Bacia Hidrográfica⁵ (BH) do Cubatão e BH do Piraí, ambas localizadas na APA Serra Dona Francisca (Figura 7).

Garantindo também a conservação de remanescentes da floresta atlântica e protegendo a fauna silvestre. Esta proposta desenvolvida pelo poder público municipal e apoiada por instituições privadas, visa à melhoria da qualidade de vida das populações residentes, orientando e disciplinando as atividades econômicas locais.

Em relação à situação fundiária da APA Serra Dona Francisca, considera-se que em sua estrutura é baseada em pequenas e médias propriedades, sendo que a maioria destas apresenta áreas entre 25 a 50 ha. As maiores propriedades estão em domínio das empresas CISER, Mabasa e Comfloresta. As duas últimas atuam como empresa de reflorestamento de essências exóticas para o fornecimento de matéria prima para a indústria moveleira (JOINVILLE, 2004).

Conforme as normas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária vigente, proíbe-se o parcelamento das terras na zona rural em áreas inferiores a dois hectares. Apesar desta legislação, o que se observa é uma situação totalmente contrária. Muitos moradores

⁵ É um espaço geográfico natural delimitado pelos pontos mais altos (morros) que drenam as águas das chuvas para os rios e cursos d'água localizados nas partes mais baixas. Todo rio ou curso d'água é formado por uma bacia hidrográfica (JOINVILLE, 2006).

acabam fazendo o parcelamento de suas propriedades, através de contratos ilusórios, não reconhecidos oficialmente, tornando irregulares perante a lei.

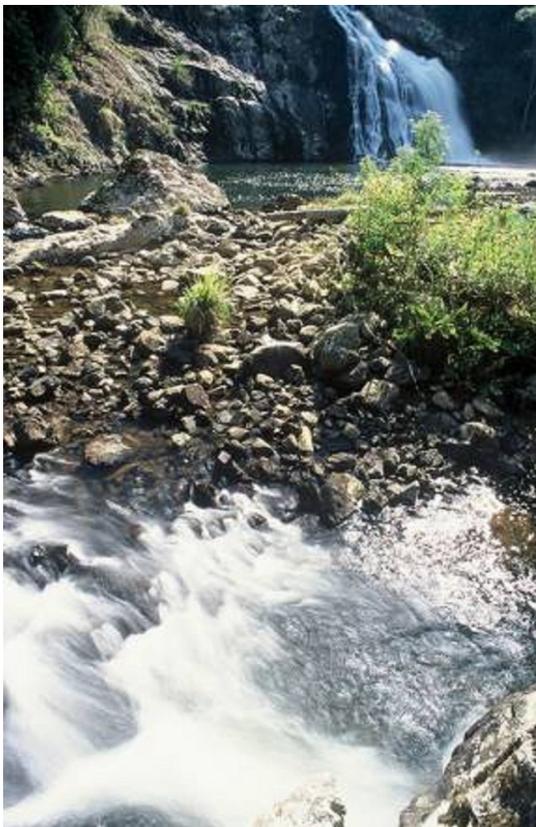


FIGURA 7 - UMA DAS DIVERSAS CACHOEIRAS ENCONTRADAS AO LONGO DO RIO CUBATÃO.
FONTE: Arquivo Paulo Lindner

A ocupação humana está restrita quase que exclusivamente na região da planície fluvial e ao pé da serra, sendo estimada, em menos de um terço do total da área da unidade de conservação. Os cinco principais aglomerados urbanos estão situados na região do Piraí, Rio da Prata, Pirabeiraba (SC 301/ Estrada Mildau) e Canela (JOINVILLE, 2004).

A ocupação do solo está alicerçada principalmente pela atividade agropecuária. A área rural de Joinville, apresenta uma estrutura fundiária de 40.903 hectares divididos em grupos de 1 até 5000 hectares, a grande maioria das propriedades rurais do município se caracterizam por áreas entre 11 a 50 hectares. Destaca-se na produção pecuária a criação de bovinos, com 954 produtores. A produção agrícola, contando com 2426 produtores gerou em 2008, 101.924 toneladas de arroz, hortaliças de folhas e raízes, cana-de-açúcar, milho, mandioca, batata doce e banana (JOINVILLE, 2008).

Como problemas enfrentados na APA têm-se: o fogo, decorrente das áreas de reflorestamento, queimadas provocadas por pecuaristas com finalidade de renovar o local; inundações periódicas (fortes chuvas que geram alterações físicas nos leitos dos rios e afetam a infra-estrutura rural); exploração mineral desordenada; corte de árvores nativas (Palmito) (Figura 8), prática de agropecuária e desmatamento; ocupação desordenada do espaço e a intensiva visitação da comunidade joinvilense em períodos de verão nas margens dos rios (Figura 9).



FIGURA 8 - APREENSÃO DE PALMITO PELA POLÍCIA AMBIENTAL NO INTERIOR DA UC.
FONTE: Arquivo Paulo Lindner

Com relação às atividades econômicas, desenvolvidas no interior da UC destacam-se como produtos cultivados a banana, milho, cana-de-açúcar, mandioca, pupunha, palmeira real, hortaliças e gado leiteiro e de corte. Já nas atividades econômicas conflitantes tem-se a exploração mineral, caça, reflorestamento de essências exóticas, cultivo e criação em áreas de preservação permanente (APP)⁶, desmatamentos, além de construções em locais proibidos ou de forma irregulares.

⁶ De acordo a Lei 4.771/65 (ANEXO 16), artigo 1º, § 2º, inciso II do Código Florestal, determina Área de Proteção Ambiental como: “área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2006a).



FIGURA 9 – VISITAÇÃO DESORDENADA DA POPULAÇÃO NAS MARGENS DO RIO.
FONTE: O autor (2010).

Seguindo o Art. 14º e 15º, da Lei nº. 9.985/00 do SNUC, que institui as unidades de uso sustentável, considera esta categoria de APA, segundo o Art. 15º, da Lei nº. 9.985/00 do SNUC, como uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos e estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Porém, assim como outras UC do município esta, não possui uma adequação com SNUC, nem mesmo seu plano de manejo.

Considerando inacabado o plano de manejo da APA da Serra Dona Francisca, em acompanhamento com o órgão público municipal do meio ambiente (FUNDEMA), pode-se notar algumas ações de melhoria à comunidade residente na UC, porém ainda torna-se necessário a efetivação de um planejamento a longo prazo para medidas conservacionistas bem como de favorecimento as comunidades residentes.



FIGURA 10 - PÓRTICO PARA FISCALIZAÇÃO NO INÍCIO DA ESTRADA QUIRIRI.
FONTE: O autor (2010).

Como medida de manejo, para o controle de um crescimento excessivo de construções no interior da UC, por intermédio da FUNDEMA, construiu-se um pórtico no início da estrada Quiriri (Figura 10), identificada como região de maior concentração demográfica da APA Serra Dona Francisca, sendo neste aplicado medidas de fiscalização na entrada e saída de materiais. No pórtico encontra-se 2 funcionários da FUNDEMA, estes desempenham um papel fiscalizador, coletando notas fiscais referentes a materiais de construção. Estas notas ao fim do semestre são repassadas a Gerência de UCs da FUNDEMA a qual elabora um relatório, destinando fiscais para a fiscalização das possíveis obras. Discute-se entre FUNDEMA e PROMOTUR a utilização destes funcionários também para o apoio para informações referentes a atividades de turismo rural realizadas nesta região da UC.

A atividade de turismo dentro na APA vem sendo discutida pela PROMOTUR e Associação de Turismo Eco-rural, a qual reúne aproximadamente 15 produtores rurais da região que tem o interesse ou já vem recebendo turistas e visitantes em suas propriedades, bem como instituições de ensino e profissionais na área. Para apoio técnico referente ao segmento de turismo rural, a PROMOTUR oferece a Casa Krüger, localizada a 19 quilômetros do centro de Joinville. A Casa Krüger além de ser um atrativo histórico cultural, construída em 1925, tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual e Federal, funciona como o Portal de Turismo Rural, onde se desenvolve o trabalho de planejamento e informação

turística do turismo rural de Joinville. Nos finais de semana, utiliza-se o espaço do galpão anexo a casa para realização da feira de artesanato rural que comercializa os trabalhos desenvolvidos pelo Programa de Desenvolvimento da Mulher Rural. A Casa Krüger centraliza também as reservas de grupos de turistas que visitam as propriedades rurais. O atendimento é feito de segunda à sexta, das 8h às 18h e de sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h.

A atividade de educação ambiental ainda é considerada insuficiente nesta UC, tendo em vista que ocorrem diversos problemas ambientais, muitos destes causados pelos próprios moradores locais. A FUNDEMA discute ações de educação ambiental dentro do plano de manejo da APA, porém estas ainda não foram executadas, sendo apenas realizado o programa SOS Nascentes, o qual contempla a revitalização e proteção das BHs localizadas na UC (Fig. 11).



FIGURA 11 - AÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES PROMOVIDA PELA FUNDEMA.
FONTE: Arquivo FUNDEMA

A valorização da cultura e das tradições das comunidades locais é um fator de grande relevância na discussão da gestão das UC. É importante destacar que na APA Serra Dona Francisca pode-se encontrar inúmeras comunidades tradicionais as quais ainda mantêm desde o período de colonização da região, relevantes manifestações e tradições locais (Figura 12), assim como a arquitetura teuto-brasileira, representada através de técnicas enxaimel nas casas e pontes da região (Figura 13).



FIGURA 12 - PRESENÇA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NO INTERIOR DA UC.
FONTE: O autor (2009).



FIGURA 13 – CASA EM TÉCNICA ENXAIMEL, ARQUITETURA TÍPICA DA REGIÃO.
FONTE: Arquivo PROMOTUR

Ainda nos limites da APA Serra Dona Francisca, estão inserida as UCs: RPPN Caetezal, Estação Ecológica do Bracinho e Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin.

QUADRO 7 - FICHA TÉCNICA DA APA SERRA DONA FRANCISCA

Nome da unidade de conservação	Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca	
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Endereço da sede	SC 301, Estrada Quiriri, s/n – Quiriri.	
Unidade Técnica Responsável	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Telefone da unidade de conservação	(47) 34280387	
Sítio eletrônico – FUNDEMA	www.fundema.sc.gov.br	
Superfície (m²)	408.420.000 (34,52% da área do município)	
Coordenadas Geográficas Aproximada	Norte - 26° 4'33.70"S 49° 3'44.99"W	Sul - 26°20'13.25"S 48°57'41.85"W
	Leste - 26°10'31.48"S 48°54'29.70"W	Oeste - 26° 9'41.07"S 49°10'21.48"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Toda a UC encontra-se em Joinville	
Data da criação e número do decreto	Decreto Nº 8.055 de março de 1997	
Marcos importantes (limites)	Serra Queimada; Castelo dos Bugres; Jurapê; Tromba.	
Ecossistemas	Floresta ombrófila densa; floresta ombrófila mista; campos de altitude.	
Atividades desenvolvidas	Turismo, atividades agropecuárias, mineração, reflorestamento de <i>pinus</i> , indústria e comércio.	
Educação ambiental	O único programa existente de educação ambiental oficial declarado pela FUNDEMA é o projeto SOS Nascentes. Palestras com a comunidade local tratando da educação ambiental na região.	
Uso público	Recreação; visitação; esportes de aventura; caminhadas; banho de cachoeira; hotéis; restaurantes; pesque-pagues e comércio.	
Fiscalização	Realizada por fiscais da FUNDEMA e pela Polícia Ambiental.	
Pesquisa	As pesquisas realizadas na APA, grande parte estão concentradas nas instituições de ensino. Na FUNDEMA, o que é possível encontrar de pesquisa realizada na APA Serra Dona Francisca é o zoneamento ecológico-econômico da UC. As pesquisas realizadas por acadêmicos de graduação ou pesquisadores não são requeridas pela FUNDEMA, ou seja, não se concentram no órgão municipal gestor da UC.	
Atividades conflitantes	Caça; extração de essências nativas, madeira de lei espécies comestíveis (Palmito), ornamentais (principalmente bromélias e orquídeas); agricultura e pecuária em áreas de preservação permanente; mineração; reflorestamento; ocupação indevida, visitação desordenada.	

FONTE: O autor (2009).

4.3.6 Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral

Situado na margem esquerda da lagoa do Saguaçu, considerando, segundo a Lei complementar nº. 27/1996, Zona Rural de Joinville, especificamente como setor especial, Área de Proteção Permanente (APP) de Manguezal. Segundo Decreto Municipal nº. 3.024 de 27 de fevereiro de 1975, de acordo com o art. 6 do Decreto Lei nº. 3.365/41, foi declarado como utilidade pública a ilha do Morro do Amaral. Criado a partir do Decreto Municipal nº. 6.182 de 11 de agosto de 1989, durante a gestão do ex-prefeito de Joinville, Sr. Luiz Gomes

(1989/1992), com o objetivo de preservação dos ecossistemas presentes e dos sítios arqueológicos locais. O Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral possui uma área de 3.357.775,00 m², apresentando basicamente quatro tipos de ecossistemas: manguezal, restinga, floresta ombrófila densa e ecossistema lagunar da Lagoa do Saguçu.

No Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral (Figura 14) encontra-se cinco sítios arqueológicos, denominados como sambaquis. Destes, dois estão localizados em propriedades particulares, cobertos por gramíneas, utilizados como pastagem para gado bovino, sem qualquer perspectiva de preservação. Outros três encontram-se bastante depredados devido à ação do tempo, ação de animais, vandalismo e deposição de lixo (MARQUES, 2003, p. 5).

Em relação aos ecossistemas presentes, destacam-se o manguezal, distribuído na borda de toda a ilha e o ecossistema lagunar da Lagoa do Saguçu. Considerados como ecossistemas frágeis e ao mesmo tempo rico em biodiversidade. Ambos os ecossistemas são importantes para o equilíbrio ambiental da região da Baía da Babitonga. São importantes também para uma parcela da comunidade, a qual utiliza-se dos diversos recursos naturais (pesca, caça de caranguejo, coleta de crustáceos, etc.) para sua sustentabilidade (Fig. 15). Praticamente até meados do século XX, segundo Marques (2003), utilizava-se das folhas do mangue⁷ para fazer o tingimento do couro. Outro ecossistema predominante, compondo cerca de 50% da área, é a restinga, sendo esta, alvo do desmatamento para fins de construção civil e criação de gado bovino.



FIGURA 14 - COMUNIDADE MORRO DO AMARAL.
FONTE: André Tavares Vieira

⁷ Árvore nativa, predominante no ecossistema de manguezal.

O ecossistema da Floresta Ombrófila Densa de Planície, situada mais ao interior da ilha, é abrigo para uma parcela da fauna presente. Conforme identificação em trabalho de campo, o ecossistema é caracterizado por uma vegetação nativa de bromélias, xaxins (*Dicksonia sellowiana*), Palmito (*Euterpe edulis*), Jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*), Guarapuvu (*Schizolobium parahyba*), Embaúva (*Cecropia glazioui*), entre outras.

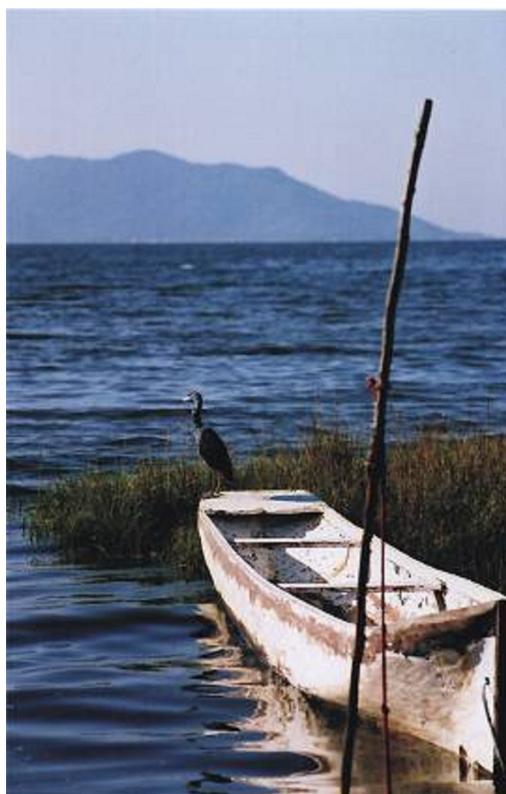


FIGURA 15 - A PESCA, ATIVIDADE DE SUBSISTÊNCIA DA COMUNIDADE.
FONTE: André Tavares Vieira

Segundo levantamentos de Marques (2003), a partir de um diagnóstico socioeconômico, cultural e ambiental, pôde-se identificar nesta área a incidência de comunidades tradicionais (Fig. 16), descendentes de portugueses, açorianos, africanos e indígenas. Fato este, o qual deve-se considerar a comunidade presente para então, juntamente com a comunidade discutir a readequação de acordo o SNUC.

Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, o Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral se enquadra na categoria de unidade de proteção integral, porém, assim como outras UC do município, não possui ainda um plano de manejo.

Para esta UC, estuda-se a possibilidade de readequar a categoria, de acordo o SNUC, tendo em vista que, em uma unidade de proteção integral, como o Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral, não é possível compatibilizar com a existência de uma comunidade local, ainda que esta, já se encontrava anteriormente a criação da UC.



FIGURA 16 - PRESENÇA DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NA UC.
FONTE: Arquivo PROMOTUR

Atualmente no Brasil é possível encontrar áreas protegidas as quais possibilitam que a população local esteja inserida na gestão da UC, bem como em atividades do turismo, propiciando emprego e abrindo novas frentes de trabalho em atividades de ecoturismo, empresariais (Fig. 17) ou mesmo de agregação de valor, com seus saberes e fazeres, no artesanato, na alimentação, nas manifestações culturais e em outras atividades, gerando então renda e conseqüentemente melhora da qualidade de vida para as comunidades (ROCKTAESCHEL, 2006).

Em fevereiro de 2010 a FUNDEMA organizou uma reunião pública com a comunidade da Ilha do Morro do Amaral a fim de apresentar soluções de readequação desta UC. Foram apresentadas para a comunidade as diversas categorias de UC presentes no SNUC direcionando para uma possível proposta de readequação considerando uma categoria que contemplasse as características da localidade (existência de uma comunidade tradicional de características luso-brasileiras, pesqueira e extrativista, relevância de fauna e flora e presença de sítios arqueológicos).



FIGURA 17 - EMPREENDIMENTOS JÁ ESTABELECIDOS PELOS MORADORES DA UC.
 FONTE: O autor (2008).

Diante a exposição dos técnicos da FUNDEMA, a comunidade, em consenso, optou na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) justificando como categoria que melhor se enquadra com a realidade da Ilha do Morro do Amaral. Conforme o art. 20 da Lei nº. 9.985, que define a RDS como:

(...) uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica

Segundo relatos de técnicos da FUNDEMA, o próximo passo será a criação de um projeto de lei para recategorização do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral transformando na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral. Este projeto irá incluir a participação da comunidade e das demais secretarias e fundações vinculadas a Prefeitura Municipal de Joinville que ao fim encaminhará a Câmara de Vereadores para então aprovação da lei.

O Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral também está contemplado no Programa FONPLATA. Nesta área a Unidade de Gerenciamento do Programa definiu diante seus conselheiros, ações como a construção de uma nova ponte, trapiche para atracagem de barcos de pesca e turismo e um centro para comercialização de pescados.

Conforme o Plano Estratégico de Turismo (2009-2012) da Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville define-se dentro do projeto “Equipamentos e infra-

estrutura como fatores de desenvolvimento do turismo no município”, ações direcionadas para o estímulo do segmento de turismo náutico a fim de se consolidar atividades e desenvolvimento de produtos e roteiros turísticos que tenham como destino ou saída a UC da Ilha do Morro do Amaral. Com a construção do trapiche, assim como já ocorre em outras localidades do município, como na ilha dos Espinheiros com o Barco Príncipe de Joinville, que realiza passeios na Baía da Babitonga se deslocando até a cidade histórica de São Francisco do Sul.

Dentro do projeto “Construção Social do Turismo Joinvilense” a PROMOTUR também tem apoiado o desenvolvimento de festas comunitárias como a festa do pescador e a do camarão, festividade que oferece como atrativo a gastronomia local, assim como o acompanhamento com a FUNDEMA para readequação da UC, zoneamento, plano de manejo e participação em programas do plano de manejo direcionados para o estímulo da atividade de turismo e ao desenvolvimento local.

QUADRO 8 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE MUNICIPAL DA ILHA DO MORRO DO AMARAL

Nome da unidade de conservação	Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral	
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Endereço da sede	A UC não possui sede, porém o acesso a área da unidade é pelo bairro Paranaguamirim, seguindo a Avenida Kurt Meinert até a comunidade do Morro do Amaral.	
Unidade Técnica Responsável	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Telefone – FUNDEMA	(47) 34332230	
Sítio eletrônico – FUNDEMA	www.fundema.sc.gov.br	
Superfície (m²)	34.000	
Coordenadas Geográficas Aproximadas	Norte – 26°17'41.81"S 48°46'21.75"W	Sul - 26°18'51.90"S 48°45'20.31"W
	Leste – 26°18'34.49"S 48°45'2.48"W	Oeste - 26°17'37.39"S 48°46'50.25"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Toda a UC encontra-se em Joinville	
Data da criação e número do decreto	Decreto nº. 6.182/1989	
Marcos importantes (limites)	Lagoa do Saguacu a nordeste; canal do Boqueirão a leste; rio Riacho e terras costeiras a sudoeste.	
Ecossistemas	A cobertura vegetal da área da UC está inserida no ecossistema de floresta atlântica, podendo ser classificada como integrante da floresta ombrófila densa das terras Baixas (a qual recobre as planícies quaternárias costeiras fluviais e flúvio-marinhas).	
Atividades desenvolvidas	Pesca e o extrativismo	
Educação ambiental	Não existem programas de educação ambiental	
Uso público	Lazer contemplativo, atividade de pesca e caça de caranguejo.	
Fiscalização	Realizada pela FUNDEMA e Polícia Ambiental, através de denúncias.	

Nome da unidade de conservação	Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral
Pesquisa	No ano de 2003, foram publicados 2 (dois) trabalhos de graduação do Curso de Turismo com Ênfase em Meio Ambiente do IELUSC, referentes ao desenvolvimento local e a atividade do turismo como sustentabilidade nesta UC.
Atividades conflitantes	Caça, pesca, despejo de esgoto, despejo de lixo doméstico, comercial e da construção civil, infra-estrutura precária, corte ilegal de espécies nativas e poluição da baía da babitonga.

FONTE: O autor (2009).

4.3.7 Estação Ecológica do Bracinho

Abrangendo os municípios de Joinville e Schroeder a Estação Ecológica do Bracinho possui uma área de 46.066.744,00 m², esta estendendo-se a duas bacias hidrográficas: bacia hidrográfica do Piraí (Joinville) e bacia hidrográfica do Itapocuzinho (Joinville/Schroeder). Parte da UC que encontra-se no município de Joinville, está inserida na APA Serra Dona Francisca.

Constituída através de um convênio entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, a partir de um Decreto Estadual nº. 22.768, de 16 de julho de 1984, com base na Lei Federal nº. 6.902, de 27 de abril de 1981 que dispõe da criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

A Estação Ecológica do Bracinho apresenta como característica, ecossistemas de floresta ombrófila densa, floresta de transição (ombrófila densa para mista), podendo ainda encontrar espécies endêmicas, bem como espécies ameaçadas de extinção (Figura 18), como o Tucano-de-bico-verde (*Ramphastos dicolorus*), o sabiá-cica (*Triclaria malachitacea*), a Araponga (*Procnias nudicollis*), o Bugio (*Allouatta guariba*), a Lontra (*Lontra longicaudis*), a Anta (*Tapirus terrestris*) o Gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), o Puma (*Puma concolor*) (Parte desta informação foram consultados em material interno da CELESC e confirmados por trabalho de campo).



FIGURA 18 - PEGADAS DE ANTA NO CAMINHO.
FONTE: O autor (2008).

Na área da Estação Ecológica do Bracinho, a empresa CELESC, gerenciadora da UC, possui duas usinas hidrelétricas. A Usina do Piraí, que entrou em funcionamento em 1903 e tem um reservatório com volume de 431.500 m³, uma altura de queda de 310 metros e está localizado no município de Joinville. A Usina é formada por 7 saltos e tem uma capacidade instalada de 1.372 kW. A Usina do Bracinho (Figura 19), entrando em atividade em 1931, formada por 12 saltos, tem uma capacidade instalada de 16.500 kW e fica localizada no Município de Schroeder (Fig. 20).



FIGURA 19 - USINA HIDRELÉTRICA VISTA DO 1º SALTO DO BRACINHO.
FONTE: O autor (2008).

Diante a legislação federal, Lei nº. 9.985/2000, esta UC apresenta irregularidades quanto sua categoria, considerando que a Lei 9.985/2000 em seu Art. 55 determina que:

As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei (BRASIL, 2000).

Um dos grandes problemas identificados na Estação Ecológica do Bracinho, além de sua readequação de categoria de UC são os problemas no que dizem respeito à caça (Figura 21), sendo constantemente encontrados caçadores no interior da estação ecológica, roubo de Palmito (*Euterpe edulis*) e outras essências florestais. A fiscalização é feita pela Polícia de Proteção Ambiental, porém mediante denúncias.



FIGURA 20 - AMANHECER NO 8º SALTO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO BRACINHO.
FONTE: O autor (2008).

Com relação a atividade de turismo, considera-se que a Estação Ecológica do Bracinho tenha uma potencialidade para o segmento do ecoturismo e turismo de aventura (*trekking*, observação da fauna, etc.), tendo em vista o alto grau de conservação do ecossistema presente, bem como para o segmento do turismo cultural, considerando o processo histórico de ocupação desta área. Porém, inicialmente, nota-se a necessidade de readequação da UC de acordo o SNUC, o qual determina um diagnóstico bem como o plano de manejo para a UC. Sugere-se que, em sua readequação discuta-se uma categoria de UC a qual permitirá o uso sustentável da área, podendo-se utilizar da atividade de ecoturismo como ferramenta de educação ambiental e até mesmo de fiscalização por parte dos envolvidos na atividade. O turismo não somente daria sustentabilidade financeira para manutenção e gestão da UC, como proporcionaria uma maior conservação do ecossistema presente.



FIGURA 21 - ABRIGO DE CAÇADOR ENCONTRADO JÁ INCINERADO.
FONTE: O autor (2008).

QUADRO 9 - FICHA TÉCNICA DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO BRACINHO

Nome da unidade de conservação	Estação Ecológica do Bracinho	
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. – CELESC	
Endereço da sede	Usina Hidrelétrica do Piraí Estrada do Salto I, s/n – Piraí – Joinville, SC.	
	Usina Hidrelétrica do Bracinho Rua: Marechal Castelo Branco, 4508 – Schroeder, SC.	
Unidade Técnica Responsável	Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.	
Telefone - CELESC	(47) 34517000	
Sítio eletrônico	www.celesc.com.br/celescambiental/bracinho.php	
Superfície (m²)	46.066.744,00	
Coordenadas Geográficas Aproximadas	Norte – 26°16'51.44"S 49° 6'13.24"W	Sul - 26°20'0.52"S 49° 22.33"W
	Leste – 26°17'59.08"S 49° 1'18.33"W	Oeste - 26°16'13.77"S 49° 7'26.97"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Joinville e Schroeder	
Data da criação e número do decreto	Decreto Estadual nº. 22.768/1984	
Marcos importantes (limites)	Usina Hidrelétrica do Piraí, Usina Hidrelétrica de Schroeder e Barragem Rio do Júlio.	
Ecossistemas	Floresta ombrófila densa; floresta ombrófila mista.	
Atividades desenvolvidas	Geração de energia, treinamento e Pesquisa.	
Educação ambiental	No ano de 1996, a CELESC assinou, juntamente com o IBAMA, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, FATMA, Polícia de Proteção Ambiental, CASAN e a Prefeitura Municipal de Schroeder, um convênio para aplicação de um programa de Educação Ambiental, voltado à população que reside na área vizinha à UC e em todo o município de Schroeder. Porém, atualmente este programa não vem sendo realizado.	
Uso público	Esta categoria de UC restringe a visitação pública, apenas para fim de pesquisa e atividades educacionais.	

Nome da unidade de conservação	Estação Ecológica do Bracinho
Fiscalização	Realizada pela Polícia Ambiental, através de denúncias.
Pesquisa	Já foram realizados estudos de fauna e flora na UC pela UFSC, USP e também UNIVILLE.
Atividades conflitantes	Caça e extração espécies comestíveis (Palmito).

FONTE: O autor (2009).

4.3.8 Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin

Localizado no interior da APA Serra Dona Francisca, mais precisamente ao fim da Estrada Mutucas, o Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, em seu decreto de criação nº. 6.959 em 30 de dezembro de 1992, nos incisos III e VII do artigo 5º da Lei orgânica do município teve como principal objetivo a proteção do manancial de água, o qual se insere dentro dos limites da UC, sendo alterado seguidamente pelo Decreto Municipal nº. 7.600 de agosto de 1995, o qual modifica a redação do art. 2º do Decreto Municipal nº. 6959 que cria o parque. Atualmente, a infra-estrutura que era utilizada para abastecimento de água para o município, se encontra abandonada, em precário estado de conservação. Para acesso a esta, tem-se uma trilha ao lado da propriedade do Sr. Paulo, no fim da Estrada Mutucas.

A trilha pode ser percorrida em aproximadamente 30 minutos, considerada média⁸. Ao longo desta é possível encontrar pequenas cachoeiras, sendo que ao fim se tem uma antiga construção a qual era utilizada para captação de água.

Em uma reportagem, publicada pelo Jornal do Município, em 27 de abril de 1995 relata o fato de que este manancial situado no interior da UC já serviu para o abastecimento de água ao município, porém atualmente a estrutura a qual era utilizada para captação de água (dutos, poços, casa de máquinas, e barragem) encontram-se abandonados (Figura 22 e 23).

⁸ Existem várias classificações para as trilhas. A classificação foi elaborada a partir da predominância do grau de dificuldade ao longo de toda a trilha, considerando as extensões dos trechos, a inclinação do terreno, a qualidade da trilha e os obstáculos. Neste caso considerou-se a inclinação da trilha.



FIGURA 22 - EQUIPAMENTOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA ABANDONADOS.
FONTE: O autor (2008).



FIGURA 23 – PEQUENA BARRAGEM DO RIO MOTUCAS
FONTE: O autor (2009)

Mesmo em abandono, a área da UC apresenta um diferencial, considerando o fato de existir diversos mananciais de água bem como o equilíbrio da fauna, quanto da flora (figura 24), fato este que possibilita a adequação, ou uma maior atenção a esta UC. No caso, implantando uma infra-estrutura capaz de atender visitantes bem como pesquisadores.



FIGURA 24 – RIO MOTUCAS INSERIDO NO PARQUE ROLF COLIN.
FONTE: O autor (2009).

Quanto à percepção, no que diz respeito à interação sócio-cultural da comunidade com o lugar, nota-se que esta se encontra bastante revolta quanto os diversos problemas que vem ocorrendo na região. O descaso com relação à falta de infra-estrutura básica para a região (conservação das estradas, transporte, telefone, etc.), bem como a exploração desenfreada, tanto no corte de árvores nativas, especificamente o Palmito (*Euterpe edulis*) quanto na atividade de caça. Tendo em vista que caçadores e palmiteiros passam a ameaçar moradores locais caso denunciados a Polícia de Proteção Ambiental.

Nesta região, durante um determinado período (até meados do século XX) pôde ser comum a atividade da caça, como subsistência a uma pequena parcela da comunidade, considerando que esta atividade de subsistência estava integrada a cultura dessas pessoas.

Diegues (2000) na discussão de uma nova ciência de conservação, constituída ainda de forma incipiente e fragmentada por vários indivíduos em alguns países do Sul, considera a etnoconservação, assim chamada pelos teóricos, como um resultado da constatação de ambigüidades e incongruências das teorias conservacionistas elaboradas nos países do Norte e transportadas ao Sul. O autor define a ciência conservacionista no Sul capaz de construir uma ciência integrada a prática conservacionista, a qual tenha seu surgimento através das necessidades culturais e ambientais em seus países. Neste contexto deve-se considerar a necessidade cultural de uma determinada comunidade, tendo em vista que esta deverá ser

fiscalizada e monitorada para que se mantenha uma sustentabilidade ambiental. A partir deste momento é que será possível discutir e implantar na UC uma ferramenta de conservação e manejo.

No entanto, esta atividade, considerada legalmente como um crime ambiental tem sido descontrolada na região, tendo em vista que moradores de outras regiões passam a se apropriar desta atividade a fim econômico e então agir descontroladamente, a ponto de ameaçar a população residente desta área, bem como comprometer o ecossistema local. Soma-se a essa situação a dificuldade do poder público em fiscalizar a região, seja por problemas técnicos financeiros, seja pela dificuldade de interação com a comunidade e com o ambiente.

É importante ressaltar que estas atividades exploratórias vêm ocorrendo em grande parte da APA Serra Dona Francisca e também da APA do Quiriri (localizada no município de Garuva).

Segundo relatos de funcionários da FUNDEMA (fiscais), já se pôde identificar atividades deste cunho em UC localizadas também na área urbana, como o Parque Municipal Morro do Funder e ARIE Morro do Boa Vista, sendo apreendidas espécies nativas de Palmito Juçara, as quais destinavam a comercialização.

QUADRO 10 - FICHA TÉCNICA DO PARQUE ECOLÓGICO PREFEITO ROLF COLIN

Nome da unidade de conservação	Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin	
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Endereço da sede	A UC não possui sede, porém o acesso a área é realizado pela Estrada Mutucas, na região do Pirai.	
Unidade Técnica Responsável	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	
Telefone – FUNDEMA	(47) 34332230	
Sítio eletrônico – FUNDEMA	www.fundema.sc.gov.br	
Superfície (m²)	18.503.800	
Coordenadas Geográficas Aproximadas	Norte - 26°12'27.90"S 48°58'24.10"W	Sul - 26°15'1.97"S 48°59'7.71"W
	Leste - 26°14'23.80"S 48°56'16.56"W	Oeste - 26°12'56.11"S 49° 0'38.85"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Toda a UC encontra-se em Joinville	
Data da criação e número do decreto	Decreto N.º 6.959 em 30 de dezembro de 1992	
Marcos importantes (limites)	A área é delimitada pelo fim da estrada Mutucas (Pirai) ao sul, fundos dos lotes da estrada da Prata ao norte e fundos dos lotes da estrada Mildau.	
Ecossistemas	A cobertura vegetal da área da UC está inserida no Domínio da Mata Atlântica, podendo ser classificada como integrante da Floresta Ombrófila Densa.	
Atividades desenvolvidas	Não há nenhuma atividade sendo realizada nesta UC.	
Educação ambiental	Não existem programas de educação ambiental	
Uso público	Lazer contemplativo.	
Fiscalização	Realizada pela Polícia Ambiental, através de denúncias.	

Nome da unidade de conservação	Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin
Pesquisa	Não possui nenhuma pesquisa.
Atividades conflitantes	Caça, corte ilegal de palmito.

FONTE: O autor (2009).

4.3.9 Reserva Particular de Patrimônio Natural Caetezal

Localizada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca, caracterizada por seu alto grau de endemismo e uma elevada fragilidade. Reconhecida como “Refúgio Particular de Animais Nativos”, através da Portaria 56/79-P, de 09 de fevereiro de 1979. A solicitação é datada de 21 de novembro de 1977, baseada na Portaria 327/77 do IBDF. De acordo com a Portaria nº. 168 de 16 de novembro de 2001 o Caetezal passa a ser, definitivamente, reconhecido como reserva particular de patrimônio natural (RPPN).

A RPPN Caetezal se enquadra no Art. 14º, Lei nº. 9.985/2000 que determina as categorias de unidades de uso sustentável, sendo esta definida no Art. 21º como “(...) uma área privada, gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica” (BRASIL, 2000).

Caracterizada por ecossistemas de floresta ombrófila densa montana, floresta de transição (ombrófila densa para mista) e campos de altitude, localizados na Serra Queimada, com altitudes de 1.135 metros. Possui cachoeiras com mais de 350 metros de queda (LINDNER, 2003).

Nesta UC, durante o ano de 2003, com o objetivo de formular um plano de manejo, foram realizadas pesquisas científicas, as quais puderam diagnosticar 129 espécies da flora, dentre estas espécies o Palmito (*Euterpe edulis*), que se destaca em grande densidade na área e cinco espécies vegetais ameaçadas de extinção, 236 espécies da fauna, entre estas estão o Tucano-de-bico-verde (*Ramphastos dicolorus*), a Araponga (*Procnias nudicollis*), o Bugio (*Allouatta guariba*) (Figura 25), o Macaco-prego (*Cebus apella*), a Lontra (*Lontra longicaudis*), o Gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), o Puma (*Puma concolor*). Alguma destas ameaçadas de extinção em listas estaduais de fauna ameaçadas (ACAPRENA, 2006).

Segundo o estudo de Lindner (2003), 29.33% das espécies registradas na RPPN Caetezal são endêmicas de floresta atlântica, ou seja, só existem neste Bioma. Considerando então a importância das florestas de montanha que abrigam nascentes e cursos d’água, na manutenção da qualidade e quantidade da água, além de proporcionarem condições para a sobrevivência da fauna local (ACAPRENA, 2006).

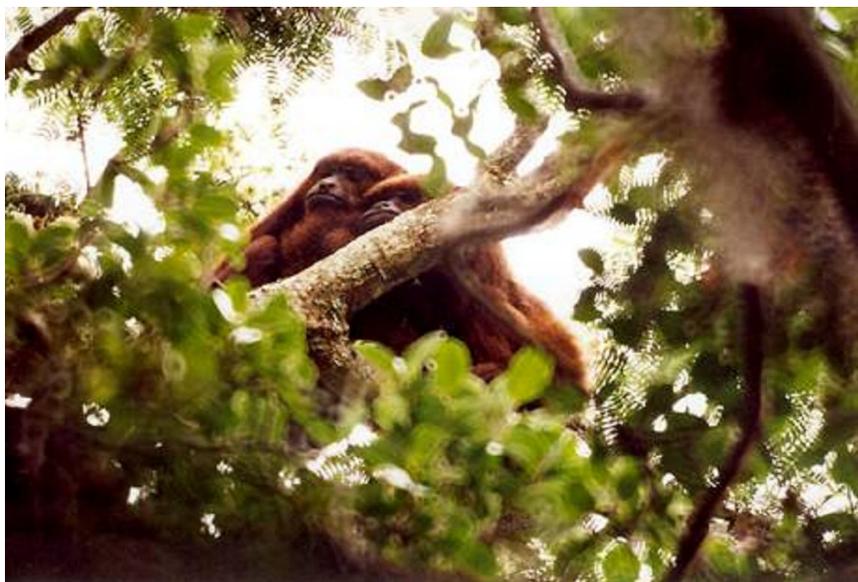


FIGURA 25 - CASAL DE BUGIO (*ALLOUATTA GUARIBA*) NO INTERIOR DA UC.
FONTE: Arquivo Paulo Lindner

Grandes áreas preservadas como a RPPN Caetezal podem se constituir por importantes áreas de ocorrência destas espécies, por abranger um mosaico de ambientes característicos ao bioma de floresta atlântica (Figura 26), como matas ciliares, banhados e taquarais, possibilita uma ampla disponibilidade de nichos ecológicos, abrigando conseqüentemente, uma ampla parcela das espécies de aves, mamíferos, anfíbios e peixes com ocorrência neste ecossistema. Diante do quadro atual (menos de 27% de cobertura florestal) e da região Sul, com média inferior a 10%, todo e qualquer remanescente é imprescindível, de valor inestimável e refúgio das espécies animais, plantas e microorganismos, bem como a esperança futura de ter banco de germoplasma para recuperar parte dos 73% restantes já degradados (ACAPRENA, 2006).

A RPPN Caetezal, não possui nenhuma estrutura física para pesquisa, educação ambiental ou turismo. Segundo informações do proprietário, o plano de manejo da UC vem sendo elaborado juntamente a uma equipe de profissionais, porém, para a conclusão deste documento o proprietário aguarda a conclusão do projeto de infra-estrutura para a área, para então encaminhamento ao ICMBIO e aprovação do plano de manejo.



FIGURA 26 - RPPN CAETEZAL, COM 46.130.000 M² DE ÁREA PRESERVADA.
FONTE: Arquivo Paulo Lidner.

A problemática enfrentada nesta área, assim como em outras UC inseridas na APA Serra Dona Francisca, é o roubo de palmito (Figura 27) e a caça de animais silvestres (Figura 28). A fiscalização é feita pela Polícia de Proteção Ambiental, porém mediante denúncias.



FIGURA 27 - APREENSÃO DE PALMITEIROS NO INTERIOR DA UC.
FONTE: Arquivo Paulo Lindner.



FIGURA 28 - APREENSÃO DE CAÇADORES REALIZADA PELA POLÍCIA AMBIENTAL NA UC.
FONTE: Arquivo Paulo Lindner.

Com relação a atividade de turismo, considera-se que a área possui uma grande potencialidade com o segmento de ecoturismo e turismo de aventura, tendo em vista sua diversidade biológica, abrangendo mais de um ecossistema (floresta ombrófila densa montana, floresta de transição e campos de altitude) bem como sua característica física, compondo um relevo bastante acidentado, com uma grande cachoeira em seu interior (Figura 29).



FIGURA 29 - CACHOEIRA DO CUBATÃO, LOCALIZADA NO INTERIOR DA UC.
 FONTE: Arquivo Paulo Lindner

QUADRO 11 - FICHA TÉCNICA DA RPPN CAETEZAL

Nome da unidade de conservação	Reserva Particular de Patrimônio Natural Caetezal	
Unidade Gestora Responsável (UGR)	Proprietário Paulo Tajés Lindner	
Endereço da sede	A UC não possui sede, porém localiza-se na SC 301, entre o Km 38 e 42.	
Telefone da unidade de conservação	Não possui.	
Sítio eletrônico	Não possui.	
Superfície (m²)	46.130.000	
Coordenadas Geográficas Aproximada	Norte – 26° 6'48.50"S 49° 5'4.13"W	Sul – 26°12'23.30"S 49° 5'16.95"W
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC	Leste – 26° 7'39.14"S 49° 1'35.04"W	Oeste – 26°11'39.38"S 49° 6'45.22"W
Data da criação e número do decreto	Portaria nº. 56/79 Portaria nº. 327/77 Portaria nº. 168/2001	
Marcos importantes (limites)	Serra Queimada; Estrada Dona Francisca.	
Ecossistemas	Floresta ombrófila densa montana, floresta de transição (ombrófila densa para mista) e campos de altitude	
Atividades desenvolvidas	Pesquisa.	
Educação ambiental	Durante um período foram realizadas algumas atividades de educação ambiental, porém atualmente a unidade de conservação encontra-se fechada.	

Nome da unidade de conservação	Reserva Particular de Patrimônio Natural Caetezal
Uso público	Nesta categoria de UC, não há o uso público.
Fiscalização	Realizada pela Polícia Ambiental, através de denúncias.
Pesquisa	Durante o ano de 2003, um grupo de biólogos, contratados pelo proprietário da unidade de conservação realizaram um levantamento da flora e da fauna. No ano de 2004 foi publicado um trabalho de graduação do Curso de Turismo com Ênfase em Meio Ambiente referente a um estudo nesta UC.
Atividades conflitantes	Caça e extração espécies comestíveis (Palmito).

FONTE: O autor (2009).

A partir desta caracterização, torna-se evidente que cada área legalmente protegida expressa um papel de extrema importância para município, considerando seus aspectos naturais, de preservação dos remanescentes florestais e da fauna local, e aspectos sócio-culturais, o qual ainda preserva diferentes culturas tradicionais em seu interior e entorno.

4.4 ANÁLISE PARCIAL DA CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

Considerando a existência de nove unidades de conservação, conforme a categoria de unidades de conservação determinada pelo SNUC destaca-se o predomínio de seis unidades de proteção integral, sendo estas: cinco parques municipais e uma estação ecológica estadual. Destas, apenas uma apresenta sua categoria em acordo com o SNUC, apesar de ainda estar em situação irregular diante a falta do plano de manejo. Outras três fazem parte das unidades de uso sustentável.

Quanto a conformação geográfica das ALP, duas se situam na região litorânea, apresentando características de um ecossistema de manguezal e transição com a floresta atlântica, duas na área urbana, representando fragmentos da floresta atlântica e as demais encontram-se na área rural de Joinville, com predomínio da floresta atlântica e transição com a floresta de araucária. Nota-se que apesar dos aspectos vegetacionais apresentarem proximidade, ambas apresentam distintas paisagens que possibilitam o diferencial na consolidação de atrativos turísticos.

A primeira unidade de conservação instituída em Joinville foi a RPPN Caetezal no ano de 1979. Atualmente esta UC se encontra dentro da APA da Serra Dona Francisca e abriga espécies endêmicas da região. A unidade de proteção integral mais recente foi o Parque Natural Municipal Caieira, no ano de 2004, instituído com o intuito de preservação do patrimônio natural e cultural. A UC apresenta sítios arqueológicos espalhados em seu interior.

Com relação aos planos de manejo, três unidades de conservação estão em fase de desenvolvimento, duas através da iniciativa da Fundação Municipal do Meio Ambiente (APA da Serra Dona Francisca e ARIE do Morro do Boa Vista) e uma por iniciativa do proprietário (RPPN Caetezal). Conforme relatos dos técnicos da FUNDEMA, os critérios de escolha e prioridades das UC para desenvolvimento dos planos de manejo foram a abrangência desta em relação ao município, a preservação dos recursos hídricos que abastecem a cidade, ordenamento e congelamento da ocupação em seu interior e o uso público.

As problemáticas identificadas na caracterização das ALP foram: a falta de funcionários capacitados para a administração da UC, falta do plano de manejo, incompatibilidade de categoria de UC, invasão através de trilhas secundárias, despejo do lixo doméstico e de construção civil, vandalismo nos equipamentos, corte e roubo de árvores nativas, má conservação das trilhas, pesca indiscriminada, intenso processo de visitação, falta de uma ferramenta para controle de capacidade de suporte, moradias irregulares e sem ordenamento, falta de infra-estrutura básica para os moradores locais, conflitos com atividades econômicas, falta de estrutura para os animais em cativeiro, trilha sem manutenção e interditada, atividades de grande impacto como a exploração mineral, pecuária extensiva (búfalos) em campos de altitude e agricultura convencional em grande escala (entorno), incêndios florestais, desastres ambientais (inundações periódicas), caça de animais silvestres, falta de educação ambiental na comunidade local, desinteresse dos gestores para o desenvolvimento do turismo, visitação intensa durante os períodos de verão (provocando picos de sazonalidade e alto impacto nas margens dos rios), falta de infra-estrutura básica (acesso, comunicação).

Quanto aos pontos fortes considera-se a facilidade de acesso, ecossistema de floresta atlântica e manguezal em bom estado de conservação, trilhas autoguiadas e devidamente sinalizadas, possibilitando diferentes atividades esportivas (*mountain bike*, escalada e caminhada) segundo Biondi e Mórmul (2004), fluxo de visitantes controlado e um perfil definido (estudantes e moradores locais), atividades de educação ambiental e patrimonial mediante agendamento, beleza cênica e diversidade da paisagem, estrutura para recebimento de visitantes, atrativos turísticos consolidados, possibilidade de desenvolvimento de atividades de turismo nas propriedades que compõem algumas ALP, melhorias de infraestrutura (acesso e trilha), desenvolvimento de planos de manejo participativos, UC localizada dentro de outra UC, na área rural, às margens da Baía da Babitonga ou da Lagoa do Saguacú, programas de proteção e revitalização de áreas de APP, valorização ambiental e sócio-cultural através da atividade do turismo, infra-estrutura para informação e planejamento

do segmento do turismo rural, relevante potencial histórico-cultural, abrangência com outros municípios (Schoroeder, Garuva e Campo Alegre) favorecendo a criação de roteiros de turismo integrados, presença de espécies endêmicas, alto potencial para o desenvolvimento do segmento de ecoturismo e turismo de aventura.

Apesar da grande maioria das ALP apresentarem um incipiente processo de regularização, bem como diversas problemáticas, nota-se que as fortalezas elencadas acima atingem um alto peso de importância, tanto do ponto de vista da conservação e preservação ambiental e sócio-cultural, quanto da potencialidade para o desenvolvimento de diferentes segmentos do turismo. Esta questão corresponde ao relato Giraldella & Neiman (2010), onde as áreas legalmente protegidas surgem como alternativas para conservação da sociobiodiversidade, possibilitando seu desenvolvimento para o turismo.

Tendo como base, a metodologia já aplicada durante a criação dos dois planos de manejo nas unidades de uso sustentável de Joinville, pode-se dizer que o processo participativo (formulação de ferramentas para o planejamento das áreas, como nos instrumentos de gestão) tem influenciado diretamente no andamento das atividades realizadas no interior das ALP. A continuidade do processo de gestão, conforme Irving (2003) deverá, cada vez mais, possibilitar que a população local participe e crie responsabilidade sobre a gestão destas áreas.

5 A GESTÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS E SEU USO PARA O TURISMO EM JOINVILLE

Este capítulo descreve a situação atual de gestão das ALP por parte da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville – FUNDEMA, definida como órgão gestor destas áreas. Apresentam-se também as ações realizadas pela Fundação Turística de Joinville que planeja, promove e atua diretamente com os segmentos do turismo nas principais e mais estruturadas ALP.

Neste contexto, destaca-se a atuação da FUNDEMA na valorização das áreas naturais consideradas ALP, buscando levar a sério o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. No entanto, grande parte das ALP, localizadas em Joinville, não contam com uma infra-estrutura básica para receber turistas, sendo que as ALP que possuem algum tipo de infra-estrutura, já apresentam debilidades das mesmas.

Considerando o situação das áreas legalmente protegidas e seu reflexo para o turismo em Joinville, busca-se descrever na tabela 8, características relevantes referentes a gestão do município, sendo esta descrita abaixo.

QUADRO 12 – GESTÃO DAS ALP EM JOINVILLE

	Joinville
Área do município	1.131 km ² (IBGE, 2008)
População (número de habitantes)	487.003 (IBGE, 2008)
Quantidade de ALP	09
Administração municipal de meio ambiente	Fundação de Meio Ambiente de Joinville – FUNDEMA e Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA
Legislações ambientais municipais	Três específicas, utiliza também as leis estaduais e federais
Adequação das ALP na lei federal do SNUC	Apresenta relação direta, não cumprindo alguns pontos
Educação ambiental	Finder, Caieira e Zoo-Botânico
Utilização das ALP para o turismo	Recebe em sua maioria moradores e uma pequena quantidade de turistas
Número de turistas	26,20% dos turistas visitam as áreas naturais (SANTUR, 2006). Conforme controle de visitação realizado pela FUNDEMA nas UC atualmente potenciais para o turismo, cerca de 116.317 visitantes e turistas se deslocam e visitam os Parques Finder, Caieira e Zoobotânico.
Administração municipal de turismo	Fundação Turística de Joinville - PROMOTUR e Conselho Municipal do Turismo – COMTUR

Legislações municipais do turismo	Uma específica, utiliza também as leis estaduais e federais
Segmentos do turismo predominante realizados nas ALP	Turismo de lazer Turismo histórico-cultural Turismo rural

FONTE: O autor (2009).

Destaca-se inicialmente a área do município com uma área de 1.130,88 km² apresentando aproximadamente 40% de área rural e natural. No censo demográfico de 2007, apresentado pelo IBGE (2008), Joinville apresentou 487.003 habitantes. Isto permite identificar uma demanda potencial por espaços de lazer.

Com relação às ALP, em sua quantidade, Joinville apesar de possuir nove ALP, sendo estas diferenciadas de acordo às categorias estabelecidas pelo SNUC, correspondem a 36% do território de Joinville, totalizando em uma área de 41.419 ha.

Com o intuito de proteger o meio ambiente do município, Joinville apresenta uma Fundação Municipal do Meio Ambiente, criada no ano de 1990. Esta realiza diversas ações ligadas ao meio ambiente, podendo se destacar o Monitoramento e Controle da Poluição Atmosférica, Programa de Certificação Ambiental, SOS Nascentes e o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos e a Gestão das Unidades de Conservação.

Apesar da FUNDEMA não apresentar um plano estratégico, segue diretrizes e ações discutidas e propostas no Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, o qual aprova o relatório financeiro do Fundo Municipal do Meio Ambiente, o recurso do Plano Plurianual (PPA) do Município e das arrecadações durante os anos para ações e projetos da FUNDEMA.

Com relação ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, este foi instituído pela Lei n°. 3.332/1996 e regulamentado pelo Decreto n°. 9.9438/1999 que objetiva custear ações, obras, planos, programas e projetos, visando a melhoria da qualidade do meio ambiente do município de Joinville e a manutenção e recuperação de cemitérios e parques públicos ambientais. A administração do FMMA é atribuída ao Diretor Presidente da FUNDEMA que conseqüentemente submete-se a aprovação do relatório financeiro ao COMDEMA, Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado (JOINVILLE, 1996b; 1999).

Considera-se de grande relevância a organização, assim como, as deliberações por parte da comunidade local e entidades públicas e privadas representadas pelos conselheiros do COMDEMA, tendo em vista que tais discussões viabilizam o processo participativo. Durante

o ano de 2009, a FUNDEMA, com recursos do FMMA, pôde adquirir veículos, barco e equipamentos para fiscalização, assim como desenvolver ações e projetos internos.

Quanto à legislação ambiental, além da utilização SNUC e do Sistema Estadual de Unidades de Conservação o município possui um Código Municipal do Meio Ambiente, instituído através da Lei Complementar nº. 29, de 14/6/1996, um Código de Posturas, determinado pela Lei Complementar nº. 84, de 12/1/2000 e a Lei n.º. 5.712/2006 que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMMAM (JOINVILLE, 1996a; 2000; 2006).

Seguindo a legislação do município, instituída pela Lei nº. 2.419, de 27 de julho de 1990, cria-se a Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA. Atribuída como fundação pública, vinculada a Prefeitura Municipal de Joinville, com o papel de articular, assegurar, elaborar, orientar, fiscalizar e assessorar atividades as quais condizem com a proteção do meio ambiente (JOINVILLE, 1990a).

A estrutura organizacional básica exigida na Lei nº. 2.419/90, determina que esta deverá compor um conselho deliberativo, uma diretoria e um conselho fiscal. Através de um estatuto, determinado pelo decreto nº. 6.457/90 (JOINVILLE, 1990a; 1990b) cria-se áreas técnicas com o intuito de deliberar funções práticas na gestão do meio ambiente no município. Atualmente, as atividades decorrentes das áreas técnicas, bem como outras atividades dentro da fundação, estão supervisionadas por quatro gerências e uma coordenadoria.

Destaca-se aqui a Gerência de Gestão das Áreas Verdes (GEGAV) a qual é responsável em praticar a gestão relacionada à manutenção da arborização e vegetação de vias e logradouros públicos, através da coordenação e execução de ações de fiscalização e monitoramento, poda, corte e substituição de árvores, bem como roçadas; praticar a administração e fiscalização do serviço funerário, bem como desenvolver estudos, pesquisas, informações, projetos e ações ambientais voltados à preservação, conservação e recuperação; propor e desenvolver normatização ambiental das UC; promover a gestão ambiental das unidades de conservação e controlar, conservar e executar benfeitorias e reformas nas instalações dos cemitérios municipais.

A GEGAV, responsável pela gestão das UC, destina cerca de 49 funcionários diretos e indiretos para as atividades voltadas às UC do município. Dentre estes estão, o gerente, o coordenador de UC, 2 biólogos para desenvolvimento de projetos e formulação de normatização das UC, um coordenador operacional, 2 funcionários para serviços gerais no Parque Municipal Morro do Finder, 26 funcionários no Parque Municipal Zôo-Botânico (administração, biólogo, veterinário, jardineiro, serviços gerais, estagiários e tratadores) 2

funcionários e 2 dois estagiários no Parque Natural Municipal da Caieira, 2 funcionários na Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca (administração e fiscais). Destaca-se que alguns destes funcionários, como é o caso do gerente, coordenador de UC, biólogos, serviços gerais e estagiários, destinam suas funções para as diferentes UC não se limitando apenas a uma área (FUNDEMA, 2010).

Apesar de apresentar uma legislação ambiental municipal, bem como seguir a legislação federal e estadual de UC, a Fundação Municipal do Meio Ambiente não atende as normas mínimas de conservação exigidas por estas, apresentando então problemáticas quanto à gestão, bem como de infra-estrutura de visitação.

Criado através do Decreto nº. 5.807/1988 o Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão consultivo e de assessoramento do Executivo Municipal tem por objetivo a identificação de posturas que conduzam ao equilíbrio ecológico, considerando a utilização racional dos recursos naturais, permitindo o aproveitamento a fim de promover o bem estar social e desenvolvimento econômico (JOINVILLE, 1988).

Sua conformação inicial era composta por 13 membros representantes de entidades governamentais e entidades privadas, não havendo critérios de paridade. Eram 8 representantes de entidades governamentais (secretarias municipais, fundações municipais e estaduais, câmara de vereadores, etc.) e 5 de entidades privadas (instituições de ensino, associações).

A partir do Decreto nº. 6.652/1991 o COMDEMA fica vinculado a Fundação Municipal do Meio Ambiente. Neste decreto estavam nomeados também 25 entidades, sendo 10 representantes de entidades governamentais e 15 de entidades privadas. Nota-se que neste momento já se têm maior participação de entidades privadas, principalmente de movimentos ecológicos, representados por 7 entidades (JOINVILLE, 1991).

No ano de 1993, altera-se novamente a conformação do COMDEMA, sendo que a partir do Decreto nº. 7.122, mantém-se o número de entidades governamentais em 10 e diminui para 11 entidades privadas, destas apenas 2 entidades relacionadas a movimentos ecológicos. Neste decreto, acrescentou-se também a competência do presidente do Conselho, passando a ser o Diretor-Presidente da FUNDEMA o qual indicará também o secretário executivo. A partir deste decreto, caberá a FUNDEMA proporcionar a infra-estrutura necessária para o funcionamento do COMDEMA (JOINVILLE, 1993a).

Com o intuito de ampliação dos recursos para planos, programas e projetos visando a manutenção e melhoria da qualidade do meio ambiente de Joinville, aprova-se o Decreto nº 8.298, de 30 de setembro de 1997, alterado pelo Decreto nº 8.652/1998 e Decreto nº

9.438/1999 que regulamenta o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA. O fundo passa a ser administrado pela FUNDEMA, porém submetido a demonstrações mensais de receita no COMDEMA. O FMMA também contempla financiamentos para projetos de educação ambiental, fiscalização, estudos e pesquisas, reflorestamentos em áreas de preservação permanente e unidades de conservação, monitoramento da qualidade ambiental, implantação e manutenção de unidades de conservação e recuperação de áreas degradadas.

Somente no ano de 2006 aprova-se o regimento interno do COMDEMA, através do Decreto nº 12.824 e alterado pelo Decreto nº. 14.107/2008 onde se define a competência do Conselho e seus conselheiros. No regimento interno atribui-se aos conselheiros funções como o estudo e o relato de matérias que lhes forem submetidas, emitindo parecer; discutir e votar, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres; solicitar diligências ou vistas a processos; aprovar e assinar atas e reuniões plenárias, propondo ajustes necessários; requerer a convocação de reuniões plenárias extraordinárias justificando a sua necessidade; desempenhar os encargos que lhes forem atribuídos pela Presidente, ou propostos pelo próprio plenário; sugerir para apreciação, qualquer matéria a ser objeto de resolução e/ou proposição e participar de câmaras técnica, administrativa e especializadas (JOINVILLE 2008a).

As câmaras especializadas do COMDEMA surgem a partir da necessidade de análise de matérias complexas, cujo estudos prévios requeiram longo tempo, como estudos de impacto ambiental e aqueles relativas à Política Municipal de Meio Ambiente. Tem por finalidade também estudar, analisar e propor deliberações através de pareceres concernentes às matérias que previamente forem discutidas em reunião do conselho. Tais câmaras deverão ainda emitir pareceres de acordo às deliberações tomadas, estas serão respectivamente apresentadas ao plenário do Conselho.

Atualmente, estuda-se a possibilidade de criação de uma Câmara Especializada para a discussão e gestão das áreas legalmente protegidas. Nesta câmara poderão estar inseridas as discussões de cada área, representadas respectivamente por entidades que compõem o conselho gestor. Porém serão necessárias alterações do regimento interno, ou talvez do decreto que institui o Conselho, para inserção e participação das entidades representativas dos conselhos gestores de cada área legalmente protegida.

No Decreto nº 15.370/2009 nomeou-se como representantes do COMDEMA, 13 entidades governamentais e 14 entidades privadas. Cabe destacar que a partir deste último decreto surgem novas fundações municipais, como é o caso da Fundação Turística de Joinville e da Fundação Cultural de Joinville (JOINVILLE, 2009a).

uma média de janeiro a novembro de 2009, de aproximadamente 12.052 visitantes, considerando ao mês uma média de aproximadamente 1.095 visitantes, sendo uma pequena parcela deste total representado por um público de turistas, segundo relatos dos funcionários do parque (FUNDEMA, 2010).

Destaca-se ainda, como unidade de conservação de grande relevância turística e principalmente ambiental, a APA da Serra Dona Francisca que apesar de ainda não apresentar um estudo de demanda para contabilizar o fluxo de visitantes em seu interior, destina uma estrutura de maior complexidade para a atividade de turismo, contando com diversos serviços turísticos (hospedagem, gastronomia e lazer), uma diversidade de atrativos naturais e culturais e principalmente a organização por parte da PROMOTUR para a divulgação das propriedades rurais que estão inseridas no segmento do turismo rural e que oferecem atividades de vivência rural, hospedagem rústica, gastronomia local e a comercialização de produtos coloniais.

Os segmentos do turismo realizados nas principais ALP visitadas em Joinville foram caracterizadas na pesquisa como turismo de lazer, ecoturismo, turismo de aventura e turismo histórico-cultural, também são destaques, no entanto, o segmento de turismo rural e o agroturismo na APA da Serra Dona Francisca e seu entorno.

As atividades de educação ambiental nas ALP são realizadas principalmente no Parque Municipal Zoobotânico, Parque Natural Municipal da Caieira e Parque Municipal Morro do Finder. A FUNDEMA destina para estas áreas monitores ambientais que através de um agendamento realizam atividades de educação ambiental.

Diante tais dados reforça-se que o município dedicou até o momento esforços para a conservação das áreas naturais, estabelecendo, mesmo que superficiais, medidas para conservação das áreas legalmente protegidas.

Conforme tal situação, percebe-se também, por parte da população joinvilense, a falta de relevância e até mesmo de conhecimento com relação a proposta de UC, que além de representarem grandes áreas de conservação no município, caminham para a regularização, assim como, um melhor processo de gestão. No entanto, destaca-se como fenômeno recente no município, a exigência por parte da população para a criação de parques de lazer.

Buscando a realização de atividades de turismo em áreas naturais, o órgão municipal do turismo de Joinville (PROMOTUR) busca a organização e a definição de estratégias para o desenvolvimento do turismo e a consolidação de políticas públicas que possibilitem a regularização e o ordenamento da atividade de turismo sobre o território de Joinville, respeitando o planejamento ambiental do município e dialogando entre as demais fundações

relacionadas a fim de se consolidar um destino indutor capaz de atender diferentes públicos de turistas e principalmente possibilitar o desenvolvimento local das comunidades presentes.

Em um estudo de demanda turística, em Santa Catarina, especificamente no município de Joinville, segundo dados da Santur (2006), coletados no ano de 2006, cerca de 26,20% dos turistas que visitam a cidade, conhecem suas áreas naturais. A visitação nas ALP de Joinville é feita principalmente pela população local, e uma pequena quantidade de turistas.

O órgão responsável pela divulgação e promoção dos atrativos turísticos naturais e de lazer é a Fundação Turística de Joinville – PROMOTUR, criada a partir da Lei nº 4.676 de 30 de outubro de 2002, entrando em atividade como fundação em 2003. Atribuída como fundação pública, vinculada a Prefeitura Municipal de Joinville, com o papel especial de executar a política municipal para o desenvolvimento do turismo, bem como: executar a política municipal para o desenvolvimento do turismo; divulgar as potencialidades turísticas do Município, incentivando os investimentos nesta área; incentivar o turismo industrial, comercial, cultural, rural, ecológico, tecnológico, científico e revigorar os eventos tradicionais da cidade; promover turisticamente as empresas do Município, mediante apoio logístico; incentivar e agilizar o intercâmbio com entidades congêneres, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, estabelecendo acordos, contratos ou convênios, com referendo da Administração Municipal; elaborar o calendário turístico anual do Município e supervisionar a sua operacionalização; e fortalecer o Conselho Municipal de Turismo.

A estruturação básica exigida pela Lei nº 4.676 de 30 de outubro de 2002, determina que PROMOTUR esteja subordinada à proposição do Conselho Deliberativo, à aprovação do Poder Legislativo e à legislação pertinente. Sua estrutura compreende um conselho deliberativo, diretoria e conselho fiscal (JOINVILLE, 2002a).

Na organização da PROMOTUR, conforme o Decreto nº 12.716, de 13 de dezembro de 2005 que institui o estatuto, destaca-se a Gerência de Planejamento, a qual é responsável pela execução de diretrizes da PROMOTUR no que concerne a participação em programas de desenvolvimento turístico; representação da Fundação em eventos do turismo por outorga específica do diretor-presidente; emitir documentos básicos de administração compreendidos especialmente em sua esfera de atribuições; planejar, executar e acompanhar os projetos turísticos do poder público municipal; captar recursos para viabilização de ações de desenvolvimento turístico para a cidade; atuar, em parceria com entidades, na elaboração de diagnósticos, pesquisas e estudos do impacto do turismo no desenvolvimento local; supervisionar projetos e programas turísticos da PROMOTUR, como turismo rural, turismo histórico-cultural, turismo de eventos e negócios, pesquisa de demanda turística, banco de

dados, entre outros de competência desta gerência, fornecendo suporte técnico e operacional (JOINVILLE, 2005a).

Diante esta organização institucional a Fundação tem destinado esforços através da criação do Plano Estratégico da PROMOTUR 2009-2012 para o alinhamento com base em referenciais políticos e administrativos como os programas do Plano Nacional do Turismo - PNT, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do Brasil – PRODETUR-SUL e o Plano de Fortalecimento da Gestão Pública do Turismo de Joinville, aprovado pelo COMTUR no ano de 2009.

Para o cumprimento destas políticas de desenvolvimento do turismo, o Plano Estratégico da PROMOTUR 2009-2012 utiliza como temas principais a verticalização com os projetos federais, políticas de saúde, educação, planejamento urbano, desenvolvimento humano e inclusão social, garantia da sustentabilidade ambiental, valorização do planejamento estratégico do crescimento econômico, incentivo a economia solidária, política para os jovens, promoção a segurança alimentar, segurança com cidadania, valorização da inteligência local e a promoção de relações internacionais.

Tais temas surgem principalmente como sustentação para os principais projetos desta Fundação como o projeto de Legislação Municipal do Turismo que tem como ações a regularização do transporte turístico executivo, permitindo a operacionalização dos *city-tours*⁹ na cidade; a elaboração da Lei de criação do Fundo de Turismo, para incentivo ao desenvolvimento do turismo; criação do Plano de Desenvolvimento Rural para o alinhamento das políticas de desenvolvimento rural; viagens técnicas de integração intersetorial com secretarias e fundações parceiras, para estreitamento de relações e aprendizado; Plano de *Marketing* integrado com o *trade* turístico; participação nos conselhos (Conselho da Cidade, Instância de Governança, Conselho do Meio Ambiente e Conselho da Cultura).

O segundo projeto está relacionado aos equipamentos e infra-estrutura como fatores de desenvolvimento do turismo no município. Neste projeto têm-se ações como: estruturação do complexo da Expoville para qualificação do segmento de turismo de negócios e eventos; reforma e adequação da Casa Krüger - Portal do Turismo Rural e dos demais postos de informação; reforma e adequação do mercado público municipal; articulação com as secretarias regionais para qualificação dos acessos, saneamento básico, iluminação e

⁹ Passeio pelos pontos turísticos da cidade (HOLLANDA, 2003).

segurança pública para a área rural; plano de embelezamento de flores nas áreas públicas; e qualificação e estruturação do patrimônio histórico-cultural.

A Gerência de Planejamento responsável pela gestão de planejamento e apoio para captação de projetos turísticos para os segmentos de turismo em áreas naturais, turismo histórico-cultural, turismo de eventos e negócios (coordenação do complexo da Expoville) e gestão e informação dos dados, destina como ações para as áreas legalmente protegidas o acompanhamento através da coordenação de turismo em áreas naturais, que desenvolve um papel de articulação com a Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA para políticas de incentivo às áreas legalmente protegidas inseridas no território de Joinville e valorização dos atrativos e serviços do turismo presentes no interior e no entorno destas áreas; desenvolvimento do projeto de cicloturismo nas áreas naturais em parceria com a FUNDEMA, criação de material de divulgação como o mapa turístico rural e mapa urbano constando as unidades de conservação e principalmente os atrativos e serviços do turismo.

A Gerência de Planejamento conta ainda com 8 funcionários diretos e indiretos voltados para atividades relacionadas e inseridas nas áreas legalmente protegidas. Dentre estes estão a gerente, coordenador de turismo em áreas naturais e coordenador do turismo rural, coordenador do turismo histórico cultural, 3 atendentes turísticos para o portal de turismo rural e 1 administradora para o portal.

Observa-se então uma recente organização e planejamento específico para a divulgação dos espaços da cidade, inclusive das áreas legalmente protegidas. Este recentemente investimento na promoção de suas áreas naturais é identificado ainda como divulgação (Figura 31 e 32) não massiva de forma profissional, focando exclusivamente para a APA da Serra Dona Francisca, especificamente nos segmentos do turismo rural e histórico-cultural os quais já estão consolidados no município e região, assim como na divulgação dos parques Zoo-botânico, Caieiras, Finder e Morro do Amaral, para o ecoturismo, turismo de aventura, focado na atividade de montanhismo, no turismo náutico o qual é realizado na Baía da Babitonga e também no turismo histórico-cultural, além de outros segmentos divididos nas demais localidades da cidade.

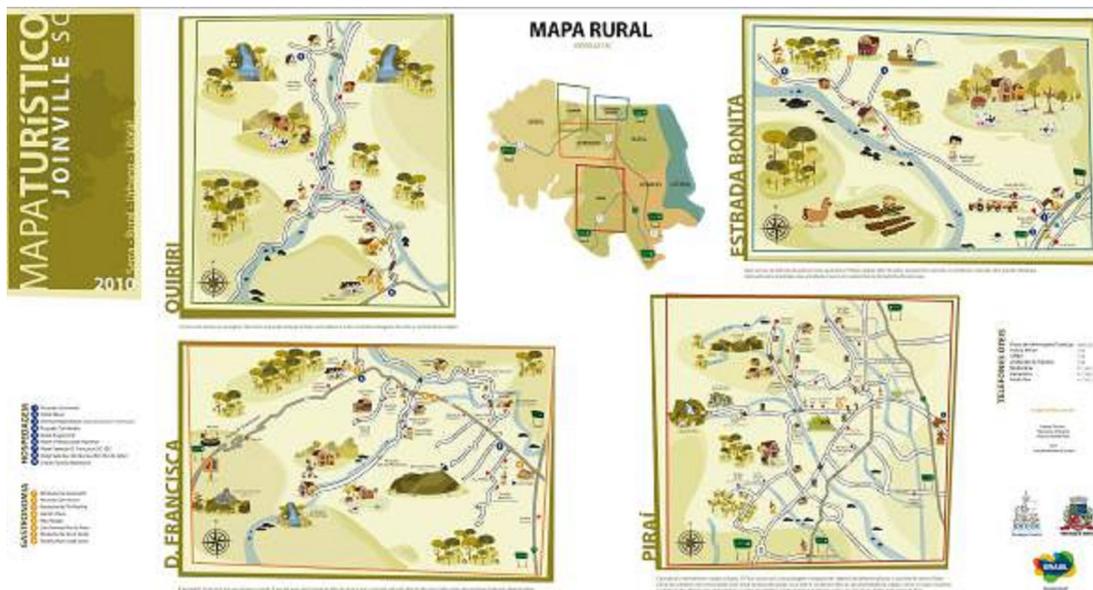


FIGURA 31 – MAPA TURÍSTICO RURAL
 FONTE: Arquivo PROMOTUR

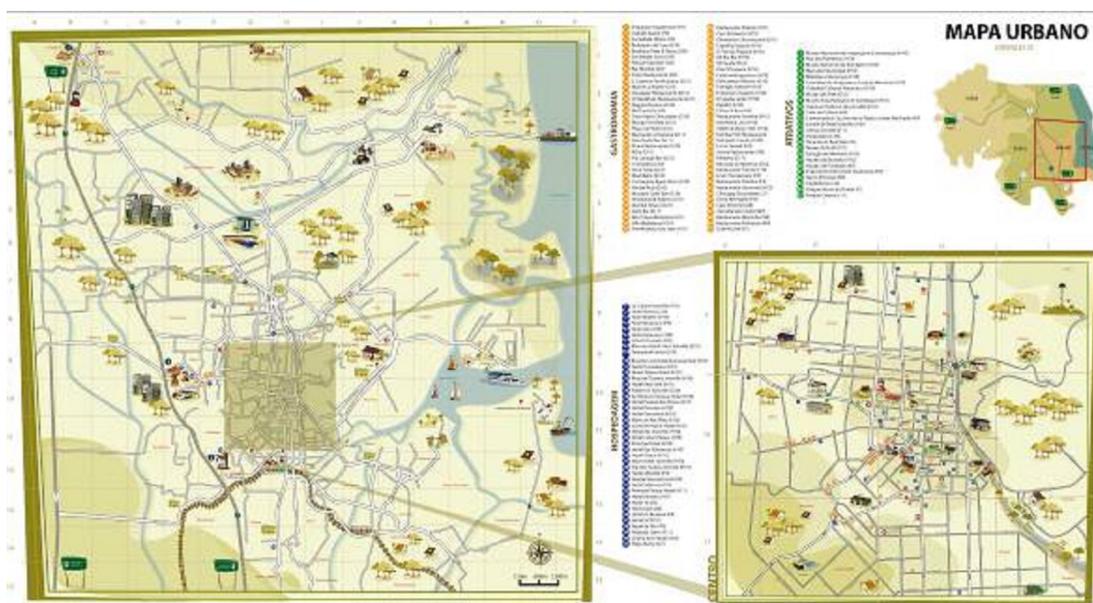


FIGURA 32 – MAPA TURÍSTICO URBANO
 FONTE: Arquivo PROMOTUR

Criado através da Lei nº. 3.169, de 21 de julho de 1995, o Conselho Municipal do Turismo – COMTUR surge com a finalidade de planejar, estabelecer e coordenar as ações voltadas à formulação da Política Municipal de Turismo de Joinville. O Conselho, dentre suas atividades, têm como objetivo definir a identidade turística do município; estimular investimentos públicos e privados visando estruturar a cidade com equipamentos turísticos; captar, sediar e promover eventos; divulgar o potencial turístico do município; conscientizar as lideranças públicas e privadas para importância do turismo no município e para promovê-lo

de forma abrangente e mediante parcerias; elaborar e implantar o plano de “marketing” do turismo; elaborar o Plano Diretor do Turismo; sugerir alternativas para a reorganização da Secretaria Municipal de Turismo; e avaliar as ações desenvolvidas (JOINVILLE, 1995).

Dentre as 21 entidades que estavam representadas no Conselho, 9 compunham o grupo dos órgãos governamentais e 12 de entidades privadas (associações, sindicatos e universidade). A Lei nº. 3.169/1995 instituía por decreto a nomeação dos conselheiros, que assumia um mandato de 2 anos. Esta Lei criou também os Comitês Político, Mercadológico, Operacional/Serviços e Infra-estrutura dando subsídios para as deliberações assumidas pelo Conselho. Apesar do mesmo definir sua competência para elaboração de um regimento interno dentro de um prazo de 90 dias, somente a partir do Decreto nº. 15.789/2009 que se aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do Turismo (JOINVILLE, 2009b).

No ano de 2006 altera-se a Lei nº. 3.169/1995 e sanciona a Lei nº. 5.597 a qual acrescenta o conceito da Política Municipal de Turismo, que envolve as iniciativas ligadas ao turismo, originárias do setor privado ou público, assim como torna explícito o caráter permanente e deliberativo do COMTUR. Nesta Lei, o Conselho assume também funções normativas, consultivas, fiscalizadoras e de formação estratégica, atuando no acompanhamento, controle e avaliação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, a ser criado por lei.

Com a criação do regimento interno (Decreto nº. 15.789/2009), mantêm-se o caráter permanente e deliberativo do Conselho, assim como os objetivos do mesmo. Porém, definem-se as funções dos comitês, que passam a ser criados mediante as necessidades convocadas em assembléia geral pelos membros do Conselho. Os comitês passam a serem denominados como Comitê de Legislação e Certificação que identifica as políticas públicas existentes referentes às normatizações da atividade turística na cidade e propor alternativas para melhorias. O Comitê de Promoção, Comunicação e *Marketing* que propõe ações para o fortalecimento do destino Joinville. O Comitê de Capacitação e Qualificação que tem como função, identificar as necessidades de qualificação profissional da área turística e propõe estratégias de capacitação e, por fim, o Comitê de Planejamento e Gestão que define as estratégias de atuação do COMTUR (JOINVILLE, 2009b).

Cria-se também no regimento interno as atribuições do presidente, vice-presidente, e secretário geral, assim como, os direitos e deveres dos conselheiros.

Ainda em 2009, o COMTUR, representado por 15 conselheiros, 04 órgãos governamentais e 11 entidades da sociedade civil organizada, aprova o Planejamento

Estratégico do Turismo de Joinville que têm como missão o fortalecimento do turismo de Joinville como atividade sustentável.

Busca-se com este planejamento sensibilizar a comunidade local e empresarial de Joinville da importância da atividade turística para o desenvolvimento sustentável do Município; discutir e analisar as políticas públicas do turismo em âmbito local e regional; incentivar a adequação da oferta turística de Joinville (meios de hospedagens, equipamentos de restauração, espaços de eventos, estrutura de entretenimento e de lazer); estabelecer normas, sanções e outras medidas que visem ordenar o desenvolvimento turístico em Joinville; estimular estratégias mercadológicas para a promoção e divulgação do turismo; e apoiar ações que viabilizam a capacitação e qualificação, da mão-de-obra gerencial e operacional de empreendimentos turísticos de Joinville.

Atualmente o COMTUR tem deliberado para a Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville a criação do Fundo Municipal do Turismo - FUMTUR a fim de estimular a produção e execução de projetos turísticos considerados relevantes para o desenvolvimento da cidade. Bem como prover recursos para implantação de ações destinadas à gestão e promoção do turismo, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável proporcionando elevação da qualidade de vida da população local e dos visitantes.

Acredita-se que com a criação do FUMTUR poderá se destinar o financiamento direto para projetos que gerem desenvolvimento turístico sustentável, apresentados por pessoas físicas, jurídicas de direito público, jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal.

Se prevêem a constituição de recursos do FUMTUR, através da dotação orçamentária do Município; do repasse oriundo do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo Esporte e Cultura – SEITEC, conforme Lei nº 14.600, de 29 de dezembro de 2008; subvenções, auxílios e contribuições oriundas de organismos públicos e privados; doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou internacionais; transferências decorrentes de convênios e acordos; devolução de recursos e multas decorrentes de projetos turísticos beneficiados por esta Lei, não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa; valores atribuídos como ajustes de conduta a terceiros, destinados ao financiamento de projetos turísticos vinculados ao FUMTUR, por iniciativa do poder judiciário; o produto da arrecadação de taxas de fiscalização, multas e juros no âmbito da atividade turística; rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo; e outras receitas (SANTA CATARINA, 2008).

Propõem-se ainda que em cada exercício financeiro, fixará os montantes que deverão ser destinados ao FUMTUR, que terão como parâmetro o mínimo de 1% (um por cento) e o máximo de 1,5% (um e meio por cento) da receita anual do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Este recurso será distribuído da seguinte forma: 5% (cinco por cento) para cobrir os custos administrativos do FUMTUR, junto à Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville – PROMOTUR; 45% (quarenta e cinco por cento) para projetos da Fundação Turística de Joinville – PROMOTUR; e 50% (cinquenta por cento) para apoio direto a outros projetos, inscritos e aprovados em “Editais de Apoio ao Turismo”, específicos para esse fim.

Os editais de apoio ao turismo terão como foco, o beneficiamento de projetos que promovam o desenvolvimento do turismo nas áreas de feiras de negócios; congressos, seminários e *workshop*; apoio às feiras de produtos artesanais; festas populares, festivais, feiras de artesanato e eventos de outra natureza que promovam movimentação turística; qualificação e aperfeiçoamento de profissionais que atuam na cadeia produtiva do turismo; estruturação e qualificação de atrativos e equipamentos turísticos em áreas naturais, turismo de negócios e eventos e histórico cultural; realização de estudos, diagnósticos de impacto e pesquisas de demanda de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; e apoio a ações de captação de eventos e promoção turística.

Haverá um Comitê nomeado por decreto assinado pelo Prefeito Municipal que fará a Análise e aprovação de Projetos. Este comitê será representado pelo Diretor Presidente da PROMOTUR, membros indicados pelo Conselho Municipal de Turismo (representantes de instituições de classe com atuação no *trade* Turístico) e membros indicados pelo Prefeito Municipal que obrigatoriamente deverão ter relação direta com a atividade turística, sendo parte destes, bacharéis em turismo.

O FUMTUR se encontra ainda em fase de aprimoramento, por parte da procuradoria geral do município, porém já em fase de conclusão e aprovação. Para que este Fundo seja aprovado será necessária a análise da Câmara de Vereadores, para então instituir como Lei Municipal, assinada pelo Prefeito de Joinville.

Diante este breve histórico da gestão do turismo no município, é possível perceber uma dinâmica, ainda que tímida, com relação ao planejamento e gestão dos espaços turísticos do município, assim como ações diretamente relacionadas a divulgação dos espaços turísticos da cidade, fato o qual tem dificultado um significativo fluxo turístico dos mesmos.

Conforme Rothert (2004) os investimentos na promoção das áreas naturais de Joinville, especificamente nos segmentos do turismo rural e histórico-cultural, iniciaram no

final de 1992, ainda pela Secretaria de Turismo. O projeto piloto de turismo rural, iniciado na localidade do Rio Bonito – Estrada Bonita tinha como parceria a Fundação Municipal 25 de Julho¹⁰ e os proprietários rurais (Figura 33). A estrutura inicial deste projeto piloto contemplava a uma divulgação massiva, atingindo principalmente a mídia local, estadual e nacional. Fato que gerou inúmeras discussões e estimulou a aproximação dos diferentes atores envolvidos (órgãos governamentais, entidades privadas e população local) para resolução dos problemas e planejamento das futuras ações.



FIGURA 33 – PASSEIO DE TRATOR OFERECIDO NA PROPRIEDADE DO SR. ANGO.
FONTE: Arquivo PROMOTUR.

O processo de planejamento e articulação pôde ser considerado intenso conforme os relatos dos professores das instituições de ensino que participaram do processo de articulação e planejamento do turismo rural e que atualmente se encontram como conselheiros no COMTUR, nos relatórios dos técnicos da PROMOTUR e das atas apresentadas durante os encontros da Associação Eco-Rural. Além dos relatos e documentos, constataram-se também inúmeras problemáticas que até o momento são identificadas pelos atores envolvidos (principalmente com os proprietários rurais e empreendedores que se localizam no espaço rural) como uma etapa não superada.

¹⁰ Órgão municipal destinado para a assistência técnica rural.

Com relação ao planejamento e promoção das áreas naturais, especificamente as áreas legalmente protegidas no município, identifica-se como prioridade da PROMOTUR, o desenvolvimento de um material de divulgação que dê o apoio básico para segmentos específicos como o de turismo rural, já consolidado e inserido na APA da Serra Dona Francisca, com o intuito de atingir um público específico, além do que já frequenta, para então minimizar o impacto gerado por um fluxo massivo de turistas em propriedades, atrativos e equipamentos turísticos. Acredita-se também que com a elaboração de um plano de manejo para a unidade de conservação, ferramentas como a capacidade de suporte, e programas como educação ambiental e infra-estrutura, poderão ser aplicadas também nas propriedades, atrativos e equipamentos turísticos.

O ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural também são segmentos desenvolvidos no interior e no entorno da APA da Serra Dona Francisca, porém ainda podem-se considerar atividades não tão significativas do ponto de vista de fluxo turístico. O ecoturismo, assim como, o turismo de aventura, são operados por apenas uma empresa que oferece pacotes para atividades de *trekking* aliadas a prática de educação ambiental e contemplação da natureza nas montanhas do município e região (Figura 34). Empresa conta também com condutores especializados para o acompanhamento de atividades de montanhismo (escalada e travessias). O segmento de turismo cultural, apesar de apresentar um pequeno fluxo de turistas, está inserido também nos pacotes oferecidos pelas agências de receptivo, que se mistura com as vivências do turismo rural e do agroturismo.

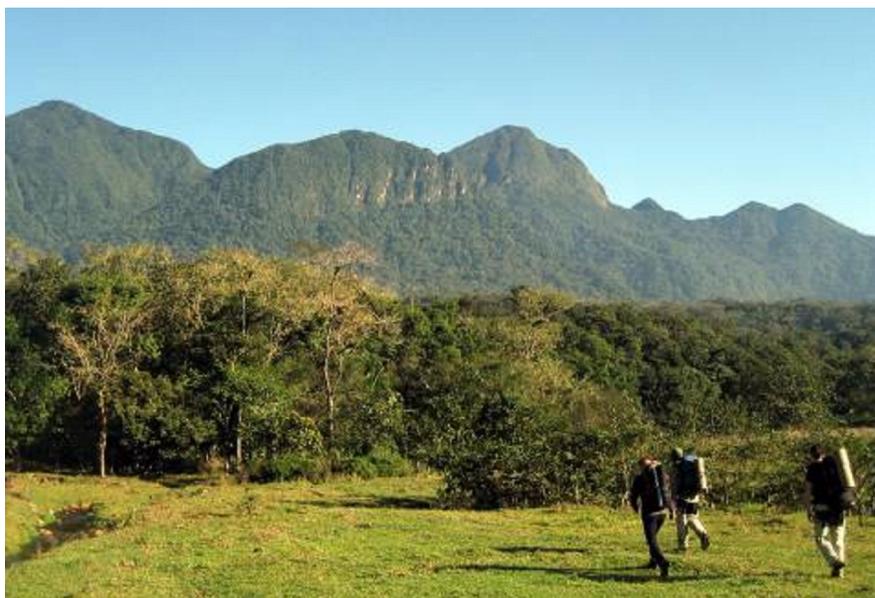


FIGURA 34 – MONTANHISMO PRATICADO NO INTERIOR DA APA.
FONTE: Eduardo F. Pedro (2007).

Esta proposta de promoção abrange também a área urbana do município, a qual concentra áreas como Parque Zoobotânico, Caieiras, Finder e Morro do Amaral, que diante suas características naturais e culturais, possibilitam o desenvolvimento dos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, focado na atividade de montanhismo, no turismo náutico o qual é realizado na Baía da Babitonga e também no turismo histórico-cultural, além de outros segmentos divididos nas demais localidades da cidade.

Com relação a legislação municipal de turismo, além das leis que criam a Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville - PROMOTUR e o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (bem como seu regimento interno), como órgãos gestores do turismo de Joinville, o município possui também a Lei nº 6.649/2010 que regulamenta o transporte turístico e disciplina as condições para realização de *city-tours* (JOINVILLE, 2010).

Para os demais serviços e segmentos do turismo, a PROMOTUR utiliza como referência a Lei nº. 11.771/2008 que institui a Política Nacional do Turismo, assim como demais legislações de apoio, como a Lei nº. 8.623/93 (Guia de Turismo), as Normas Brasileiras da ABNT/Mtur, entre outras (BRASIL, 2008a; 1993).

Diante as atuais estruturas de gestão do meio ambiente e do turismo, buscou-se através da aplicação de questionários quanti-qualitativos, caracterizar o perfil dos gestores do meio ambiente e do turismo de Joinville, bem como relatar opiniões com relação a gestão das áreas legalmente protegidas e a possibilidade de desenvolvimento do turismo.

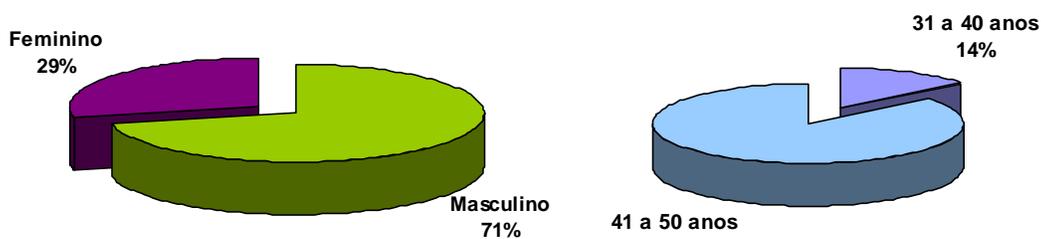
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS GESTORES DO MEIO AMBIENTE E DO TURISMO

Este subcapítulo objetivou traçar o perfil dos gestores do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Conselho Municipal do Turismo. Abrangeu características relacionadas à atuação profissional, suas atribuições, graduação, tempo e experiência no conselho, bem como características de ordem pessoal dos gestores. Forneceu dado geral que possibilitou obter uma visão do universo a que estão inseridos nos conselhos. As questões envolvidas são de 1 a 5.

5.1.1 Sexo e faixa etária

As duas primeiras questões referem-se ao sexo e a faixa etária dos conselheiros do COMDEMA e COMTUR. A questão I mostra que 71,4% dos conselheiros do meio ambiente são do sexo masculino e 28,6% do sexo feminino, e 57,1% dos conselheiros do turismo são do sexo masculino e do sexo feminino 42,9%. A questão II refere-se à faixa etária dos conselheiros, compreendendo 14,3% dos conselheiros na faixa etária de 31 a 40 anos e 85,7% dos conselheiros do COMDEMA na faixa etária de 41 a 50 anos e do COMTUR, 57,1% dos conselheiros na faixa etária de 31 a 40 anos e 42,9% conselheiros na faixa etária de 41 a 50 anos.

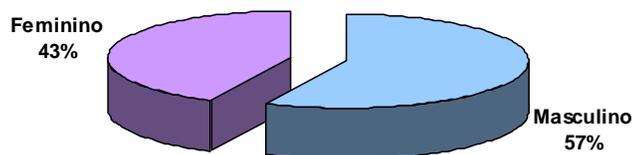
GRÁFICO 1 - SEXO E FAIXA ETÁRIA DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA



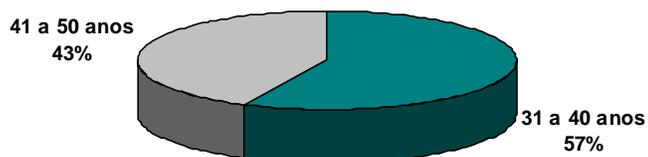
FONTE: O autor (2010).

FONTE: O autor (2010).

GRÁFICO 2 - SEXO E FAIXA ETÁRIA DOS CONSELHEIROS DO COMTUR



FONTE: O autor (2010).

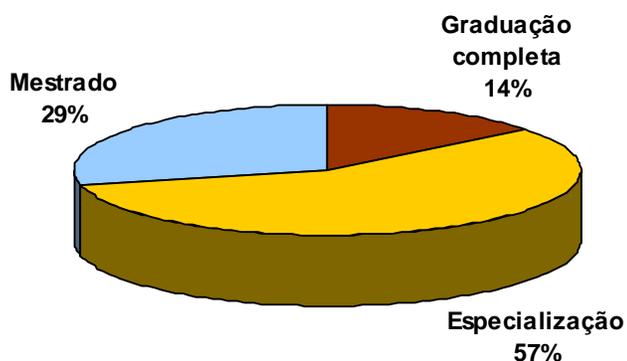


FONTE: O autor (2010).

5.1.2 Grau de escolaridade e formação acadêmica

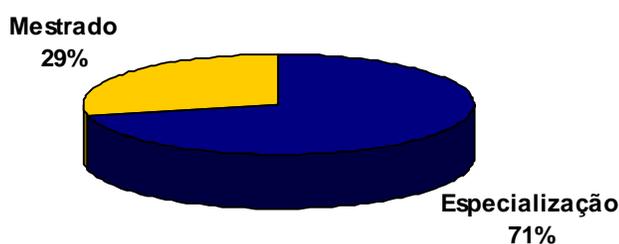
Com relação ao grau de escolaridade dos conselheiros do COMDEMA e COMTUR, todos eles possuíam graduação completa, sendo que dos conselheiros do COMDEMA, 14,3% dos conselheiros apresenta apenas graduação completa, os demais, 57,1% com especialização e 28,6% com mestrado. No COMTUR, registrou-se 71,4% conselheiros com especialização e 28,6% com mestrado.

GRÁFICO 3 - GRAU DE ESCOLARIDADE DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA



FONTE: O autor (2010).

GRÁFICO 4 - GRAU DE ESCOLARIDADE DOS CONSELHEIROS DO COMTUR



FONTE: O autor (2010).

QUADRO 13 - FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS CONSELHEIROS

	COMDEMA	COMTUR
Graduação	Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia e Direito	Direito, Engenharia, Turismo e Comunicação Social, Administração de Empresas
Especialização	Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Gestão	Administração Pública, Finanças, Psicopedagogia,

	Ambiental	Turismo Rural e Desenvolvimento Territorial, Marketing e Direção Estratégica, Administração, Gestão Empresarial
Mestrado	Política de Parques Nacionais no Brasil e no Canadá	Desenvolvimento Regional, Administração

FONTE: O autor (2009).

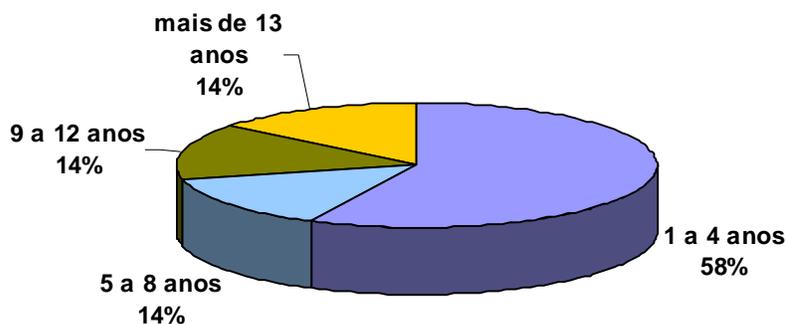
De forma geral, conforme quadro 13, os entrevistados apresentaram elevado grau de escolaridade e de formação acadêmica, apesar de possuírem habilitações diferenciadas de ensino, iniciando pelo ensino médio, graduação completa, pós-graduação em nível de especialização em andamento e especialização completa, mestrado em andamento e mestrado completo.

Este item evidencia também a diversidade de profissionais de diferentes áreas, fator o qual possibilita interdisciplinaridade nas discussões pertinentes a cada conselho.

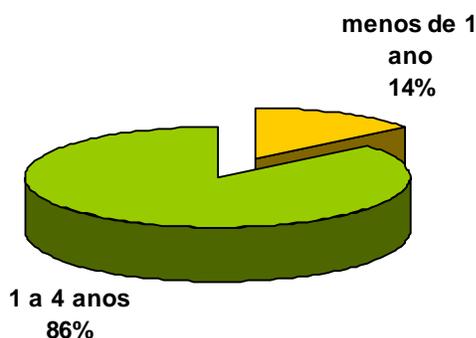
5.2 REPRESENTAÇÃO E EXPERIÊNCIA NO CONSELHO

Conforme o Anexo A, quanto a representação das entidades nos conselhos, têm-se no COMDEMA, 35,71% de representantes de órgãos públicos municipais, 7,14% de entidades do governo estadual, 3,57% de entidade do governo federal e 53,57% de entidades representando as associações privadas e as instituições de ensino superior do município. No COMTUR têm-se, 26,66% de representantes de órgãos públicos municipais e 73,33% de associações privadas e as instituições de ensino superior do município.

Com relação ao tempo de conselho, dos conselheiros do COMDEMA, 57,14% responderam que participam de 1 a 4 anos, 14,28% de 5 a 8 anos, 14,28% de 9 a 12 anos e 14,28% mais de 13 anos. No COMTUR, dos conselheiros, 14,28% respondeu participar de menos de um ano, os demais 85,71% de 1 a 4 anos de participação no conselho.

GRÁFICO 5 - EXPERIÊNCIA DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA

FONTE: O autor (2010).

GRÁFICO 6 - EXPERIÊNCIA DOS CONSELHEIROS DO COMTUR

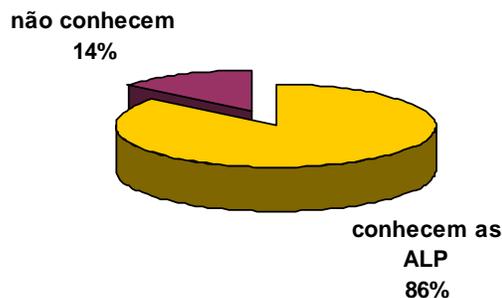
FONTE: O autor (2010).

Este índice representa que a grande maioria dos conselheiros, já possui experiência nas discussões dos conselhos, apenas um representante do COMTUR apresenta inexperiência nas discussões e deliberações do conselho.

5.3 CONHECIMENTO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

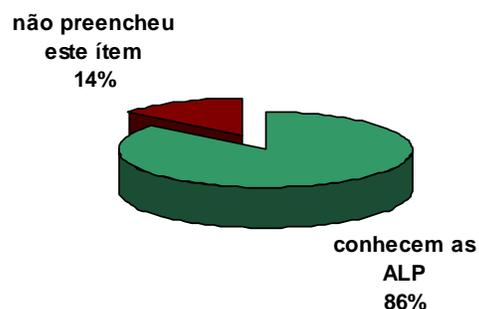
Conforme os questionários aplicados tiveram-se dos conselheiros do COMDEMA, 85,71% que informaram já conhecerem as unidades de conservação de Joinville e apenas 14,28% assinalaram não conhecer, porém logo abaixo na pergunta seguinte assinalam a unidade de conservação que já visitou. No COMTUR dos conselheiros, 85,71% informaram já conhecerem das unidades de conservação e 14,28% não preencheu este item, porém também assinalaram as unidades de conservação que já visitou em Joinville.

GRÁFICO 7 - CONHECIMENTO DO COMDEMA



FONTE: O autor (2010).

GRÁFICO 8 - CONHECIMENTO DO COMTUR



FONTE: O autor (2010).

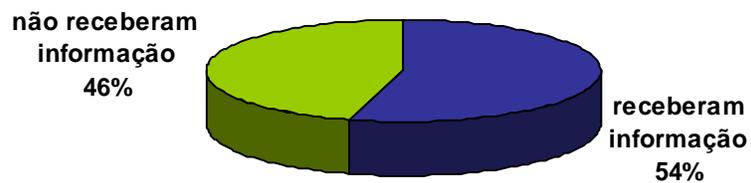
As unidades de conservação mais visitadas pelos conselheiros foram a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista, APA da Serra Dona Francisca, Parque Zoobotânico, Parque Municipal Morro do Finder, Parque Natural Municipal da Caieira e Estação Ecológica do Bracinho.

No COMDEMA, dos conselheiros, 71,42% visitaram a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista, 71,42% visitaram o Parque Natural Municipal da Caieira, 100% visitaram o Parque Zoobotânico, 71,42% visitaram o Parque Municipal Morro do Finder, 51,14% visitaram o Parque Municipal Morro do Amaral, 42,85% visitaram o Parque Municipal Rolf Colin, 14,28% visitou a RPPN Caetezal, 71,42% visitaram a Estação Ecológica do Bracinho e 85,71% visitaram a APA da Serra Dona Francisca.

No COMTUR, dos conselheiros, 100% visitaram a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista, 51,14% visitaram o Parque Natural Municipal da Caieira, 100% visitaram o Parque Zoobotânico, 28,57% visitaram o Parque Municipal Morro do Finder, 28,57% visitaram o Parque Municipal Morro do Amaral, 51,14% visitaram a Estação Ecológica do Bracinho e 42,85% visitaram a APA da Serra Dona Francisca.

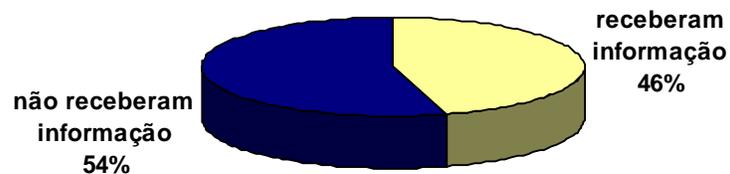
Com relação as informações recebidas sobre as unidades de conservação, dos conselheiros do COMDEMA, 51,14% já receberam alguma informação e 42,85% ainda não tiveram acesso a informações sobre as unidades de conservação. No COMTUR, dos conselheiros, 42,85% receberam informações e 51,14% não tiveram acesso as informações.

GRÁFICO 9 – RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA



FONTE: O autor (2010).

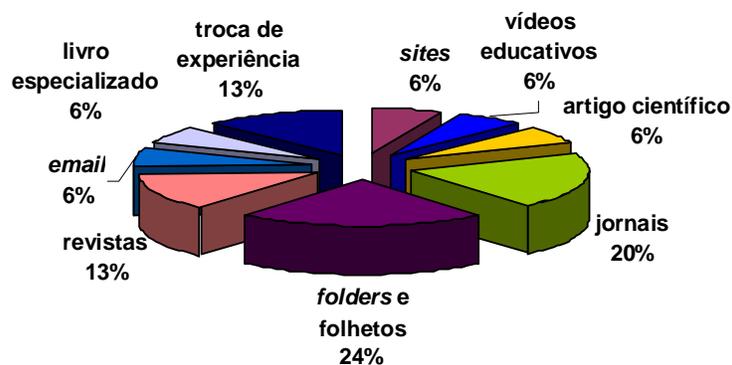
GRÁFICO 10 – RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES DOS CONSELHEIROS DO COMTUR



FONTE: O autor (2010).

Quanto às fontes de informações das unidades de conservação, no COMDEMA dos conselheiros, 14,28% obtiveram informações a partir de *sites*, 14,28% visualizaram através de vídeos educativos, 14,28% obtiveram informações de artigo científico, 42,85% de jornais, 51,14% de *folder* e folhetos, 28,57% de revistas, 14,28% de *email*, 14,28% de livro especializado e 28,57% através de troca de experiência em unidades de conservação.

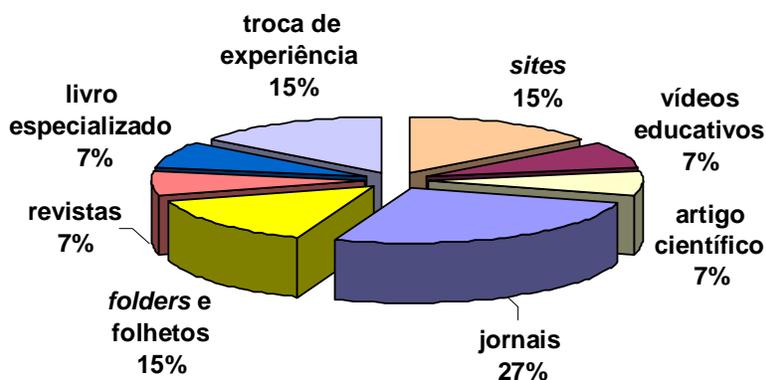
GRÁFICO 11 – FONTES DE INFORMAÇÕES DOS CONSELHEIROS DO COMDEMA



FONTE: O autor (2010).

No COMTUR, dos conselheiros, 28,57% obtiveram informações a partir de *sites*, 14,28% visualizaram através de vídeos educativos, 14,28% obtiveram informações de artigo científico, 51,14% de jornais, 28,57% de *folder* e folhetos, 14,28% de revistas, 14,28% de livro especializado, 28,57% através de troca de experiência em unidades de conservação e outros acrescentaram que obtiveram informações a partir de indicação de amigos, vivência prática e materiais da FUNDEMA.

GRÁFICO 12 – FONTES DE INFORMAÇÕES DOS CONSELHEIROS DO COMTUR



FONTE: O autor (2010).

5.4 OPINIÕES E RELAÇÃO COM AS ALP

Diante os questionários, este item apresenta as opiniões dos conselheiros sobre a gestão das áreas legalmente protegidas de Joinville. Grande parte dos conselheiros, tanto do COMDEMA como do COMTUR apresentaram dificuldades de respostas neste item, principalmente por desconhecer o processo de gestão destas áreas e não possuem opiniões formadas, alegando ser pouco divulgado nos conselhos. Apontaram ainda que o processo de gestão foi incipiente e deficiente, onde falta recurso para manutenção adequada das áreas, fiscalização, divulgação, estrutura física e profissionalização no atendimento aos visitantes e turistas. Reconheceram a necessidade de criação de mecanismos para captação e administração de recursos financeiros a fim de garantir a sustentabilidade das áreas. Consideram estas áreas como importantes meios para se fazer a comunicação na prática de educação ambiental, porém, as mesmas, necessitam de um corpo de funcionários ou técnicos exclusivos para trabalhar nestas áreas.

Como pontos positivos, os conselheiros do COMDEMA e do COMTUR apontaram ainda o privilégio de localização geográfica de Joinville, o qual apresenta ecossistemas de grande relevância natural, cultural e paisagística. Destacaram a grande quantidade de áreas verdes por habitante. Consideraram também como ponto positivo a possibilidade que as áreas legalmente protegidas ofereceram para a prática de educação ambiental e atividades lazer no ambiente natural.

O turismo foi citado como uma atividade positiva para valorização e qualificação destas áreas, onde possibilita que famílias tradicionais (moradores locais) tenham novas perspectivas de trabalho, gerando novos empregos e renda e estabelecendo também a integração entre a sociedade urbana e rural.

Como pontos negativos, reconheceram que a precariedade de estrutura gere consequências sobre as áreas e que o turismo sem planejamento e fiscalização poderá intensificar o uso e gerar a massificação, comprometendo os recursos naturais e as comunidades existentes. Acredita-se que com a criação dos planos de manejo, o processo de gestão compartilhada com as comunidades locais, através dos conselhos gestores se intensifique.

Identificou-se também neste item o interesse por parte de alguns conselheiros, na participação das discussões referente a gestão destas áreas, alguns já participam das

reuniões de plano de manejo ou então freqüentando para lazer alguma das áreas, no entanto, nota-se a distante relação da maioria dos conselheiros as áreas legalmente protegidas de Joinville.

5.5 ATRATIVIDADE E POTENCIAIS DAS ALP

Conforme os conselheiros do COMDEMA e do COMTUR, a unidade de conservação com maior potencial para o turismo foi considerada a APA da Serra Dona Francisca, considerando principalmente sua ampla área conservada e a atratividade assim como as atividades de turismo que já ocorrem em seu interior. Na seqüência, foram consideradas as seguintes áreas potenciais para o turismo: Parque Municipal Zoobotânico, Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista, Parque Municipal Morro do Finder, Parque Natural Municipal da Caieira, Parque Municipal Morro do Amaral, Estação Ecológica do Bracinho, Parque Municipal Rolf Colin, RPPN Caetezal.

Para os conselheiros do COMDEMA, consideraram como justificativa referente a priorização das áreas legalmente protegidas, fatores relevantes como a beleza natural, marcada por cachoeiras de grande relevância paisagística, facilidade de acesso, possibilidade de melhorias da infra-estrutura, restrição conforme categoria de unidade de conservação, possibilidade de práticas de educação ambiental e uso público por parte da população local e conhecimento da unidade de conservação.

Os conselheiros do COMTUR, justificaram através de questões referentes a demanda existente de turistas, conhecimento da unidade de conservação, caracterização geográfica diversificada, atratividade turística relevante e exploração econômico diferenciada. Alguns conselheiros optaram por não responder esta questão por desconhecerem alguma das áreas legalmente protegidas.

Foram também identificados pelos conselheiros do COMTUR conflitos como a agricultura direcionada para o cultivo convencional, alegando a falta de conscientização e entendimento por parte dos agricultores quanto a questão de conservação e preservação, falta de esclarecimento e entendimento das leis, normas e regras para uso das unidades de conservação. Dos conselheiros, 71,42% identificaram algum conflito entre a atividade turística, agricultura, indústria e mineração com a conservação das áreas de Joinville, 28,57% dos conselheiros acreditaram não haver conflito nestas áreas.

Os conselheiros do COMDEMA apontaram como conflitos existentes nas áreas legalmente protegidas a mineração, considerando a agressão visual à paisagem, a rizicultura, pela poluição das águas nos rios, a indústria, que apesar de ser fiscalizada pelo órgão municipal do meio ambiente, ainda são apresentadas como conflitantes, a falta de educação ambiental e fiscalização também foram itens considerados pelos conselheiros como conflitante para a conservação destas áreas. Entre os conselheiros, apenas 14,28% dos conselheiros desconhecera algum conflito, outros 85,71% dos conselheiros apontaram alguns conflitos nestas áreas.

A última questão deste questionário possibilitou identificar que todos os conselheiros do COMDEMA e do COMTUR identificaram a atividade do turismo como possibilidade de desenvolvimento e renda para as comunidades de entorno. Acredita-se que o desenvolvimento gerado através dos serviços de comércio, gastronomia, hospedagem, agricultura entre outras atividades que agregadas ao turismo, cumprindo as normas dos planos de manejo, possibilitará maiores subsídios para a sustentabilidade das áreas legalmente protegidas de Joinville.

5.6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS CONSELHEIROS DO COMDEMA E COMTUR

A composição dos conselhos municipais de meio ambiente e de turismo são relativamente distintas. Os grupos sociais que representam tais conselhos dividem-se em 13 entidades do setor público e 15 entidades civis organizadas no COMDEMA e 4 entidades do setor público e 11 entidades civis organizadas no COMTUR.

Nota-se que no conselho municipal do meio ambiente teve-se uma divisão equilibrada das entidades públicas (fundações e secretarias municipais, órgãos federais e estaduais) com entidades civis organizadas representada por organizações, entidades, grupos de interesses (ONGs, entidades filantrópicas, entidades sindicais, organizações empresariais). Fator que de princípio possibilita a paridade, porém, segundo Tatagiba (2002), ainda representa uma perspectiva maniqueísta entre a sociedade civil e o Estado na constituição original deste modelo participativo. A combinação da paridade com a representação por entidades apresenta alguns limites quanto à ampliação da participação

a um sujeito mais plural. Além dos próprios limites numéricos ou de assentos¹¹, percebe-se uma redução no quadro de sujeitos participativos, a partir da tendência natural de incorporação daqueles setores que apresentam maior “legitimidade” de representação.

Diante a faixa etária apresentada no COMDEMA, pode-se considerar que apesar de 71,4% dos conselheiros serem do sexo masculino, a quantidade representada pelo sexo feminino foi considerada significativa e participativa. Porém, destaca-se que há uma participação maior do sexo feminino nas discussões do turismo, representado por um índice de 42,9%, ou seja, maior concentração de representantes do gênero feminino no COMTUR.

Quanto a faixa etária, os dados demonstram que grande parte dos conselheiros do COMDEMA apresentam idade superior a 40 anos, diferentemente do COMTUR que apresenta uma quantidade maior de conselheiros com idade entre 31 a 40 anos. Ao cruzar estes dados com a representatividade no conselho, nota-se que no conselho do meio ambiente há conselheiros com maior experiência, apesar da grande maioria estar na faixa e 1 a 4 anos de participação no conselho.

Com relação ao conhecimento das áreas legalmente protegidas, ambos os conselhos demonstraram conhecer tais áreas. No entanto, observou-se, durante a aplicação do questionário, que os conselheiros apresentavam dificuldades de compreensão a partir do nome real da unidade de conservação, muitos conheciam apenas pelo nome de alguns atrativos. Ao esclarecer a localização de cada unidade de conservação, teve-se como as áreas mais visitadas a ARIE do Morro do Boa Vista, APA da Serra Dona Francisca, Parque Zoobotânico, Parque Municipal Morro do Finder, Parque Natural Municipal da Caieira e Estação Ecológica do Bracinho. Durante a aplicação do questionário com os conselheiros do turismo, pôde-se perceber que a grande maioria visitou apenas as unidades de conservação com maior infra-estrutura ou com atrativos turísticos já consolidados como o Mirante da ARIE do Morro do Boa Vista, os sítios arqueológicos do Parque Caieira, o zoológico inserido no Parque Zoobotânico e a cachoeira do Piraí situada na Estação Ecológica do Bracinho. Duas unidades de conservação (Parque Rolf Colin e RPPN Caetezal) ainda não foram visitadas por conselheiros do COMTUR.

¹¹ A quantidade de assentos dos diferentes setores, em cada conselho, é relativa à área de atuação e obedece a um padrão quantidade/qualidade que corresponda ao conjunto de setores governamentais e sociais que atuam ou estão de alguma forma relacionados à política em questão.

Apesar da maioria dos conselheiros do meio ambiente já terem recebido alguma informação sobre as unidades de conservação, mais de 51% dos conselheiros do turismo alegaram não ter acesso às informações. Os conselheiros que tiveram o acesso às informações, grande maioria alegou ter lido alguma reportagem e recebido *folders* e folhetos sobre estas áreas. Apenas 14% dos conselheiros do meio ambiente e 28% dos conselheiros do turismo obtiveram informações a partir de *sites*. Estes índices representam a falta de comunicação e esclarecimento destas áreas, prejudicando o processo de divulgação e visitação.

Quanto as opiniões expressadas pelos conselheiros, identifica-se que a maioria desconhece o processo de gestão das áreas legalmente protegidas e que estas não são discutidas nos conselhos. Consideraram, diante as inúmeras problemáticas e falta de infra-estrutura e um processo de gestão incipiente e deficiente. Reconheceram que haveria a necessidade de um maior investimento nestas áreas, tanto na manutenção, fiscalização, divulgação, estrutura física e profissionalização no atendimento aos visitantes e turistas.

A localização geográfica de Joinville é considerada pelos conselheiros como um ponto forte, pois abriga ecossistemas de grande relevância natural, cultural e paisagística. Apesar de reconhecerem que as áreas legalmente protegidas de Joinville pecam por infra-estrutura básica, consideram também que estas áreas possibilitam o desenvolvimento de atividades direcionadas para a prática de educação ambiental, bem como, atividades de lazer no ambiente natural.

Tanto os conselheiros do COMDEMA como os do COMTUR, identificaram o turismo como uma atividade positiva, tanto do ponto de vista financeiro, que possibilita a geração de empregos e o incremento na renda dos moradores locais e de entorno, como a valorização e qualificação destas áreas, possibilitando a permanência das famílias tradicionais rurais e a integração com a sociedade urbana.

A falta de infra-estrutura (receptivo – controle de visitação, saneamento, acesso, transporte, comunicação, segurança, posto de saúde e sinalização), foi considerada como o principal ponto fraco, principalmente para o desenvolvimento do turismo, o qual necessita da infra-estrutura para consolidar um produto e manejar corretamente o fluxo turístico. Entende-se que a precariedade na infra-estrutura gera conseqüências negativas sobre as áreas, tanto do ponto de vista do turismo, que atualmente, sem ferramentas de controle, tem possibilitado a massificação, comprometendo os recursos naturais e as comunidades existentes.

Apesar da grande maioria dos conselheiros expressarem o distanciamento no processo de participação e discussão referente a gestão, bem como o uso destas áreas, uma parcela dos entrevistados se manifestaram favoráveis, enquanto representantes do COMDEMA e do COMTUR, para inserção de discussões pertinentes a esta temática.

Acreditaram também que ferramentas como os planos de manejo, facilitam o processo de gestão, principalmente por estabelecer diretrizes, “rumos” para o desenvolvimento de atividades no interior destas áreas. Porém, identificaram que o processo de gestão só terá sucesso a partir do momento em que as ações (fiscalização, obras, divulgação, turismo) forem integradas e discutidas pelos atores sociais de cada área.

O último item abordado no questionário buscou identificar as diferentes percepções de cada conselheiro no que se refere a atratividade de cada área legalmente protegida e seus potenciais para o turismo. A maioria dos entrevistados reconheceram a APA da Serra Dona Francisca como a unidade de conservação com maior potencial para o desenvolvimento do turismo, principalmente por abranger uma grande área e oferecer diferentes atrativos, tanto naturais como culturais, que possibilita o desenvolvimento de diferentes segmentos do turismo. Para as demais unidades de conservação eleitas, itens como proximidade e facilidade de acesso foram considerados de grande relevância para o desenvolvimento do turismo.

A maioria dos conselheiros entrevistados consideraram a mineração, agricultura convencional e em maior escala, atividades industriais, como conflitos para a conservação das áreas legalmente protegidas. Os conselheiros reconheceram a necessidade de aplicação de práticas de educação ambiental e fiscalização mais eficientes, diante a falta de conscientização e entendimento por parte da população local quanto a questão de conservação e preservação e falta de esclarecimento e entendimento das leis, normas e regras para uso das unidades de conservação.

Para identificação do potencial de desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville, elaborou-se no capítulo seguinte, diante o método DAFO, uma análise estratégica das deficiências (pontos-fracos) e fortalezas (pontos-fortes) das ALP, bem como suas ameaças e oportunidades. Para definição destes indicativos, utilizou-se os dados apontados na caracterização de cada área legalmente protegida e as opiniões coletadas através da aplicação de questionário com os conselheiros do COMDEMA e do COMTUR.

6 ANÁLISE ESTRATÉGICA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE (SC)

Para a consolidação dos resultados preliminares desta pesquisa, com base no diagnóstico realizado nas nove áreas legalmente protegidas de Joinville e da análise das opiniões geradas a partir da aplicação de questionário para 38 conselheiros do COMDEMA e COMTUR, buscou-se através da análise DAFO, descrever as debilidades e fortalezas das ALP e sua gestão, bem como, as ameaças que cercam estas áreas e as oportunidades para o desenvolvimento do turismo.

O cruzamento destas informações referentes às implicações encontradas no processo de implantação, gestão e atividades de visitação foi utilizada como instrumento para indicação de possibilidades e limitações da gestão para o desenvolvimento do turismo nas ALP de Joinville.

QUADRO 14 – ANÁLISE DAFO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS DE JOINVILLE

DEBILIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão incipiente e deficiente • Falta de um corpo técnico • Falta de infra-estrutura para um receptivo e educação ambiental • Falta de recurso financeiro • Desinteresse dos coordenadores para a gestão das áreas • Extração mineral desordenada • Falta de manutenção de trilhas • Unidades de conservação em desacordo com o SNUC • Falta de planos de manejo • Moradias irregulares e ocupação desordenada • Problemáticas de infra-estrutura • Despejo do lixo doméstico e de construção civil • Corte indiscriminado de árvores nativas • Presença de espécies invasoras • Caça e pesca predatória • Depredação do patrimônio público • Visitação intensa da comunidade durante o verão • Queimadas em áreas de reflorestamento • Escassa a opção de hospedagem e alimentação • Inexperiência e o desinteresse das agências de turismo • Falta de guias especializados • Falta de instrumentos para pesquisa de demanda • Necessidade de um controle do fluxo de visitantes e seu ordenamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença das populações humanas • Expansão urbana e industrial • Desconhecimento das leis e normas • Baixa aplicação das leis • Escassa educação ambiental • Dificuldade de contratação e manutenção de funcionários • Dificuldade de monitoramento de atividades ilegais • Facilidade de acesso favorecendo atividades ilegais • Pressão imobiliária • Aumento da marginalidade • Desarticulação entre entidades • Atritos partidários e a descontinuidade de planos políticos • Poluição atmosférica e dos recursos hídricos • Desmatamento • Incêndios florestais • Contaminação genética • Atividades agrícolas convencionais • Mudanças no sistema econômico • Desastres naturais • Turismo massificado/mal conduzido • Descaracterização da paisagem • Exclusão da comunidade local • Competitividade entre mercados do mesmo segmento

<ul style="list-style-type: none"> • Estudo científico e adequado para a determinação da capacidade de suporte • Falta de um material de divulgação e informação das ALP, inclusive em outras línguas • Atendentes turísticos possuem pouca informação científica sobre as ALP • Invasão através de trilhas secundárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas isoladas para o desenvolvimento do turismo • Alto fluxo de migração para o município • Falta de infra-estrutura adequada para um alto fluxo turístico • Sazonalidade • Faltam espaços alternativos de lazer para a comunidade de Joinville
FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação e o monitoramento de programas • Sistema de gestão cadastral para a área rural • Planejamento participativo • Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro • Recursos do FMMA para investimento na fiscalização e programas ambientais • Melhorias de infra-estrutura • Apoio a projetos de turismo • Criação de planos de manejo • Planejamento para criação de novos planos de manejo • Proximidade com o centro urbano • Oferta gastronômica diversificada • Suficiente sistema de saúde e educação • Conservação dos recursos naturais • Presença de espécies endêmicas • Desenvolvimento de atividades de aventura • Educação ambiental • Planejamento do turismo • Aumento da visitação • Preservação do patrimônio cultural • Presença e permanência de comunidades tradicionais • Atrativos turísticos já consolidados • Vias de acesso pavimentadas e devidamente sinalizadas • Boa qualidade e preços favoráveis dos produtos 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao extrativismo e ao manejo ambiental • Pagamento por serviços ambientais • Incentivo às pesquisas científicas • Geoprocessamento e monitoramento ambiental • Leis e normas bastante restritivas • Centro tecnológico avançado • Ecossistemas preservados • Capacitação das comunidades e conselhos • Pesquisas e monitoramento de resultados • Entidades representativas • Equipe técnica qualificada • Cidade com alto poder aquisitivo • Diversidade e valorização de grupos étnicos • Associativismo como forma de gestão • Joinville como cidade indutora da região norte do estado • Proximidade de grandes centros urbanos • Integração dos municípios para roteiros de turismo • Desenvolvimento da economia no município • Incremento dos investimentos no turismo • Roteiros turísticos temáticos • Produtos turísticos para as áreas naturais • Concessões às operadoras de turismo

FONTE: O autor (2010).

Quanto às debilidades, também definidas como pontos fracos, identificou-se um processo de gestão, realizado pelo órgão municipal do meio ambiente de forma incipiente e deficiente. Este índice se destaca devido a falta de um corpo técnico para administração de cada área, ou seja, quadro funcional insuficiente para manutenção da biodiversidade e a preservação de monumentos naturais, bem como a falta de infra-estrutura para um receptivo e práticas de educação ambiental na maioria das ALP. Acredita-se que este item é latente devido a falta de recursos para manutenção das áreas, fiscalização, divulgação, estrutura física e profissionalização do atendimento aos visitantes e turistas. Em relação a esta perspectiva, principalmente sobre a falta de recursos para manutenção, fiscalização e infra-estrutura, o relatório do IBAMA e

WWF-Brasil (2007) aponta tal aspecto. No entanto, Rocktaeschel (2010) apresenta como possibilidade de sustentabilidade financeira, a concessão de determinados serviços direcionadas para o uso turístico das áreas legalmente protegidas.

Ainda como pontos fracos destacaram-se problemáticas de infra-estrutura de apoio, como meios de comunicação (dificuldade de sinal de telefone em algumas UC), sistema de segurança (aumento de casos de assalto com moradores locais). Quanto aos serviços turísticos, consideraram-se escassa a opção de hospedagem e alimentação em alguma das regiões, inexperiência e o desinteresse das agências de turismo receptivo para estas áreas, bem como a falta de guias especializados para condução em áreas naturais. Apesar das ALP apresentarem uma relevante quantidade de atrativos turísticos (naturais e culturais), estes ainda não possuem infra-estrutura suficiente, instrumentos para controle e pesquisa de demanda de visitantes, controle de fluxo de visitantes defendido por Hardt (2007) e seu ordenamento e um material consistente para divulgação das ALP, inclusive em outras línguas como inglês e espanhol. Nota-se também que os atendentes turísticos possuem pouca informação científica sobre as ALP.

Diante à falta de fiscalização e conscientização da população local e do entorno, tem-se como fragilidade o despejo do lixo doméstico e de construção civil em alguns locais das ALP, o corte indiscriminado de árvores nativas (roubo do palmito), presença de espécies invasoras, caça e pesca predatória, invasão através de trilhas secundárias, depredação do patrimônio público (placas de sinalização e roubo de lixeiras) e intensiva visitação da comunidade joinvilense em períodos de verão nas margens dos rios que abastecem a cidade. De acordo com Irving (1999), Oliveira & Oliveira (1999) práticas de educação ambiental através da aplicabilidade de metodologias lúdicas de indivíduos e grupos comunitários têm-se demonstrado como importantes alternativas para a transformação dos problemas em soluções.

Irregularidades como a inadequação de algumas unidades de conservação de acordo o SNUC, falta de planos de manejo, situação de moradias irregulares e ocupação desordenada, queimadas em áreas de reflorestamento, extração mineral desordenada, falta de manutenção de trilhas e o desinteresse dos coordenadores para a gestão das áreas, também foram consideradas debilidades.

Quanto às ameaças identificou-se a presença das populações humanas, expansão urbana e industrial desordenada, desconhecimento das leis e normas por parte da população local, baixa aplicação das leis, escassa educação ambiental no entorno,

dificuldade de contratação e manutenção de funcionários, dificuldade de monitoramento de atividades ilegais, facilidade de acesso favorecendo atividades ilegais (caça e pesca predatória), pressão imobiliária, aumento da marginalidade, desarticulação entre entidades privadas e do setor público, atritos partidários e a descontinuidade de planos políticos, mudanças locais e nacionais com relação ao sistema econômico, poluição atmosférica e dos recursos hídricos (despejo de esgoto e defensivos agrícolas nos rios), desmatamento, incêndios de origens antrópicas, contaminação genética de espécies exóticas e atividades agrícolas convencionais de maior escala, desastres naturais que possam comprometer a atratividade local, turismo massificado/mal conduzido (tanto pelo *trade* turístico como pelo órgão público), descaracterização da paisagem natural e rural, exclusão da comunidade local para a inserção de grandes empreendimentos turísticos, competitividade entre mercados do mesmo segmento, iniciativas isoladas para o desenvolvimento do turismo, alto fluxo de migração para o município, falta de infra-estrutura adequada para um alto fluxo turístico, a sazonalidade desta demanda e falta de espaços alternativos de lazer para a comunidade de Joinville.

Apresentaram-se como fortalezas, ou pontos fortes das ALP, a aplicação e o monitoramento de programas de recuperação de áreas degradadas (mata ciliar), desenvolvimento de um sistema de gestão cadastral para a área rural e planejamento participativo para os planos de manejo, desenvolvimento de um Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro que envolve o zoneamento ecológico econômico de todo o território municipal, recursos providos do FMMA para investimento na fiscalização e programas ambientais, melhorias de infra-estrutura (ARIE do Morro do Boa Vista), apoio a projetos direcionados ao estímulo de segmentos de turismo sustentável, a proximidade com o centro urbano (ampla oferta de serviços turísticos como hospedagem e alimentação), suficiente sistema de saúde e educação, oferta gastronômica diversificada, conservação dos recursos naturais (fauna, flora e recursos hídricos), presença de espécies endêmicas, desenvolvimento de atividades de aventura (*mountain bike* e montanhismo), desenvolvimento de práticas de educação ambiental mediante agendamento, planejamento de diferentes segmentos do turismo, aumento da visitação nos últimos anos, criação de planos de manejo para algumas áreas (ARIE do Morro do Boa Vista e APA da Serra da Dona Francisca), planejamento para criação de novos planos de manejo (Parque Municipal Morro do Finder e Parque Natural Municipal Caieira), preservação do patrimônio cultural, categorias de UC as quais permitem a permanência de comunidades tradicionais em seu interior, presença de

comunidades tradicionais no interior das ALP, atrativos turísticos já consolidados no interior das ALP, vias de acesso pavimentadas e devidamente sinalizadas, boa qualidade e preços favoráveis dos produtos oferecidos pelas comunidades tradicionais.

Como oportunidades destacaram-se o apoio ao extrativismo e ao manejo ambiental, pagamento por serviços ambientais, incentivo às pesquisas científicas, avanço das tecnologias para o geoprocessamento (planejamento da área) e o monitoramento ambiental, capacitação e desenvolvimento das comunidades locais e conselhos gestores, desenvolvimento de pesquisas e monitoramento de resultados, a organização de entidades representativas, órgãos de meio ambiente e turismo com equipe técnica qualificada, cidade com alto poder aquisitivo diante sua conformação industrial, diversidade e valorização de grupos étnicos tradicionais (emigrantes europeus), ecossistemas preservados, centro tecnológico bastante avançado, leis e normas ambientais e de urbanismo bastante restritivas, crescimento do associativismo como forma de gestão. Para o turismo, identifica-se ainda como potencialidades, o fato de Joinville ser uma cidade indutora da região norte do estado de Santa Catarina para o turismo, proximidade de grandes centros urbanos, fortalecimento e integração dos municípios para o desenvolvimento de roteiros integrados para o turismo, desenvolvimento da economia no município e o incremento dos investimentos no turismo, possibilidades de roteiros turísticos temáticos envolvendo as ALP e seus atrativos e o aumento da busca por produtos turísticos direcionados às áreas naturais. A identificação de um centro urbano indutor e principalmente a integração e o desenvolvimento de roteiros integrados, são temas discutidos por Bahl (2004) a fim de que os municípios possam se beneficiar do turismo como atividade econômica e de lazer. A consolidação de produtos turísticos, utilizando as ALP como atrativos naturais e culturais, corresponde ao que Furlan (2000) aponta quanto ao desenvolvimento do turismo em áreas naturais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade direcionada para o ramo industrial durante muitos anos limitou o avanço ideológico da população de Joinville, chegando a um ponto que a produção industrial não mais agradou os desejos comuns. Surge então, neste momento, uma interseção a qual pende para um novo olhar da cidade. Um olhar focado para as relações sociais e ambientais, um fenômeno talvez impulsionado pela modernidade a qual desperta, diante os diversos meios, oportunidades de sociabilização e conhecimento interno do ser.

Neste viés industrial, o planejamento da cidade limitou-se a uma conformação territorial exclusivamente urbanística, omitindo e abandonando os demais aspectos geográficos que caracterizam e somam-se no território político.

O lazer e busca pelo contato com a natureza são identificados atualmente como necessidades do ser humano. Esta abordagem se explicita pela população joinvilense, marcada por um processo histórico e um período de grande exploração dos recursos naturais.

Pode-se dizer que Joinville se destaca pelo número e extensão de áreas legalmente protegidas, porém apresenta um incipiente processo de implementação aliado à falta de uma gestão efetiva, comprometendo os objetivos fundamentais de conservação e preservação, assim como as atividades de visitação e o desenvolvimento de diferentes segmentos do turismo.

Identificaram-se também características específicas do município, no que se refere às ALP. Em Joinville, as necessidades e exigências por parte da população foram distintas, sendo que o fator de conservação ambiental e cultural, assim como o de preservação dos mananciais foram prioridades, principalmente para as áreas localizadas na região urbana central. Fato este que possibilitou manter, até os tempos atuais, um alto índice de áreas naturais ainda conservadas no município.

Pode-se dizer que o objetivo principal desta pesquisa, que era analisar a gestão pública municipal para o desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville, foi alcançado. Assim como, cada um de seus objetivos específicos, tanto na caracterização das áreas legalmente protegidas (processos de criação e implantação, atrativos naturais e culturais, implementação e gestão territorial), avaliação da gestão

pública municipal do meio ambiente e do turismo, considerando as opiniões dos conselheiros do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Joinville (COMDEMA) e Conselho Municipal de Turismo de Joinville (COMTUR) e análise do potencial e das limitações das áreas legalmente protegidas para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais em Joinville.

A hipótese de se considerar incipiente a gestão das áreas legalmente protegidas, bem como comprometer os objetivos fundamentais de conservação e preservação e o desenvolvimento do turismo em áreas naturais, diante os relevantes fragmentos naturais e sócio-culturais caracterizados como potenciais foi comprovada através da pesquisa.

A aplicação do estudo multicaso, utilizando-se como base a fenomenologia, através de métodos exploratórios e de observação, tem demonstrado um caminho eficiente, possibilitando a análise entre as dificuldades de gestão das áreas legalmente protegidas do município e as potencialidades para o desenvolvimento do turismo.

A oportunidade de trabalho na Fundação Turística de Joinville e de seu assento no Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA e também na Unidade de Gerenciamento dos Parques do Projeto FONPLATA em Joinville, apesar de dificultar a concentração e o alinhamento do foco da pesquisa, facilitou a obtenção de dados, ampliou a percepção quanto à gestão das áreas públicas do município de Joinville e possibilitou o incentivo à construção de políticas públicas para o turismo em áreas naturais.

A experiência como técnico do planejamento, responsável pelos projetos de turismo em áreas naturais em Joinville, possibilitou um grande avanço no esclarecimento de inúmeros questionamentos que já orientavam a pesquisa, assim como, o contato direto com os gestores e a possibilidade de inserção de idéias e energias focadas ao desenvolvimento responsável destes territórios.

A metodologia de acompanhamento da gestão das áreas naturais e da participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente foi considerada eficiente para identificar a real necessidade de organização, valorização dos conselheiros, definição de funções (consultivo e deliberativo) no quesito de áreas legalmente protegidas.

Como técnico da Fundação Turística de Joinville, também se pôde considerar eficiente no sentido de ter a possibilidade de acompanhar as ações e situação à atual conjuntura do COMTUR, identificando uma maior clareza na Lei nº. 5.597/2006 e no Decreto nº. 15.789/2009 com relação às competências deliberativas do Conselho além da necessidade, prioritária, de aprovação da lei que institui o FUMTUR e de discussões

pertinentes ao turismo em áreas naturais, especificamente nas áreas legalmente protegidas de Joinville.

A participação no Conselho e também na Unidade de Gerenciamento dos Parques do FONPLATA possibilitou a inserção da discussão técnica e profissional do turismo, tema que até então nestes espaços não haviam sido discutidos.

Como descrito nos procedimentos metodológicos, a utilização do método de observação participante vem ao encontro com a proposta de interação, não somente com a comunidade de entorno, visitantes locais, turistas ou funcionários das ALP, mas também com os gestores destas áreas. Joinville tem dedicado para o desenvolvimento o turismo nas áreas legalmente protegidas, porém, considera-se como necessária a conclusão dos planos estruturais para então o desenvolvimento do turismo.

A caracterização das ALP possibilitou identificar e expressar a diversidade natural de cada área, assim como a multiculturalidade das comunidades locais e de entorno. A identificação do fluxo de visitantes nas ALP também pôde ser considerada como relevante do ponto de vista da representatividade turística e de lazer (Finder, Caieira e Zoobotânico) para a FUNDEMA e PROMOTUR. Identificando a necessidade de um acompanhamento por parte da PROMOTUR no que se refere a pesquisa de demanda nestas áreas que sofrem um processo de visitação, porém, sem nenhum instrumento profissional e técnico do turismo que identificará o fluxo de visitantes, assim como facilitará o processo de “captação” destas informações como o uso de equipamentos e profissionais capacitados no turismo.

A constatação da falta de conhecimento de grande parte dos conselheiros com relação as ALP de Joinville, demonstra, a importância e a necessidade de desenvolvimento de um programa de sensibilização e conscientização dos conselheiros neste sentido.

Destaca-se também a necessidade de construção de ferramentas informativas (cartilhas temáticas, *sites* interativos e vídeos) a serem elaboradas pelos órgãos gestores do meio ambiente e do turismo com o intuito de informar tanto a população joinvilense, como os turistas que buscam visitar estas áreas, considerando que a maioria dos conselheiros entrevistados não tiveram ainda o acesso às informações das ALP do município.

De modo em geral, os conselheiros do COMTUR, por estarem distantes do processo de gestão das ALP, reconhecem sua importância natural e para o turismo, tornando-os mais exigentes do ponto de vista, da necessidade de uma gestão mais

efetiva, assim como a melhoria das condições de infra-estrutura para fiscalização e visitação. Porém, percebeu-se que os conselheiros do COMDEMA possuem maior clareza quanto às problemáticas ambientais. Considera-se ainda que, por estes conselheiros perceberem melhor as problemáticas que os conselheiros do COMTUR, poderão contribuir futuramente na definição de ações para gestão ambiental das áreas, bem como, para os conselheiros do COMTUR, quanto as soluções associadas às atividades de turismo sustentável nestas áreas.

O fato de menor divergência observado entre as respostas dadas no questionário das ALP ser constatado na questão referente a importância e potencialidade que estas áreas possuem, cujo objetivo tanto de gestão ambiental, como de estímulo e investimento no turismo vem ao encontro com a proposta de desenvolvimento destas áreas.

A definição de indicadores com relação a situação dos conselhos é um passo fundamental no planejamento e gestão das áreas legalmente protegidas, principalmente para o funcionamento das atividades de turismo que conseqüentemente refletem no desenvolvimento de atrativos, assim como para a comunidade local e de entorno.

Destaca-se ainda como desafio, inserir constantemente, na pauta dos conselhos a discussão das ALP. Seja em atividades que estejam relacionadas ao turismo, no COMTUR, ou então problemáticas ambientais e soluções sustentáveis, casos de sucesso, que remetem às ALP de Joinville, no COMDEMA.

Quanto às problemáticas identificadas nas ALP, considera-se que tais devam ser sanadas ou ao menos discutidas tanto nas secretarias e fundações afins como nos conselhos os quais representam a sociedade, exigindo também o comprometimento das entidades no processo de educação (sensibilização) e fiscalização. Tendo em vista que problemas principalmente com a infra-estrutura básica e regularização das áreas, têm afetado diretamente as atividades do turismo, seja nas propriedades rurais da APA da Serra Dona Francisca que atuam no segmento de turismo rural e necessitam de sistemas de gestão ambiental; nos serviços de alimentação oferecidos pela comunidade do Parque do Morro do Amaral; nos serviços de transporte turístico que atuam nos *city-tours*; ou até mesmo nos guias e condutores locais que necessitam de boas condições de infra-estrutura e segurança dos atrativos. Quanto maior a constatação (por parte das agências e operadoras de turismo) de problemáticas nas ALP menor será o grau de atratividade destas, menor o fluxo de turistas, menor renda para a população local e menor será o recurso dos órgãos públicos e privados para a gestão destas áreas.

No entanto, este levantamento também propiciou a análise das fortalezas e oportunidades que têm conquistado a auto-estima de técnicos do poder público, representantes de entidades da sociedade civil, bem como moradores locais. O avanço na consolidação de ferramentas legais para a aplicação de ações mais efetivas para a conservação e preservação das áreas legalmente protegidas, assim como a integração dos moradores locais para o desenvolvimento do turismo.

Os principais indicadores ambientais, correlacionados aos pontos fracos estão diretamente relacionadas à falta de recursos por parte dos órgãos envolvidos para criação de planos de manejo, manutenção, equipe técnica para planejamento, monitoramento, equipe de fiscalização (guarda-parques) e falta de estratégia para definição de prioridades. Quanto aos indicadores de visitação, estes também estão relacionados a falta de recurso para construção de estruturas de receptivo, as quais serviriam como estímulo e incentivo para o desenvolvimento de atividades de turismo responsáveis, assim como para aplicação de ações para controle de fluxo.

Em relação aos pontos fortes, indicadores apontaram que a partir do planejamento participativo, que já vem sendo realizado em duas UC, se fortalece o compromisso da população com a gestão destas áreas. Ações também como a aplicação e o monitoramento de programas de recuperação de áreas degradadas, principalmente áreas de APP (mata ciliar, nascentes e encostas), desenvolvimento de um sistema de gestão cadastral da área rural, cruzamento do plano diretor e da lei de uso e ocupação do solo com o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro possibilitam a aproximação com as oportunidades, favorecendo os arranjos produtivos locais e o desenvolvimento do turismo.

Percebe-se a importância da discussão da gestão dos municípios por meio do planejamento efetivo, que beneficie a população e gere oportunidades de desenvolvimento, neste contexto as áreas legalmente protegidas são espaços que podem contribuir nestas questões, pois conservam o patrimônio natural, podem proporcionar o lazer e servem de atrativo para o turismo com seu caráter socioeconômico (ALBACH; GÂNDARA & VIEIRA, 2008).

Para o turismo, as áreas naturais contribuem para a imagem turística do município, no entanto, necessita-se ainda fortalecer ações estratégicas (como as consultas públicas referentes aos planos de manejo, entre outras ações pontuais) relacionadas ao planejamento participativo e gestão através de instrumentos participativos como o plano de gerenciamento costeiro que deverá possibilitar uma

gestão integrada das ALP. Com a estruturação destas áreas e de suas possíveis atividades, é que se fará possível a divulgação e promoção das atividades de turismo das áreas legalmente protegidas.

O desenvolvimento gerado através dos serviços de comércio, gastronomia, hospedagem, agricultura entre outras atividades que agregadas ao turismo, cumprindo as normas dos planos de manejo, possibilitará maiores subsídios para a sustentabilidade das áreas legalmente protegidas de Joinville.

A gestão do ponto de vista do turismo deve aproveitar o fator de diversidade e valorização dos grupos étnicos locais, assim como sua posição de cidade indutora da região norte do Estado para integrar os municípios vizinhos e potencializar os roteiros de turismo. Estes podendo ser temáticos a fim de atingir públicos específicos, como é o caso do segmento de ecoturismo e turismo de aventura desenvolvido em áreas legalmente protegidas.

Também como oportunidade para a consolidação de relevantes produtos turísticos direcionados para as áreas naturais, considerando o estado atual das ALP de Joinville, é a abertura de concessões para operadoras de turismo nestas áreas. No entanto, destaca-se a necessidade de aproximação do órgão gestor do meio ambiente com o órgão gestor do turismo. A utilização dos respectivos conselhos para tais discussões possibilitará reunir os demais conselhos gestores, que conseqüentemente deverão ter autonomia de gestão

A rediscussão e organização dos conselhos municipais, especificamente do meio ambiente e do turismo, que teoricamente assumem o compromisso e se relacionam diretamente ou indiretamente com estas áreas, assim como, o planejamento e execução dos órgãos públicos competentes inseridos também como representantes da gestão pública municipal, deverão fundamentar as tomadas de decisões sobre o desenvolvimento do turismo em áreas legalmente protegidas de Joinville, assegurando a adequada conservação dos recursos naturais que proporciona uma boa qualidade de vida para os moradores locais e do entorno e tornam estas áreas um atrativo turístico, estimulando para o desenvolvimento de novas práticas sustentáveis para o turismo.

No entanto, em contraponto à realidade percebida, pode-se compreender que este fenômeno atual o qual tem sido estimulado em Joinville, justifica-se através do seu potencial natural, seu processo histórico-cultural e sua função diante a necessidade local.

Espera-se que com a efetivação dos planos de manejo das UC e a estruturação do programa linha verde gere o aumento do fluxo de turistas nas áreas legalmente protegidas. Logicamente que através de programas de monitoramento se poderá realizar a gestão e o ordenamento desta atividade a fim de que se consolide um fenômeno o qual mantenha sua essência, de oportunizar o desenvolvimento local e possibilitar a inserção do ser humano nas áreas naturais, possibilitando maior sensibilidade com os problemas ambientais e encaminhando para uma mudança nos paradigmas e nos hábitos dos habitantes urbanos.

Identifica-se como necessária a continuação de pesquisas, e que novos trabalhos sejam realizados, principalmente para consolidação de conselhos que se posicionem ativamente através de suas deliberações, a fim de conquistar um planejamento e uma gestão participativa. Pesquisas neste âmbito possibilitarão a discussão, bem como, a oferta de metodologias de aplicação adaptadas às condições locais, como para identificar novas potencialidades para a prática do turismo e principalmente para o bem-estar e desenvolvimento das comunidades diretamente envolvidas, e para os órgãos e entidades que atuam na gestão destas áreas.

8 REFERÊNCIAS

ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diagnóstico do turismo de aventura no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2009.

ACAPRENA. Associação Catarinense de Preservação da Natureza. **Diagnóstico Ambiental Rápido da RPPN Caetezal, Joinville-SC**. Disponível: <http://www.acaprena.org.br>. Acesso em: 10/10/2009.

ACSELRAD, H. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ALBACH, V. M.; GÂNDARA, J. M. G.; VIEIRA, V. B. A gestão responsável de Unidades de Conservação e o Turismo: uma análise comparativa entre Curitiba e Joinville. **IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, Caxias do Sul, Anais do V SEMINTUR, 2008.

ALBACH, V. M.; HACK, E.; VIEIRA, V. B. A ótica "Lefebvriana" e os usos e consumos dos espaços turísticos. **X Seminário Internacional de Turismo**, Curitiba, Anais do X SIT, 2008.

ALBACH, V. M.; VIEIRA, V. B. Macroambiente em diagnósticos de destinos turísticos: reflexões e suportes para análises em pesquisa bibliográfica e documental. In: **V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 2008, Belo Horizonte. Anais do V ANPTUR, 2008.

ALEGRIA, M. F.; SILVA, H. P. **Refletindo sobre a dimensão coletivista do Conselho Gestor**. II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Programa EICOS-IP/UFRJ. Artigo disponível <http://www.ivt-rj.net/sapis/pdf/MariaFernandaAlegria.pdf>, Acessado em 05/2010.

AYRES, H. H. F., IRVING, M. O Olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: refletindo sobre potencialidades e desafios. In: IRVING, M. **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

BAHL, M. **Agrupamentos turísticos municipais**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas-SP: Papirus, 2005.

BARROS, S. *et al.* **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de trabalho interministerial MICT/MMA, Brasília: Embratur, 1994.

BRASIL. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.

_____. **Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. **Lei nº. 11.771, de 17 de setembro de 2008a**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

_____. **Turismo de aventura: orientações básicas**. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008b.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 5 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BIONDI, D.; MORMUL, M. L. P. Parques urbanos de Curitiba/PR: qual a preferência de seus usuários? In: **VII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Paisagismo e Urbanismo**, 2004, Belo Horizonte: ENEPES, 2004.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2001.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: Nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo rural no espaço rural brasileiro**. Piracicaba: FEALQ, 1999.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CASTRO, I. E. et al (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CRUZ, R. C. A. **Geografia do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CHOAY, F. **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CLAVAL, P. Geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

_____. (Org.). **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

DARGUIDES, A. **O que é fenomenologia?** São Paulo: Centauro, 2005.

DE LA TORRE, O. **El turismo**: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Annablume; Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas brasileiras, USP, 2002.

_____. **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Editora Hucitec, NUPALB –USP, 2000.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente**: uma abordagem integrada. Ed. Roca: São Paulo, 2002.

FICKER, C. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Imprensa Ipiranga Ltda, 1965.

FONTOURA, L. M. **Análise comparativa da territorialidade do turismo nos parques estaduais Ibitipoca – MG e Vila Velha – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

FURLAN, S. A. **Lugar e cidadania**: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na ilha de São Sebastião). Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2000.

GÂNDARA, J. M. G.; TORRES, E.; LEFROU, D. A participação de todos os atores no processo turístico. In: **Anais do I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. U.C.S: Caxias do Sul, 2003.

_____. La sostenibilidad de los destinos turísticos urbanos. In: MOLINA, S. (org.). **Organizaciones del Tercer Sector em el Turismo**, 2003.

GIRALDELLA, H.; NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, 2010.

GOMES, E. T. A. **Nos meandros de algumas políticas para o meio ambiente urbano**. In: SILVA, J. B. et al. A cidade e o urbano. Fortaleza: EDFC, 1997.

GONÇALVES, M. L.; FERRETTI, O. E.; ROCHA, S. A. **Caminhos e trilhas**: Joinville, São Francisco do Sul, Garuva, Itapoá, Campo Alegre. Joinville: Letradágua, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. In: **Revista GEOgraphia**. Ano IX, n. 17, 2007.

HALL, P. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARDT, C.; HARDT, L. P. A. Transversalidade do lazer e meio ambiente na gestão urbana. In: Carvalho, J. E. (Org.). **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006.

HARDT, L. P. A. Planejamento de unidades de conservação. In: Curso de Planejamento e Manejo de Áreas Naturais Protegidas, 2007, Guaraqueçaba. **Apostila...** Guaraqueçaba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2007.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C.; PELLIZZARO, P. C.; SOUZA, P. C. A. de. Contribuições da análise perceptual para a gestão de unidades de conservação e do turismo em áreas urbanas. In: XI SIT - Seminário Internacional de Turismo, 2009, Curitiba, Paraná. **Anais do XI SIT - Seminário Internacional de Turismo**. Curitiba : Universidade Positivo, 2009.

HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento urbano**. In: Revista Espaço & Debates, São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

HERKENHOFF, E. **Era uma vez um simples caminho...: fragmentos da história de Joinville**. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

HOLLANDA, J. **Turismo: operação e agenciamento**. Rio de Janeiro: Senac, 2003.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Ed. 70, 1990.

IBDF. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. **Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil (II etapa)**. Brasília, IBDF/FBCN, 1982.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico para Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto (2006)**. Disponível em: <[http:// www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)>. Acesso em 10 mar 2008.

_____. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil: implementação do método Rappam**. IBAMA, WWF-Brasil. Brasília: IBAMA, 2007

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico e Geociências**. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 5 abr 2008.

IRVING, M. Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento. **Revista Espaço e Geografia**, Rio de Janeiro, Ano II, nº 1, 1999.

_____. Turismo como instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia. In: D'Ávila Neto, M. I.; PEDRO, R.M.L.R. (Orgs). **Tecendo o desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social**. Rio de Janeiro: MAUAD: Bapera Editora, 2003.

_____. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

LEPKA, Daniel. **Parques**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daniel@fundema.sc.gov.br> em 10/01/2010.

LOUREIRO, C. F. *et al.* **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBASE / IBAMA, 2003.

JAFARI, J. La cientificación del turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1994.

JOINVILLE. **Agenda 21 Municipal: compromisso com o futuro**. Joinville, SC. Prefeitura Municipal de Joinville, 2 ed., 1998.

_____. **Decreto nº 5.807, de 20 de maio de 1988**. Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, e extingue o PROTEMA – Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente.

_____. **Decreto nº 6.652, de 14 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 7.122, de 08 de setembro de 1993a**. Reformula o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 9.438, de 15 de dezembro de 1999**. Dá nova redação ao Decreto nº 8.298/97 que aprova o regulamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA.

_____. **Decreto nº 11.734, de 11 de março de 2004.** Cria o Parque Natural Municipal da Caieira.

_____. **Lei complementar nº 29, de 14 de junho de 1996a.** Institui o Código Municipal do Meio Ambiente.

_____. **Lei complementar nº 50, de 12 de dezembro de 1997.** Institui o regime urbanístico de uso e ocupação do solo no setor especial de áreas verdes SE-5, e dá outras providências.

_____. **Lei complementar nº 84, de 12 de janeiro de 2000.** Institui o Código de Posturas do município de Joinville e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1410, de 12 de dezembro de 1975.** Dispõe sobre o uso do solo e dá outras providências.

_____. **Lei nº 2.419, de 27 de julho de 1990a.** Cria a Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA e dá outras providências.

_____. **Lei nº 6.457, de 16 de outubro de 1990b.** Aprova o estatuto da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA.

_____. **Lei nº 2.815, de 30 de abril de 1993b.** Cria o bairro Adhemar Garcia e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7.056, de 31 de maio de 1993c.** Cria o Parque Municipal do Morro do Finder e dá outras providências.

_____. **Lei nº 3.169, de 21 de julho de 1995.** Cria o Conselho Municipal de Turismo.

_____. **Lei nº 3.332, de 22 de julho de 1996b.** Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA - e dá outras providências.

_____. **Lei nº 4.676, de 30 de outubro de 2002a.** Autoriza o executivo municipal a criar a PROMOTUR - Fundação Turística de Joinville, e dá outras providências. Disponível em: <www.joinville.sc.gov.br>. Acesso em: 04/2010.

_____. Prefeitura Municipal de Joinville – Secretaria de Saneamento, Águas, Meio Ambiente e Agricultura - SAMA. **Parque municipal do Morro do Boa Vista:** plano diretor. OAP Consultores Associados Ltda. Joinville, 2002b.

_____. Prefeitura Municipal de Joinville – Secretaria de Saneamento, Águas, Meio Ambiente e Agricultura - SAMA. **Zoneamento ecológico-econômico das Áreas de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca e Quiriri.** OAP Consultores Associados Ltda. Joinville, 2004.

_____. **Decreto nº 12.716, de 13 de dezembro de 2005a.** Aprova o Estatuto da PROMOTUR – Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville, alterado em face das atuais normas da lei.

_____. Fundação Municipal do Meio Ambiente. **Projeto do plano de manejo do parque natural municipal da Caieira.** Joinville: FUNDEMA, 2005b.

_____. **Lei nº 5712, de 19 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMMAM e dá outras providências.

_____. Fundação Municipal do Meio Ambiente. **Proposta para o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC:** Prefeitura Municipal de Joinville: Joinville, 2007.

_____. **Decreto nº 14.107, de 24 de janeiro de 2008a.** Aprova alterações no regimento interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA.

_____. Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho. **Plano Municipal Desenvolvimento Rural Sustentável 2009 - 2012.** Joinville: Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, 2008b.

_____. **Decreto nº 15. 370, de 11 de março de 2009a.** Nomeia membros para integrar o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA.

_____. **Decreto nº 15.789, de 15 de julho de 2009b.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo de Joinville - COMTUR.

_____. Fundação Municipal do Meio Ambiente. **Pré-zoneamento da ARIE do Morro do Boa Vista.** OAP Consultores Associados Ltda. Joinville, 2009c.

_____. **Lei nº 6649, de 11 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre os serviços de transporte turístico de Joinville.

KNIE, J. L. W. **Atlas ambiental da região de Joinville:** Complexo hídrico da Baía da Babitonga. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo, Aleph, 2001.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 1999.

_____. **O direito à cidade;** tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos.** Lisboa: Ed. Setenta, 1981.

LINDNER, Paulo Tajés. **Caracterização biótica e histórias de vida na região da Serra Dona Francisca:** subsídios para a construção de práticas ecoturísticas em uma Unidade de Conservação. Joinville: IELUSC. 2003. Monografia. (Trabalho apresentado para a obtenção de título de bacharelado em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente). 2003.

MACEDO, S. S. **Parques urbanos no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Fapesp, 1999.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003.

MARQUES, D. A. **Morro do Amaral: problemáticas e perspectivas de uma comunidade residente em área de potencial turístico**. Joinville: IELUSC, 2003. Monografia. (Trabalho apresentado para a obtenção de título de bacharelado em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente). 2003.

MARTINS, G. A. de. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, J.; DICHTCHEKENIAN, M. F. S. F. B. **Temas fundamentais de fenomenologia**. São Paulo: Moraes, 1984.

MCKERCHER, B. **Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. A.; GARAY, I. **Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social**. In: IRVING, M. A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

MERLEAU-PONTY, M. **Ciências do homem e fenomenologia**. São Paulo: Saraiva, 1973.

_____. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Projeto inventário da oferta turística**: manual do pesquisados formulários. Brasília: MTUR, 2006.

OLIVEIRA, P. O. **Álbum do centenário**. In: **Joinville em 1906**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

OLIVEIRA, C. G. **Integração**: Estudos Sociais e Históricos; Joinville, Santa Catarina, Brasil. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984.

OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, M. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

OMT. **Guia para administraciones locales**: desarrollo turístico sustentável. Madrid: Turismo y medioambiente OMT, 1999.

REIS FILHO, N. **Urbanização e teoria**. Tese de cátedra apresentada na FAU-USP, São Paulo: Urupês, 1967.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

ROCHA, S. A. **Análise do parque municipal Morro do Funder como unidade de conservação e espaço de turismo e lazer**. Joinville: IELUSC, 2003. Monografia.

(Trabalho apresentado para a obtenção de título de bacharelado em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente). 2003.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. **Marco conceitual e diretrizes para terceirizações administrativas em unidades de conservação.** Artigo disponível: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiedadechefe/guia/anexos/anexo7/index.htm>>. Acessado em: 05/2010.

_____, B. M. M. M. **Terceirização em áreas protegidas:** estímulo ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

RODRIGUES, A. B.; (org.). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Turismo e ambiente:** reflexões e propostas. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROTHERT, D. C. et al. **Portal turístico rural de Joinville – Casa Krüger:** a gestão pública integrada para o desenvolvimento do turismo rural na cidade. In: Anais do IV Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville: BOM JESUS/IELUSC, 2004.

SACK, R. D. **Human territoriality. Its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTA CATARINA. **Lei nº 14.600, de 29 de dezembro de 2008.** Modifica a estrutura do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, altera dispositivos da Lei nº 13.336, de 2005, que institui o FUNCULTURAL, o FUNTURISMO e o FUNDESPORTE e adota outras providências.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTUR. Santa Catarina Turismo S/A. **Sinopse Comparativa 2004, 2005 e 2006 janeiro/fevereiro**. Joinville: SANTUR, 2006.

SCHÄFFER, W.; PROCHNOW, M. (Orgs). **A Mata Atlântica e você**. São Paulo: Ipsis, 2002.

SPIRN, A. **O jardim de granito**. São Paulo: Edusp, 1995.

TAFURI, M. **Projecto e utopia**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TAMANINI, E. **Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TELLES, D. H. Q. **Análise sobre a situação socioambiental e do turismo na Vila de Encantadas, Ilha do Mel, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

TERNES, A. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.

_____. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. Campinas: Papirus, 1996.

YÁZIGI, E. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**. São Paulo: Plêiade, 2010.

VALLS, J-F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**; trad. Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIEIRA, V. B. **Uso público e ecoturismo em unidades de conservação:** Joinville – Santa Catarina. Joinville: IELUSC, 2007. Monografia. (Trabalho apresentado para a obtenção de título de bacharelado em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente). 2007.

VON ZUBEN, N. A. Fenomenologia e existência: uma leitura de Merleau-Ponty. In: MARTINS, J.; DICHTCHEKENIAN, M. F. S. F. B. **Temas fundamentais de fenomenologia.** São Paulo: Moraes, 1984.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo.** São Paulo: Aleph, 2007.

YOUELL, R. **Turismo uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2002.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÉNDICE

- Graduação completa
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Formação Técnica:

Formação Acadêmica:

4. Instituição a qual representa no Conselho:

5. Tempo de participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente/Turismo

- Menos de 1 ano De 9 a 12 anos
- De 1 a 4 anos Mais de 13 anos
- De 5 a 8 anos

6. Conhece as Unidades de Conservação de Joinville (parques)?

- Sim Não

7. Qual destas você já visitou?

- Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista (Morro do Boa vista - Mirante)
- Parque Natural Municipal Caieira
- Parque Municipal Zoobotânico
- Parque Municipal Morro do Finder
- Parque Municipal Morro do Amaral
- Parque Municipal Rolf Colin
- RPPN Caetezal
- Estação Ecológica do Bracinho (Usina Hidrelétrica do Piraí, Barragem Rio do Júlio, Usina Hidrelétrica do Bracinho)
- APA da Serra Dona Francisca

8. Já recebeu informações sobre as Unidades de Conservação?

- Sim Não

9. Quais foram as fontes de informação destas Unidades de Conservação?

- Sites
- Vídeos educativos
- Artigo científico
- Jornal
- Folder/folhetos
- Revistas
- E-mail
- Livro especializado
- Troca de experiência em Unidades de Conservação
- Outros, quais?: Vivencia pratica

10. Qual sua opinião sobre a gestão das Unidades de Conservação?

11. Considerando o desenvolvimento da atividade turística, quais os pontos positivos e negativos que você identifica nas Unidades de Conservação?

12. Como tem se relacionado com as Unidades de Conservação (participação em reuniões, planos de manejos, etc)

13. Identifica o Conselho como um espaço para discussões (consultivo) e deliberações (executivo) sobre alguma atividade nas Unidades de Conservação?

() Sim () Não

14. Priorize de 1 a 9 as Unidades de Conservação que você considera com maior potencial para o turismo?

() Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista

() Parque Natural Municipal Caieira

() Parque Municipal Zoobotânico

() Parque Municipal Morro do Finder

() Parque Municipal Morro do Amaral

() Parque Municipal Rolf Colin

() RPPN Caetezal

() Estação Ecológica do Bracinho

() APA da Serra Dona Francisca

15. Justifique com breve comentário os respectivos potenciais.

16. Identifica algum conflito entre a atividade turística, agricultura, indústria e mineração com a conservação das áreas de Joinville?

() Sim () Não

Quais:

17. Você considera que a atividade do turismo possa auxiliar no desenvolvimento da comunidade de entorno (comércio, gastronomia, hospedagem, agricultura, etc.)?

() Sim () Não

ANEXO

ANEXO A - Composição dos Conselhos Municipais

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
	Entidades	Representação
ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema	Adm. Pública direta
	Fundação Cultural	Adm. Pública direta
	Fundação Municipal 25 de Julho	Adm. Pública direta
	Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville - IPPUJ	Adm. Pública direta
	Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville – PROMOTUR	Adm. Pública direta
	Secretaria da Saúde	Adm. Pública direta
	Secretaria de Educação	Adm. Pública direta
	Companhia Águas de Joinville	Adm. Pública direta
	Agência Municipal de Regulação de Serviços de Água e Esgoto - AMAE	Adm. Pública direta
	Defesa Civil	Adm. Pública direta
	GOV. EST. E FEDERAL	8 Batalhão da Polícia Militar
FATMA		Adm. Pública direta
IBAMA		Adm. Pública direta
ASSOCIAÇÕES PRIVADAS E INST. DE ENSINO	Associação Empresarial de Joinville – ACIJ	Soc. Civil organizada
	Associação de Joinville e Região, Pequena, Micro e Media Empresa – AJORPEME	Soc. Civil organizada
	Centro de Engenheiros de Arquitetos de Joinville – CEAJ	Soc. Civil organizada
	Associação dos Loteadores de Joinville – ALOJ	Soc. Civil organizada
	Sindicato de Construção de Joinville – SINDUSCOM	Soc. Civil organizada
	Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras, Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira no Estado de Santa Catarina	Soc. Civil organizada
	Associação de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina – Núcleo Babitonga	Soc. Civil organizada
	Associação Joinvilense das Imobiliárias - AJI	Soc. Civil organizada
	Associação Ecológica Joinvilense – Vida Verde	Soc. Civil organizada
	Comitê de Gerenciamento da bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte	Soc. Civil organizada
	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina – CREA	Soc. Civil organizada
	Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	Soc. Civil organizada
	Comissão Rotária em Defesa da ÁGUA – CORDA/ROTARY	Soc. Civil organizada
	Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	Soc. Civil organizada
	Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE	Soc. Civil organizada

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO		
	Entidades	Representação
ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville – PROMOTUR	Adm. Pública direta
	Fundação Cultural	Adm. Pública direta
	Fundação Municipal 25 de Julho	Adm. Pública direta
	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA	Adm. Pública direta
ASSOCIAÇÕES PRIVADAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO	Associação Empresarial de Joinville – ACIJ	Soc. Civil organizada
	Associação de Joinville e Região, Pequena, Micro e Media Empresa – AJORPEME	Soc. Civil organizada
	Associação do Turismo Eco-rural de Joinville	Soc. Civil organizada
	Joinville Costa do Encanto Convention & Visitors Bureau	Soc. Civil organizada
	Sindicato de hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – SIHRBES	Soc. Civil organizada
	Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL	Soc. Civil organizada
	Serviço Brasileiro de Apoio Micro e Pequena Empresa – SEBRAE	Soc. Civil organizada
	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – SENAC	Soc. Civil organizada
	Faculdade Cenecista de Joinville – FCJ	Soc. Civil organizada
	Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC	Soc. Civil organizada
	Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE	Soc. Civil organizada